

# CULTURA & DESENVOLVIMENTO

Plano de Trabalho  
Regional de Cultura  
para a América Latina  
e o Caribe

**LAC UNESCO**  
**2016 - 2021**

## Agenda 2030

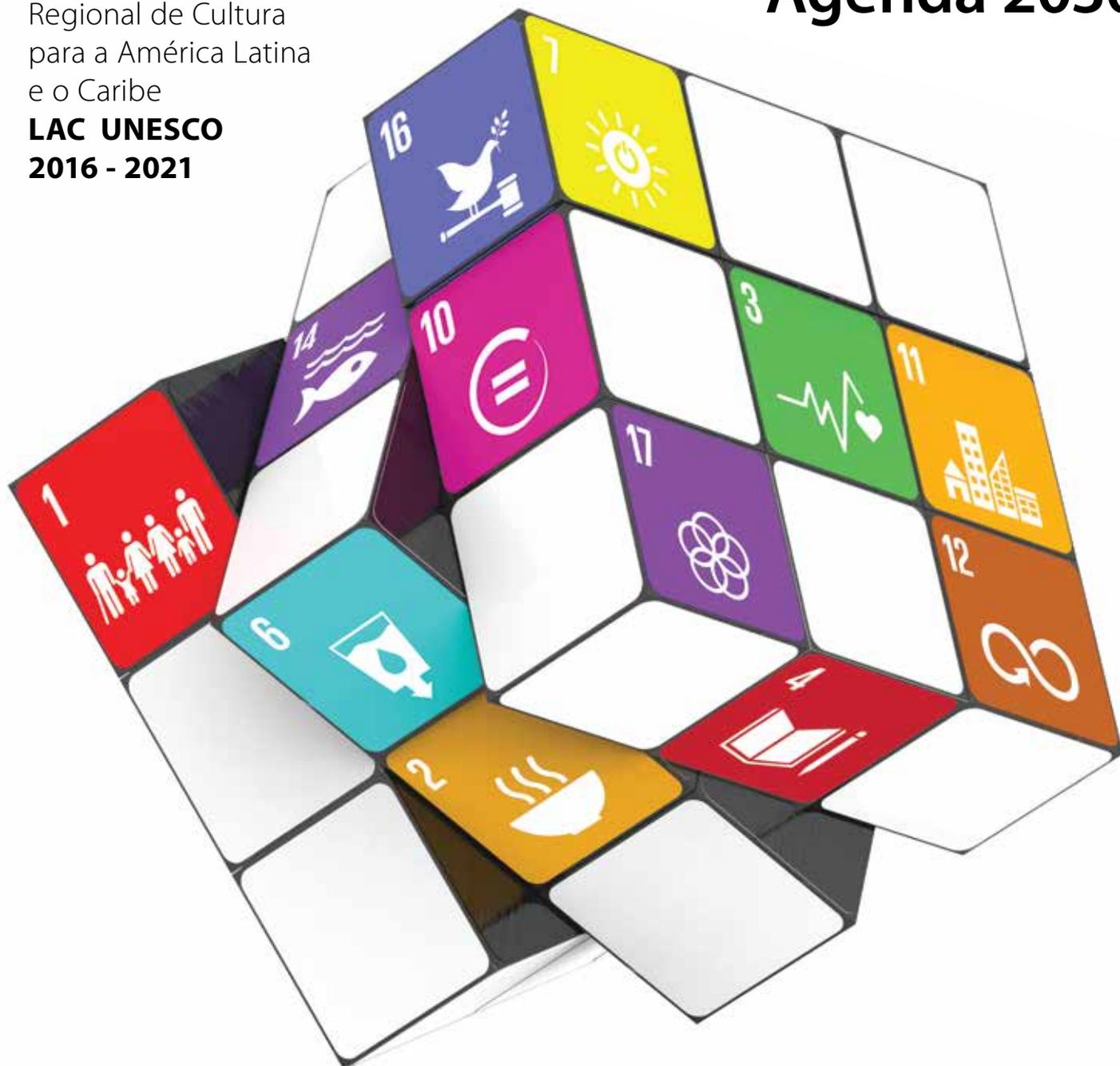


Illustration © A. Espinosa



Regional Office for Culture  
in Latin America and the  
Caribbean

UNESCO Havana

Organização das Nações  
Unidas para a Educação, a  
Ciência e a Cultura



Nº14  
2016



***"A cultura é um setor essencial para gerar um desenvolvimento econômico e social mais sustentável por meio de infraestruturas resilientes que estão enraizadas em situações locais e se baseiam na história e nos conhecimentos das comunidades e dos povos".***

Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO. Workshop sobre o Plano de Trabalho Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe 2016-2021  
Havana, 18 de setembro de 2015



<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>		
<b>3</b>	<b>EDITORIAL</b>	<b>26</b>	<b>CULTURA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE</b>	<b>48</b>	<b>PLANO DE TRABALHO REGIONAL DE CULTURA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE</b>
<b>4</b>	<b>A UNESCO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>33</b>	<b>A REVISTA CULTURA E DESENVOLVIMENTO</b>	<b>56</b>	<b>TABELAS DE MONITORAÇÃO</b>
	<b>A CULTURA NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO</b>	<b>43</b>	<b>O FÓRUM DE MINISTROS DE CULTURA</b>		
<b>6</b>	<b>O PROGRAMA DE CULTURA DA UNESCO</b>	<b>45</b>	<b>O PORTAL DE CULTURA DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE</b>		
<b>9</b>	<b>AS CONVENÇÕES SOBRE CULTURA DA UNESCO</b>				
<b>13</b>	<b>CULTURA E DESENVOLVIMENTO NA AGENDA 2030</b>				
<b>16</b>	<b>INDICADORES DE CULTURA DA UNESCO PARA O DESENVOLVIMENTO</b>				
				<b>67</b>	<b>AGENDA 2030</b>
				<b>4</b>	



**EQUIPE EDITORIA**  
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CULTURA DA UNESCO  
PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, HAVANA, CUBA  
[www.unesco.org/havana](http://www.unesco.org/havana) · [www.lacult.org](http://www.lacult.org)  
[www.unesco.org/havana](http://www.unesco.org/havana) · [www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)  
FERNANDO BRUGMAN · ALBERT VILLALONGA  
BEGOÑA GUZMÁN · OLGA RUFFINS · LENIA GAMONAL

**CULTURA & DESENVOLVIMENTO Nº 14**  
EDIÇÃO: ALBERT VILLALONGA [a.villalonga-muncunill@unesco.org](mailto:a.villalonga-muncunill@unesco.org)  
DESIGN: ARNULFO ESPINOSA [arnulfografico@gmail.com](mailto:arnulfografico@gmail.com)  
TRADUÇÃO: IREN FAIT [faitiren@gmail.com](mailto:faitiren@gmail.com)

**CONTATO UNESCO HAVANA**  
[habana@unesco.org.cu](mailto:habana@unesco.org.cu)  
CALLE CALZADA NO. 551, ESQUINA A CALLE D,  
VEDADO, LA HABANA. CP 10400  
TELEF.: +537 833 3438, 832 2840, 832 7741,  
832 7638  
FAX: +537 833 3144



#### Fernando Brugman

Coordenador de Cultura do  
Escritório Regional de Cultura da  
UNESCO para a América Latina e  
o Caribe, em Havana

vação e salvaguarda do patrimônio material e imaterial, a prevenção e luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais e o fortalecimento das indústrias culturais e criativas.

A cultura é um setor essencial para gerar um desenvolvimento mais sustentável, tanto econômico quanto social, por meio de infraestruturas resilientes, enraizadas nos contextos locais e baseadas na história e no saber dos povos, disse a Diretora-Geral. E defendeu a participação de todos neste plano de trabalho, que será a bússola das ações dos governos no âmbito da cultura nos próximos quinze anos.

O Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe tem o prazer de apresentar, neste número da revista *Cultura e Desenvolvimento*, esse plano resultante do esforço conjunto dos Estados Membros da Organização da região, através do compromisso de suas Comissões Nacionais da UNESCO, suas Delegações permanentes, seus centros auspiciados pela Organização e, especialmente, suas sociedades civis e especialistas que enriqueceram o trabalho da UNESCO nos últimos anos em toda a América Latina e o Caribe, igualmente através dos onze escritórios da UNESCO em todo o continente.

Este número 14 da revista apresenta, também, o trabalho da UNESCO no âmbito da cultura, os indicadores de cultura para o desenvolvimento, os conteúdos das revistas anteriores – todos disponíveis em [www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org) e um resumo da Agenda 2030. Desejamos a todos uma feliz leitura deste documento, que esperamos seja também uma ferramenta de trabalho útil durante os próximos anos.

No final de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a nova agenda de desenvolvimento sustentável, que pautará as políticas de todos e para todos nos próximos quinze anos. A agenda tenciona dar existência a sociedades mais equitativas, que respeitem o meio ambiente, cientes da necessidade de aplicar políticas sociais e econômicas para alcançar o desenvolvimento humano e econômico sem arriscar o uso futuro dos recursos existentes.

Duas semanas antes, a Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, participava em Havana da 3ª Reunião de Ministros de Cultura da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe que congregou 33 delegações dos Estados da região, 14 delas representadas pelos seus ministros da Cultura. A Diretora-Geral realçou o papel da América Latina e o Caribe na consolidação dos valores e ideais que há 70 anos conduziram à criação da UNESCO, e a importância de recuperá-los para enfrentar os desafios atuais: “Necessitamos essa energia, hoje, para contestar à violência contra a cultura, para enfrentar o extremismo que destrói nossa memória comum e persegue os indivíduos por sua fé religiosa e tradições no Oriente Médio e noutras partes do mundo”, disse.

A Diretora-Geral colocou de relevo o papel da cultura no desenho de sociedades mais integradoras e sustentáveis que levem em conta as identidades, valores e aptidões das comunidades: Hoje, em Havana, vamos aproveitar esta oportunidade para elevar ainda mais o papel da cultura e para que os Estados Membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe incluam a cultura e a diversidade cultural em todos os esforços de desenvolvimento.

Bokova também abriu o workshop regional para a discussão e a validação do Plano de Trabalho de Cultura da UNESCO para América Latina e o Caribe 2016-2021. O Plano apoiará o alcance dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pela Assembleia Geral da ONU sugerindo ações concretas e indicadores de monitoração sobre a defesa, conser-



## 1

# A UNESCO, A CULTURA, E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## 1.1. A cultura nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A comunidade internacional, através do Sistema das Nações Unidas, aprovou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com o propósito alcançá-los até 2015.

Hoje, quinze anos depois da aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sabemos que não foi possível alcançar todas essas metas, porque, em boa medida, os programas, as estratégias e as políticas de desenvolvimento adotadas não eram suficientes, ou não foram traçadas de maneira apropriada.

Na revisão prevista desses objetivos, que serão os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir de 2015, será preciso incluir aqueles que não foram previstos no começo. Por incrível que pareça, a cultura não foi incorporada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e também não foram incluídos seus indicadores alegando numerosas dificuldades para medir seu impacto no desenvolvimento.

Não ter reconhecido explicitamente o papel da cultura no crescimento econômico, na gestão de recursos, na resolução de

conflitos, na abordagem das desigualdades sociais, ou na reafirmação de identidades, provavelmente tenha sido uma das razões que não permitiram alcançar os objetivos estabelecidos no ano 2000.

Naquele momento, também não se entendeu que a cultura é um vetor de conhecimento extraordinariamente eficiente e que, portanto, é considerada a base da inovação e da criação, incluindo a criação científica. Ignorou-se, talvez, que não existem receitas de desenvolvimento, são as culturas que determinam os modelos de desenvolvimento, e não o contrário.

Em fim, esqueceram que a redução da desigualdade social e a integração plena na sociedade passam por reconhecer, valorizar e compartilhar a cultura, as culturas de cada um de nós, de nossos coletivos diversos.

É necessário recordar que o valor da cultura reside na produção e consumo de bens, serviços e atividades culturais, e no conhecimento que nós transmitimos uns aos outros através de símbolos que compreendemos e interiorizamos, para depois



© UNESCO/F. Brugman

transformá-los e inovar. Esses símbolos compartilhados proporcionam um sentimento coletivo e de identidade, uma coesão social necessária para travar relações, tanto comerciais, quanto profissionais ou pessoais.

Além disso, a compreensão dos símbolos utilizados por outros coletivos por meio do intercâmbio cultural permitem travar relações fora de nosso grupo e, portanto, adquirir novos conhecimentos. Permite-nos resolver conflitos e entabular um diálogo para ampliar horizontes.

Sendo assim, a cultura deve ser reconhecida como um suporte essencial de desenvolvimento que complementa os suportes econômico, social e meio ambiental. A cultura entendida como um setor econômico, como um meio de transmissão de conhecimento e de identidades e como base da qualidade de vida, da coesão social, a resolução de conflitos e a redução de desigualdades.

A diversidade cultural é tão necessária para o desenvolvimento sustentável como a biodiversidade. Se reduzíssemos a diversidade cultural, ou limitássemos a capacidade de intercâmbio

cultural entre as sociedades, os recursos culturais se destruiriam. Esses recursos, ao contrário dos naturais, serão ilimitados se forem protegidos e promovidos, pois surgem das pessoas mesmas e do intercâmbio entre elas.

Essa é a hipótese. Contudo, na prática, há uma subutilização sistemática dos recursos culturais, tanto patrimoniais quanto contemporâneos, terrestres ou subaquáticos, moveis ou imóveis, materiais ou imateriais, devido à falta, ou pior, a não aplicação de normas, medidas e políticas para sua proteção, gestão e promoção.

A destruição, deterioração ou tráfico ilícito do patrimônio cultural não produz apenas prejuízos econômicos: vulnera o bem coletivo do acesso ao conhecimento, fere sentimentos de identidade, desconsidera nossa capacidade coletiva de desenvolvimento e reduz nossa qualidade de vida.



## 1.2. O Programa da UNESCO

Apesar dos problemas mencionados no artigo anterior, as medidas de proteção, salvaguarda e promoção existem. A 37ª sessão da Conferência Geral da UNESCO aprovou, em novembro de 2013, o programa de médio e curto prazo da Organização dando prioridade estratégica, no âmbito da cultura, à proteção, promoção e transmissão do patrimônio, e à promoção da criatividade e da diversidade de expressões culturais.

A UNESCO participou do setor cultural até 2012 através de dois eixos de ação que refletem os objetivos de médio prazo. Foi priorizada a aplicação efetiva das convenções da UNESCO com o propósito de:

- identificar, proteger, monitorar e gerir de maneira sustentável o patrimônio material especialmente através da aplicação efetiva da Convenção de 1972 (Patrimônio Mundial);
- promover o diálogo político para combater a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais, através de uma melhorada e mais eficiente cooperação internacional, que inclui a aplicação da Convenção de 1970 (prevenção do tráfico ilícito) e a melhora das capacidades dos museus;
- desenvolver e aplicar diretrizes globais, estratégicas e projetadas ao futuro através da implementação efetiva da Convenção de 1954 e seus dois Protocolos (proteção do patrimônio cultural nos tempos de conflito), e obter um efeito multiplicador;
- desenvolver e aplicar diretrizes globais, estratégicas e projetadas ao futuro através da implementação efetiva da Convenção de 2001 (patrimônio cultural subaquático), e obter um efeito multiplicador;
- fortalecer as capacidades nacionais para a salvaguarda do patrimônio imaterial através da aplicação efetiva da Convenção de 2003 (patrimônio cultural imaterial);



Spot de promoción del Año Internacional de los Afrodescendientes. Escuela Internacional de Cine y televisión de San Antonio de los Baños (Cuba) © Nicolás Ordóñez, 2011

- fortalecer as capacidades nacionais para desenvolver e implementar políticas e medidas de promoção da diversidade de expressões culturais através da aplicação efetiva da Convenção de 2005 (bens, serviços e atividades culturais).

A UNESCO mantém e reforça sua liderança no âmbito da cultura através de suas atividades nos planos internacional, regional e nacional integrando a dimensão cultural nas políticas e estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Presta atenção especial à aplicação efetiva dos instrumentos normativos da Organização pelos Estados Membros e acompanha sua aplicação nacional, o apoio dos Estados à criação de capacidades, ao fortalecimento das áreas normativas, jurídicas e institucionais, a melhorar a gestão do conhecimento e a promover as melhores práticas, entre outras coisas, mediante a utilização mais sistemática das novas tecnologias.

Além disso, zela para que as mulheres e os homens usufruam em pé de igualdade o direito de acesso, participação e contribuição para a vida cultural. As convenções têm por objetivo incorporar todos os membros das comunidades à sua execução, incentivando assim as mulheres e os homens a se beneficiarem por igual do patrimônio e da criatividade.

O Programa de Cultura incentiva a participação de comunidades, profissionais, atores culturais, organizações não governamentais, organizações sem fins lucrativos, peritos e centros especializados na aplicação dos convênios e convenções, concedendo importância especial aos jovens e às mulheres dentro da atenção particular prestada aos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e aos setores mais vulneráveis da sociedade: os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes.

Promove, igualmente, a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul-Sul, bem como o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil, o setor privado, organizações do Sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais.

A colaboração profunda com as Comissões Nacionais da UNESCO é fundamental, pois estas fazem parte da estrutura global da Organização prevista pela Constituição. Criadas pelos seus respectivos governos, conforme o Artigo VII da Constituição da UNESCO, as Comissões Nacionais atuam permanentemente com o objetivo de associar suas organizações governamentais e não governamentais, que estão presentes nas áreas de educação, ciência, cultura e a comunicação, ao trabalho da Organização.

Ademais, serão tomadas medidas para aproveitar no máximo o potencial dos centros de categoria 2, sob os auspícios da UNESCO, a fim de contribuir para a criação de plataformas regionais e sub-regionais descentralizadas visando a uma execução mais eficaz e eficiente das atividades. Os quatro centros de categoria 2 para o setor de cultura presentes na região são: o Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e o Caribe (CERLALC), o Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPIAL), o Centro Regional de Formação na Gestão do Patrimônio (Lúcio Costa), e o Centro Regional do Patrimônio Mundial em Zacatecas.

A UNESCO, servindo-se dos esforços feitos nos últimos anos para incluir a cultura na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, continuará promovendo o patrimônio, a criatividade cultural e a inovação como vetores do diálogo, a cooperação o entendimento mútuo, especialmente em situações de crise, como componente específico de iniciativas mais amplas de promoção de enfoques inovadores do desenvolvimento sustentável.

Estes esforços se concentraram principalmente na elaboração de metodologias (Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO 2009) e indicadores (Indicadores UNESCO de Cultura para o Desenvolvimento), realizar estudos (Relatório da Economia Criativa; Igualdade de gênero, patrimônio e criatividade), e publicações de difusão especializadas (Revista Cultura & Desenvolvimento) que demonstram com informações quantitativas e qualitativas e visibilizam a relação direta entre cultura e desenvolvimento humano, social e econômico, bem como a sustentabilidade meio ambiental.

A tudo isto se soma a experiência dos programas conjuntos de cultura e desenvolvimento, no quadro do Fundo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), implementados em todas as regiões do mundo, inclusive a América Latina e o Caribe e concretamente na Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua e Uruguai. Os êxitos, os resultados conseguidos e sua contribuição para a obtenção dos ODM demonstram o valor agregado e a complementaridade da cultura na hora de implementar atividades de desenvolvimento.

O documento mais recente sobre a relação estreita existente entre cultura e desenvolvimento é o Relatório de diálogos sobre Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015, fruto do trabalho da UNESCO em parceria com UNFPA e PNUD. Baseia-se nos resultados de consultas nacionais realizadas no Equador, Bósnia-Herzegovina, Mali, Marrocos e Sérvia, coligindo perto de 139 contribuições recebidas de governos, universidades, organizações não governamentais, particulares e profissionais da cultura, através de convocações e debates em plataformas da internet.

Estas consultas nacionais e globais permitiram identificar seis aspectos nos que a cultura ajuda diretamente a conseguir um desenvolvimento sustentável e justo para todas as pessoas: (1) redução da pobreza; (2) educação; (3) igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; (4) cidades sustentáveis e urbanização; (5) meio ambiente e mudança do clima; (6) inclusão e reconciliação.

Ou seja, a cultura pode contribuir muito para a redução da pobreza, porquanto se trata de um setor econômico que oferece oportunidades de empregos e de rendas. Além disso, a participação do setor cultural e a adoção dos valores culturais oferecem oportunidades notáveis para o progresso da igualdade entre os gêneros e o empoderamento da mulher. Por isso, as estratégias educativas devem promover a alfabetização e dotar os jovens das competências necessárias para viverem numa sociedade pluricultural e diversa, tanto em termos econômicos quanto sociais.

A renovação de zonas urbanas e dos espaços públicos centrada na cultura ajuda a conservar o tecido social, atrair os investimentos e melhorar os benefícios econômicos. Sem dúvida, os programas de desenvolvimento que levam em conta a relação entre a diversidade cultural e a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais inclusive, garantem maior sustentabilidade ambiental.

A cultura pode estender pontes e propiciar processos de reconciliação mais eficazes com o envolvimento pleno das comunidades.





## 1.3. As convenções de Cultura

As convenções da UNESCO não são simples tratados internacionais. São ferramentas para o desenvolvimento e a aplicação de políticas efetivas de conservação, salvaguarda e promoção do patrimônio e das indústrias criativas; completam medidas econômicas, sociais ou ambientais. Os órgãos de governo dessas convenções, apoiados pela Secretaria da UNESCO, desenvolvem continuamente as convenções atualizando suas diretrizes operacionais de aplicação.

As convenções e suas diretrizes formam um corpo normativo e programático único que oferece vasto leque para o desenvolvimento e a aplicação de políticas nacionais encaminhadas, também, para melhorar a qualidade de vida, gerir o patrimônio cultural e natural de maneira sustentável e em benefício coletivo, gerar receitas, resolver conflitos, reforçar a coesão social, promover a diversidade cultural e, portanto, o diálogo intercultural, o respeito mútuo e a cultura de paz.

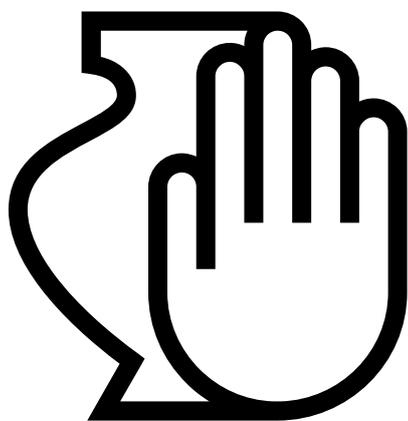
# CONVENÇÕES DE CULTURA DA UNESCO



## **Convenção para Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954)**

A Convenção de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado foi o primeiro tratado internacional destinado à proteção do patrimônio cultural no contexto da guerra e que colocou de relevo o conceito de patrimônio comum levando à criação do Comitê Internacional do Escudo Azul (ICBS). Este comitê estabeleceu o símbolo do Escudo Azul para identificar os bens culturais protegidos em caso de conflito armado.

Esta convenção tem dois protocolos (Primeiro protocolo, 1954 e Segundo protocolo, 1999) que completam e reforçam os artigos e as disposições contidos na Convenção de 1954.



## **Convenção Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais (1970)**

Desde o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, furtos es têm permanentemente aumentada, tanto museus e sítios arqueológicos, especialmente em Os países do Sul. No Norte, colecionadores particulares e, muitas vezes as instituições oficiais, são propostas cada mais obras de origem ilícita.

Neste contexto, e para responder a tais situações, a Convenção em 1970 foi estabelecida sobre as medidas Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e transferência de propriedade de bens culturais.



## **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)**

A Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, tem por objetivo promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural tido como especialmente valioso para a humanidade.

Os Estados Parte se comprometem, mediante esta Convenção, em identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir o patrimônio situado em seu território às futuras gerações, e alocar os recursos necessários para este trabalho de proteção.



### **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2001)**

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático é um instrumento dirigido a todos os territórios marítimos; potencia a proteção legal do patrimônio subaquático, e proíbe a ilícita recolha de artefatos existentes no fundo do mar, bem como seu tráfico. A Convenção também responde às necessidades de assistência técnica e científica dos Estados Membros e fomenta a cooperação entre países, sem afetar as regras relativas às zonas marítimas e sem entrar em conflitos territoriais



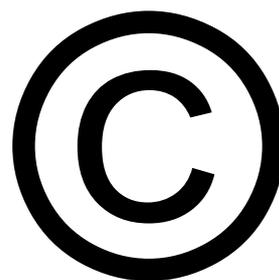
### **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003)**

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial tem por objetivo principal salvaguardar os usos, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas de comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos que são reconhecidos como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio imaterial se pode manifestar em âmbitos tais como tradições orais, artes do espetáculo, usos sociais, ritos, atos festivos, conhecimentos e práticas que guardam relação com a natureza e o universo.



### **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)**

A Convenção é um acordo internacional juridicamente vinculante que garante aos artistas, profissionais da cultura, profissionais e cidadãos de todo o mundo a possibilidade de criar, produzir, difundir e desfrutar de um vasto leque de bens culturais, serviços e atividades, incluídas as próprias. Ademais, reconhece a natureza específica dos bens culturais, serviços e atividades que são veículos de identidade, de valores e de significado. E embora os bens culturais, serviços e atividades tenham um valor econômico notável, não são mercadorias ou bens de consumo que devam ser considerados meros objetos de comércio.



### **Convenção Universal sobre Direito de Autor (1952)**

A Convenção Universal sobre Direito de Autor estabelece: cada um dos Estados Partes compromete-se em tomar todas as medidas necessárias para a proteção suficiente e efetiva dos direitos autorais (ou de quaisquer outros titulares destes direitos) sobre obras literárias, científicas e artísticas, como obras musicais, dramáticas e cinematográficas e de pintura, gravura e escultura.

### **Recomendação sobre Museus e Coleções (2015)**

A Recomendação para a Proteção e a Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidades e seu Papel na Sociedade é uma recomendação que assinala a importância da proteção dos museus e coleções como elemento chave para obter um desenvolvimento sustentável, especialmente pelo papel que jogam na preservação e proteção do patrimônio, a proteção e promoção da diversidade cultural, a transmissão do conhecimento científico, o desenvolvimento da política educativa, a coesão social, e o desenvolvimento das indústrias criativas e o turismo sustentável.

11



OBJETIVO 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis





© Eddy Quiroz

## 1.4. Cultura e Desenvolvimento na Agenda 2030

Em setembro de 2015 aconteceu, em Nova York, a Cúpula das Nações Unidas para a adoção da Agenda 2030, na que foram estabelecidas as prioridades e as áreas de ação para o desenvolvimento sustentável nas próximas décadas e se demonstrou que a comunidade internacional está cada vez mais ciente da necessidade de integrar a cultura nesta Agenda.

Em um número anterior desta revista, e durante a reunião de setembro de 2015 em Havana, o anterior Vice-Diretor Geral de Cultura da UNESCO Alfredo Pérez de Armiñán realçava que a cultura, em suas múltiplas expressões – desde o patrimônio cultural, passando pelas indústrias culturais e criativas e até o turismo cultural – é uma condição e um motor dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. E assim se reconhece através de muitos exemplos.

Garantindo os vínculos e o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a cultura pode contribuir para a

elaboração de um modelo de desenvolvimento que responda às preocupações atuais e focalize os desafios, que melhore a eficácia das políticas de desenvolvimento e fortaleça a participação dos governos nacionais, regionais e locais na definição e implantação dos programas e estratégias para uma mudança transformadora.

Neste contexto, a UNESCO continua trabalhando com os governos, as demais agências das Nações Unidas e as organizações sociais a fim de assegurar a inclusão da cultura como condição essencial e motor de desenvolvimento sustentável na Agenda 2030.

Nos últimos anos, fomos testemunhas de um considerável número de reuniões de alto nível focalizando a relação existente entre a cultura e o desenvolvimento sustentável, e nas que foram apresentadas experiências e iniciativas que tiveram verdadeiro sucesso na prática.

Em 2013 foram aprovados vários documentos, entre os quais merecem destaque a “Declaração de Hangzhou” adotada durante o Congresso Internacional de Hangzhou (China) sobre a “Cultura: Chave para o Desenvolvimento Sustentável”, em maio; as conclusões do debate temático de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Cultura e Desenvolvimento realizado em junho; a Declaração Ministerial do ECOSOC de julho; a edição especial de 2013 do Relatório das Nações Unidas sobre a Economia Criativa, que foi publicada pela UNESCO em parceria com o PNUD; e a “Promessa de Bali”, adotada durante o Fórum Mundial de Cultura de Bali (Indonésia) em novembro.

Já em 2014, o segundo debate temático especial sobre a Cultura e o Desenvolvimento Sustentável, organizado em maio na sede das Nações Unidas em Nova York (Estados Unidos) pelo Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas em parceria com a UNESCO, congregou dezoito ministros e representantes de alto nível dos Estados Membros (incluindo Argentina, Bahamas, Brasil, Haiti, Jamaica, Paraguai, Peru e Trinidad e Tobago) que realçaram a importância de integrar a cultura na Agenda, particularmente em cinco áreas-chave nas que a cultura pode jogar um papel decisivo: a erradicação da pobreza, a educação de qualidade, a gestão ambiental sustentável, as cidades sustentáveis, a coesão e a inclusão social.

Estes esforços receberam novo alento através da campanha “O futuro que queremos inclui a cultura (#culture2015goal) patrocinada por uma coalizão de mais de 600 organizações não governamentais, que coletou 2.000 assinaturas em 120 países para a inclusão de metas e indicadores explícitos sobre a cultura na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Na terceira edição do Fórum Mundial da UNESCO sobre a Cultura e as Indústrias Culturais realizado em Florença (Itália), em outubro de 2014, foi adotada a chamada “Declaração de Florença”, na que se estabelecem princípios e recomendações endereçados aos governos, os agentes da sociedade civil e o setor privado sobre estratégias eficazes que estimulem a mudança transformadora colocando a cultura no centro das futuras políticas de desenvolvimento sustentável.

No quadro do mencionado fórum foi lido o primeiro relatório da UNESCO sobre Igualdade de Gênero, Patrimônio e Criatividade. Este relatório, que constitui o fruto de décadas de reflexão e compromisso da UNESCO com a promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, em todas as esferas da vida cultural, mostra como a cultura pode ser um aliado poderoso para alcançar a igualdade de gênero e a construção de sociedades mais prósperas e inclusivas.

Tal qual afirmaram os participantes do debate temático especial sobre a Cultura e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, realizado em maio passado, a cultura é um poderoso recurso para a erradicação da pobreza. Segundo o Banco Mundial, a cultura ajudará a alcançar antes de 2030 o ambicioso objetivo que pretende reduzir a 3% a percentagem de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares norte-americanos ao dia.

Segundo o Relatório sobre a Economia Criativa de 2013, as indústrias culturais e criativas pertencem aos setores mais dinâmicos e de rápida expansão da economia mundial, o que contribui para o crescimento econômico sustentável, a geração de ren-

das e a criação de empregos estáveis. Atualmente por volta de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Equador, e 3,5% do PIB da Colômbia derivam de atividades culturais. Na Argentina, o setor criativo emprega perto de 300.000 pessoas, o que representa 3,5% do PIB nacional. As indústrias culturais e criativas oferecem aos países a possibilidade de diversificar, expandir e fortalecer as economias nacionais e contribuem, assim, para a redução das desigualdades sociais.

Em 2012, mais de um bilhão de pessoas viajaram pelo mundo. Assim, a relação turismo – cultura oferece uma oportunidade sem par de contribuir para o crescimento econômico inclusivo, o desenvolvimento social e a estabilidade institucional. O turismo cultural sustentável é um motor econômico que se baseia na proteção do patrimônio cultural e na promoção das atividades e indústrias culturais, portanto realça o perfil internacional dos destinos, permite a criação de recursos para ser mais competitivos, fortalece as comunidades locais e favorece o diálogo e a compreensão entre todos. É necessário sublinhar a necessidade de que o turismo cultural seja verdadeiramente sustentável, ou seja, compatível com a manutenção e apropriada gestão dos valores culturais dos lugares visitados, evitando sua desnaturalização ou desaparecimento por causa da exploração abusiva, ou da erradicação das atividades econômicas tradicionais.

A maneira em que as pessoas aprendem, adquirem e transmitem conhecimentos está estreitamente ligada ao contexto geográfico, histórico e linguístico. Por isso, as estratégias e programas educativos que levam em conta a diversidade cultural são mais eficazes na hora de oferecer educação de qualidade.

Os currículos educativos que levam em consideração o contexto local e que incluem a educação artística dotam os cidadãos das capacidades necessárias para responder aos desafios das sociedades contemporâneas e estimulam, assim, a liberdade de expressão, promovem o pluralismo e, em definitiva, contribuem para alcançar sociedades mais integradas. Este é o caso do Brasil, que nos últimos anos investiu na criação de centros de formação para as artes, que acabaram se convertendo em motores de inclusão social, revitalização urbana e criação de emprego.

A cultura, e mais concretamente os conhecimentos tradicionais e as práticas locais de gestão ambiental, contribuem notavelmente para a sustentabilidade ambiental e para que as comunidades afetadas a mantenham. Estes conhecimentos e práticas tradicionais, que constituem um valioso patrimônio cultural imaterial, oferecem-nos ferramentas úteis para garantir a sustentabilidade agrícola e a segurança alimentar, prevenir a perda de biodiversidade, enfrentar os desafios ambientais, a redução dos riscos de desastres e o abrandamento dos efeitos da mudança do clima. Neste sentido, os sistemas de gestão de águas de San Cristóbal de las Casas (México) baseadas na tradição cultural maia, que considera a água um recurso comunitário a ser gerido pela comunidade toda, fortalecem os vínculos entre seus membros e asseguram a gestão sustentável dos recursos naturais.

A integração de aspectos culturais e métodos tradicionais no desenvolvimento do meio ambiente comporta a participação ativa das comunidades locais e favorece uma relação mais harmoniosa entre a raça humana e o meio ambiente.

## OBJETIVO 13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

13



© UNESCO/Brugman, 2016

Estima-se que 70% da população mundial vivam nas cidades, em 2030. Isto traz consigo muitos desafios. Por exemplo, a necessidade de estabelecer um sistema de gestão sustentável do planejamento e desenvolvimento urbanos.

O patrimônio cultural, as cidades históricas e os museus presunem um recurso estratégico para o desenvolvimento local nestes tempos de rápida transformação urbana, porque a regeneração dos centros históricos, a reordenação sustentável das áreas urbanas e dos espaços públicos e a participação das comunidades locais na proteção, gestão e desfrute do patrimônio trazem como resultado a melhora das condições de vida da população e a preservação do tecido social. Em outras palavras, se tornam cidades sustentáveis.

Do mesmo modo, as indústrias culturais e criativas são fundamentais para que as cidades desenvolvam uma vida cultural rica e ativa, atraiam investimentos e favoreçam a coesão entre suas comunidades.

De resto, o acesso pleno e igualitário de todas as pessoas à vida cultural é um requisito indispensável para melhorar a coesão e a inclusão social e contribuir para a construção de um futuro melhor.

A cultura tem um potencial extraordinário de propiciar o diálogo entre os membros da sociedade, fortalecer a sociedade civil e

favorecer a vida democrática encorajando o exercício das liberdades, a tolerância, o entendimento, a paz e a reconciliação. É, também, um ponto de apoio eficaz na hora de estreitar as relações sociais, no enfrentamento aos desastres e às crises. Assim ocorreu no Haiti, depois do terremoto de 2010, quando a população afetada lançou mão do teatro, da dança e da música como meios de expressão e como mecanismos para superar a agressão emocional provocada pelo trágico acontecimento.

Os próximos meses serão determinantes para avançar neste esforço compartilhado por Governos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado. O relatório final do Grupo de Trabalho Aberto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentado na Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro passado, será o ponto de partida das futuras negociações da Agenda Pós-2015 de Desenvolvimento Sustentável. Agora mais do que nunca devemos concentrar nossas energias em incluir a cultura no documento final a ser aprovado no próximo mês de setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas.

*\*Este artigo é uma atualização do escrito por Alfredo Pérez de Armiñan, ex-diretor geral adjunto da UNESCO e publicado na Revista Cultura e Desenvolvimento N.13.*



## 1.5. Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento

### Resumo:

Como a cultura contribui para o desenvolvimento de um país? Como interage com outras áreas de prioridade do desenvolvimento? Como são geridos os recursos da cultura para apoiar a sustentabilidade dos processos de mudança? Estas são algumas das perguntas às que a Bateria de Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (BICD) pretende dar resposta gerando novos conhecimentos e dados sobre a realidade e o potencial da cultura em diferentes países de renda média e média baixa.

Este projeto de pesquisa aplicada começou em 2009 com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) no quadro da implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Quatro anos depois, e após um exaustivo processo de pesquisa e rigorosa fase de provas em dez países, a UNESCO coloca à disposição da comunidade internacional uma metodologia para construir 22 indicadores que medem o papel que a cultura desempenha nos processos de desenvolvimento em nível país. A BICD aborda a cultura tanto em sua vasta acep-

ção de valores e normas que orientam o comportamento humano quanto em seu sentido restringido de setor de atividade organizada.

Seu enfoque pragmático e flexível, que privilegia as fontes nacionais, permite à BICD superar os obstáculos tradicionais ligados à precariedade das estatísticas culturais recomendando uma ferramenta de medida e análise que apóia de maneira eficaz a formulação de políticas e facilita o diálogo entre diferentes atores de desenvolvimento.

### Introdução

A inclusão efetiva da cultura nas estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento exige avançar na produção de novas informações e dados que mostrem, explorem e avaliem as múltiplas, ricas e variadas formas de contribuição da cultura para os processos de desenvolvimento admitindo a complexidade desta tarefa e os desafios que representam, sem renunciar à ação.

A ausência notável da cultura nos principais instrumentos de medição do desenvolvimento: os do Banco Mundial, o Índice de De-

envolvimento Humano do PNUD, ou os indicadores de progresso da OCDE, são um reflexo fiel desta situação. A ausência de indicadores e ferramentas para medir o papel da cultura, num meio em que os indicadores pautam os padrões das políticas de desenvolvimento, é uma grande desvantagem, particularmente quando a comunidade internacional se prepara para definir a nova agenda do desenvolvimento pós-2015.

Em busca de soluções pragmáticas para a falta de dados quantitativos, a UNESCO, com o apoio de AECID, lança em 2009 a partir da Secretaria da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais um processo de pesquisa aplicada, para elaborar uma ferramenta operacional que responda à necessidade dos países de contarem com dados e informações empíricas que ilustrem as inter-relações multidimensionais entre cultura e desenvolvimento. Ao longo de quatro anos, aderiram a este projeto expertos internacionais e jovens pesquisadores que contribuíram para a conceptualização, desenvolvimento e prova de uma metodologia de construção de indicadores: a Bateria de Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (BICD). Também colaboraram ativamente 11 países parceiros, principalmente países de renda média, média baixa e baixa<sup>1</sup>, através de duas fases de prova, ajuste e validação dos indicadores.

A UNESCO tenciona representar, por meio deste projeto, o abundante discurso teórico e político sobre a importância da cultura no desenvolvimento dos países com dados empíricos e tangíveis que consigam convencer os atores culturais, e principalmente os atores do desenvolvimento, da valiosa contribuição da cultura não só como mero “instrumento” do desenvolvimento, mas também uma “finalidade” do mesmo.

O resultado é uma ferramenta pragmática de medida e análise adaptada às realidades estatísticas nacionais – caracterizadas por uma disponibilidade limitada de fontes de dados e de capacidades de tratamento estatístico – que abraça a visão fundacional de Nossa Diversidade Criativa, o relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (UN/UNESCO) e sua chamada de passar à ação.

Este artigo apresenta em linhas gerais o enfoque teórico e metodológico da BICD e as dimensões abordadas através de 22 indicadores. E se oferecem alguns dos resultados obtidos em nível país, bem como a primeira aproximação da leitura cruzada dos dados através da modelização do DNA da cultura para o desenvolvimento.

#### **Quadro conceitual e definições de trabalho**

O ponto de partida da BICD foi estabelecer o quadro conceitual que devia sustentar os indicadores propostos. As definições da cultura e do desenvolvimento são inumeráveis e não há consenso sobre as mesmas. As diferenças são semânticas, discursivas e políticas, também ligadas aos objetivos e interesses dos quais são formulados. A análise das interações, correlações e causalidades entre as diferentes acepções de cultura e os processos de desenvolvimento econômico, social e político são, portanto, muito complexas. A diversidade da(s) cultura(s), a particularidade de cada situação e contexto social, histórico e político, bem como a dificuldade de medir seus aspectos mais intangíveis tem sido um dos principais obstáculos para a geração de dados estatísticos que pudessem ser comparados em nível internacional.

Reconhecendo esta complexidade, a BICD propõe definições de trabalho comuns que sirvam de base a todos os indicadores.

A BICD define cultura em dois sentidos: em seu sentido vasto (antropológico) como o conjunto de normas, valores, saberes, crenças, modos de vida e práticas simbólicas que norteiam a conduta individual e organizam o comportamento coletivo. E em seu sentido restringido (setorial) como um setor de atividade que organiza as diferentes manifestações da criatividade intelectual e artística – passada e presente – e que inclui indivíduos, organizações e instituições envolvidos em sua transmissão e renovação.

A BICD também define desenvolvimento como um processo de mudança e transformação das sociedades e expansão de liberdades, de maneira que indivíduos e comunidades possam ter acesso à vida que valorizam e têm motivos para valorizar. Desta perspectiva, o desenvolvimento é um processo encaminhado a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Engloba a geração de oportunidades, que fazem com que os indivíduos possam desfrutar de liberdades fundamentais, e a promoção e defesa dos direitos e deveres que possibilitam sua expansão.

Partindo destas definições e construindo sobre trabalhos prévios, a BICD explica a contribuição da cultura para o desenvolvimento como um fim em si (função constitutiva) e um meio para conseguir outros fins do desenvolvimento (função instrumental).

Neste sentido e em linhas gerais, a cultura é entendida como constitutiva do desenvolvimento porque “a liberdade de escolher os valores que a gente acha que deve defender e a existência a que a gente deve almejar” [...] são decisivos para que “as pessoas possam viver da maneira que desejem”.<sup>2</sup> A cultura em sua acepção vasta e restringida é um objetivo em si que enriquece o bem-estar e a qualidade de vida individual e coletiva.<sup>3</sup>

Também se entende que a cultura em sua função instrumental afeta positivamente os componentes econômicos, sociais e políticos do desenvolvimento.<sup>4</sup> Seus efeitos positivos também ocorrem em sentido contrário e estes componentes modificam e influenciam positivamente a(s) cultura(s). (López Olarte, Omar 2013). Isto não quer dizer que as inter-relações entre a cultura e os demais componentes do desenvolvimento sempre sejam positivas em ambas as direções. Pelo contrário, desde as primeiras discussões em torno da cultura e desenvolvimento, nos anos 1960, tem sido evidente que a cultura também pode orientar resistências à mudança e tensões. Por exemplo, práticas culturais concretas podem gerar desafios quanto ao respeito de direitos humanos fundamentais. Não obstante, a BICD dá ênfase aos aspectos positivos.

#### **Uma ferramenta operacional para visibilizar a contribuição multidimensional da cultura para o desenvolvimento**

A BICD é uma ferramenta estatística de sensibilização dirigida a instâncias nacionais e internacionais do desenvolvimento. Seus 22 indicadores, organizados em sete dimensões chave, mostram as relações e interdependências entre cultura e desenvolvimento e informam da formulação de políticas e medidas culturais e de desenvolvimento que tirem proveito do potencial que a cultura oferece.



O resultado do trabalho de pesquisa aplicada dos Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento<sup>5</sup>, se desagrega em produtos que permitem a implementação futura da BICD em nível nacional de maneira que se amplie o número de países cobertos. Estamos falando em Manual Metodológico, Kit de Implementação e guias práticas que acompanham passo a passo os processos de coleta e tratamento de dados, a construção dos indicadores e a análise de resultados através de modelos de visualização atrativos e facilmente compreensíveis. Igualmente, surgiu uma base de dados que reúne os resultados obtidos em nível país e permite gerar um modelo DNA de cultura para o desenvolvimento em nível nacional. Estas ferramentas, que estavam em fase de terminação quando este artigo era redigido, já estão disponíveis em <http://en.unesco.org/creativity/cdis>.

A fim de reduzir a complexidade e avançar pragmaticamente na geração de conhecimento, a BICD focaliza sete dimensões, consideradas relevantes para ilustrar e medir o papel da cultura e sua contribuição para o desenvolvimento nacional<sup>6</sup>. Seria ideal se este esforço prosseguisse e incluísse outras dimensões importantes como a Saúde ou o Meio Ambiente cujos vínculos com a cultura são fortes<sup>7</sup>.

Vale assinalar, também, que a BICD não foi desenhada para avaliar ou monitorar programas ou projetos concretos, e sim para proporcionar informação em nível nacional sobre uma série limitada de dimensões<sup>8</sup>. Oferece uma vista panorâmica em nível macro de:

- As relações e inter-relações entre cultura e desenvolvimento em torno das sete dimensões estudadas colocando de relevo o desempenho geral do país na promoção de cultura como componente do desenvolvimento.

- O meio existente (ou emergente) tendo em vista a proteção e a promoção dos recursos, acervos e processos culturais colocando de relevo, assim, os principais desafios e potencialidades existentes em nível nacional, para dinamizar as relações e interações positivas entre cultura e desenvolvimento.

A BICD é composta por 22 indicadores simples ou complexos que se organizam em indicadores de resultados (benchmark) ou descritivos (de natureza contextual) focalizando aspectos tangíveis e intangíveis, objetivos e subjetivos, que guardam relação com as condições dos recursos, acervos e processos culturais num determinado país. Proporcionam informação de diversos parâmetros, ou variáveis que se estima que afetem a contribuição da cultura nos processos de desenvolvimento em nível nacional.

Algumas das propostas de indicadores da BICD não são novas, sendo construídas sobre progressos consolidados, por exemplo, o valor agregado ao PIB, ou os consumos e práticas culturais<sup>9</sup>. Em outros casos, alguns dos indicadores recomendados para ilustrar certas dimensões (por exemplo, comunicação ou gênero) são indicadores comumente utilizados de perspectivas diferentes às estritamente culturais.

A metodologia BICD sempre privilegia possíveis fontes secundárias (baratas) e nacionais (geralmente as mais fiáveis, precisas e atualizadas), valorizando os esforços prévios concentrados na informação cultural em nível nacional. Isso proporciona flexibilidade e pertinência à matriz, mas em detrimento da comparabilidade dos dados. Não obstante, e em resposta à busca das equipes e das autoridades nacionais, ao longo da elaboração, prova e validação da BICD, foi possível construir elementos de

comparabilidade internacional para boa parte de seus indicadores.

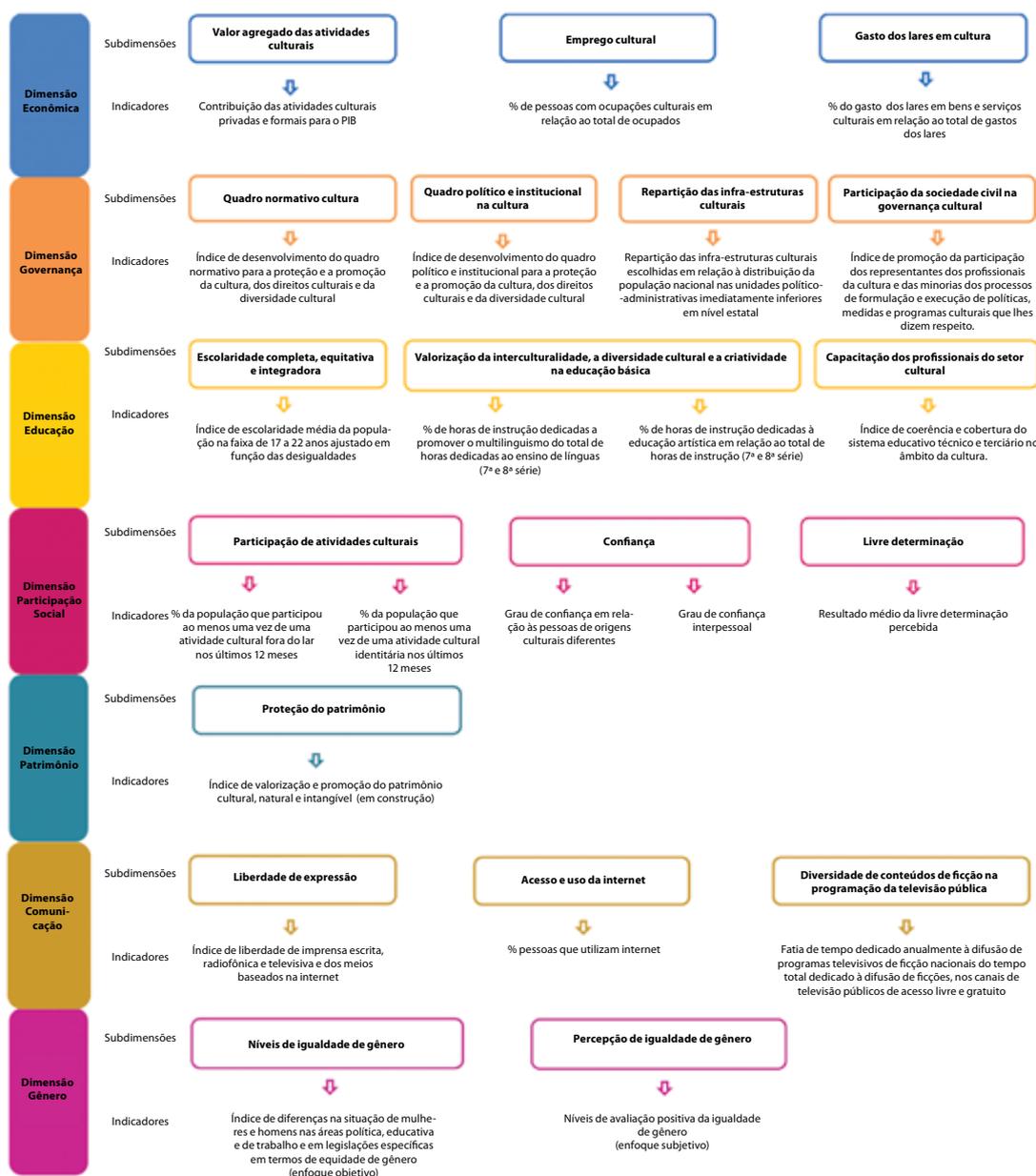
Um aspecto fundamental a ser realçado é que, para além da aproximação particular de cada dimensão, a matriz global de resultados da BICD gera leituras cruzadas que exploram os vínculos entre diferentes áreas e dimensões colocando em evidência, em nível macro, as relações entre cultura e desenvolvimento do ponto de vista holístico e inclusivo. Este enfoque responde diretamente à lógica do conceito de “bateria de indicadores” ou IndicatorSuite<sup>10</sup>, que foi a opção metodológica escolhida para enfrentar a falta e a limitação de dados disponíveis na maioria dos países alvo.

### Matriz inclusiva: dimensões e indicadores para um dna de cultura para o desenvolvimento

Tomando por base o Manual Metodológico, vamos descrever brevemente as sete dimensões cobertas pela BICD e seus respectivos indicadores. Neste quadro, são mostrados alguns dos resultados obtidos até agora em nível país para melhor compreensão dos indicadores e das possibilidades de contextualização que abrem em nível nacional. São apresentados, também, os modelos de visualização global de resultado através dos DNA de Cultura para o Desenvolvimento que favorece a realização de leituras cruzadas.

O diagrama 1 detalha dimensões, subdimensões e indicadores que conformam a matriz dos Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento:

Diagrama 1. BICD: dimensões, subdimensões e indicadores



### A dimensão Economia

Com esta dimensão se trata de demonstrar a contribuição “instrumental” do setor cultural para o crescimento econômico através de três variáveis: a contribuição das atividades culturais para o Produto Interno Bruto dos países; o emprego gerado pelas ocupações culturais e quanto gastam os lares em bens e serviços culturais<sup>11</sup>.

Uma característica das medições destas variáveis é sua complexidade metodológica: é difícil identificar com exatidão o setor cultural nas classificações e nas fontes estatísticas disponíveis.

Além disso, a informalidade em que estas atividades se realizam na maioria dos países objetivo e as características próprias dos serviços culturais tornam difícil a medição exata e completa da contribuição do setor cultural para a economia. Por causa das restrições de recursos e tempo, a BICD não tenciona cobrir todos os desafios que envolvem a medição exaustiva destas variáveis, prefere adotar uma postura pragmática de aproximação do fenômeno. Seu método e alcance não abrangem o setor informal, nem os efeitos indiretos ou induzidos em outros setores da economia de cultura. Mesmo assim, proporciona resultados concludentes sobre a contribuição da cultura em termos de desenvolvimento econômico, e pela primeira vez na maioria dos países de renda média e baixa nos que a BICD foi aplicada. Nestes casos, a Bateria oferece uma contribuição nova e um referencial metodológico comum, que possibilita comparações entre os países que a implementem.

Exemplo: valor agregado das atividades culturais no Equador

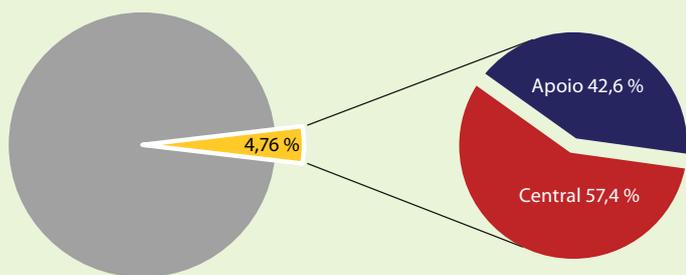


Gráfico 1. Percentagem de contribuição das atividades culturais particulares e formais para o PIB no Equador.

Fonte: CENSO ECONÔMICO 2010 (INEC). Metodologia e cálculos: Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento

A BICD gerou uma informação inédita no país: as atividades culturais privadas e formais no Equador perfizeram uma fatia de 4,76% do PIB em 2010 (\$4.048.398.52,86). Da contribuição de 4,76% para o PIB, 42,6% provêm de atividades culturais de equipamento e apoio (ou seja, de indústrias de apoio que possibilitam ou facilitam a criação, a produção, e a distribuição de produtos culturais), e 57,4% de atividades culturais centrais. Assim, as indústrias produtivas diretamente ligadas à criação, produção, distribuição e desfrute de conteúdos culturais contribuíram em 2,73% para o PIB em 2010, similar as dos cultivos de banana, café e cacau (2,6%) e superior a de fabricação de produtos derivados do petróleo (2,0%). Este dado relevante é apenas a ponta do iceberg da contribuição global do setor, porquanto não conta as contribuições das atividades realizadas em estabelecimentos culturais do setor informal, nem das atividades culturais não comerciais oferecidas por organismos públicos, ou por instituições sem fins lucrativos, ambos importantes no Equador. Também não se levam em conta as atividades chave estreitamente ligadas à cultura como as receitas de hotéis, restaurantes e transportes associados a atividades ou sítios culturais e patrimoniais.

### A dimensão Educação

Esta dimensão analisa a prioridade dada pelas autoridades públicas para o desenvolvimento de um sistema educativo que valorize a interculturalidade, a diversidade cultural e a criatividade; incentive o público a apreciar a cultura; incida na criação de públicos informados; e influa no empoderamento cultural de seus cidadãos e na promoção de uma classe criativa competitiva.

Esta dimensão consta de quatro indicadores: um índice que avalia a implementação do direito cultural à educação no que diz respeito à educação básica dos jovens na faixa de 17 a 22 anos; um indicador do plurilinguismo na educação secundária básica como aproximação da análise dos níveis de estímulo da interculturalidade, bem como da valorização e compreensão da diversidade cultural; um indicador sobre educação artística, também na educação secundária básica, que oferece uma aproximação dos níveis de estímulo para a criatividade e a formação de públicos educados; e um último indicador que analisa a coerência e cobertura dos sistemas de educação técnica e terciária em áreas ligadas à cultura.

Exemplo: uma escolaridade completa e integradora no Equador

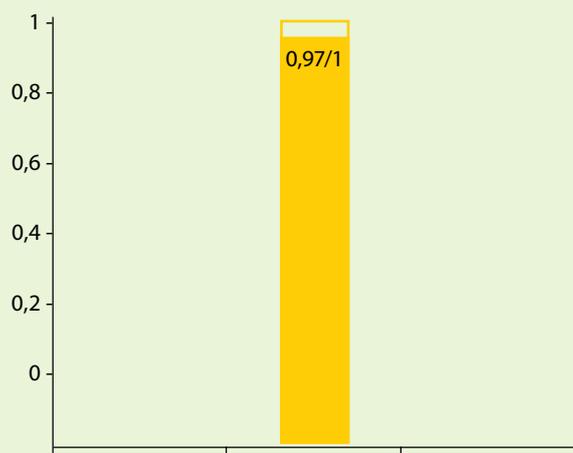


Gráfico 2: Índice de escolaridade média da população na faixa de 17 a 22 anos ajustado em função das desigualdades.

Fonte: Censo de População e Habitação (2010) Metodologia e cálculos: UNESCO ICD.

O indicador da subdimensão educativa de uma escolaridade completa, inclusiva e integradora, mostra para o Equador 0.97 sobre o máximo de 1. Este indicador de resultado comprova o esforço feito pelas autoridades públicas em prol de uma educação completa, equitativa e integradora mediante a adoção de medidas em favor da terminação dos estudos, ou a introdução de reformas para a melhora gradual da qualidade da educação. O indicador assinala que a escolaridade média da população alvo na faixa de 17 a 22 anos é de 11.1 anos. A maioria dos jovens equatorianos usufrui o direito cultural à educação, participa dos espaços chave de construção e transmissão de valor, competências e atitudes culturais, bem como de empoderamento pessoal e social que é a escola básica. Em contraste, 3% da população alvo se encontram em situação de penúria educativa, ou seja, contam com menos de quatro séries de escolaridade. Assim, persistem a desigualdade e as brechas no desfrute do direito cultural à educação que deve ser cobertas, especialmente no que diz respeito à população afro e indígena, que, em todas as faixas etárias, exibia o menor número de anos de escolaridade comparado com o da população branca e mestiça, segundo a Pesquisa de Condições de Vida de 2006. O Equador se coloca próximo do máximo relativo deste indicador em relação a cinco outros países que implementaram este mesmo indicador.

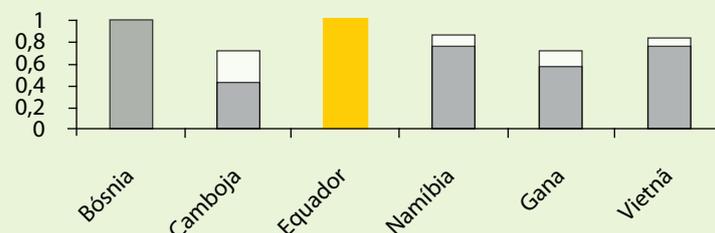


Gráfico 3: Índice de escolaridade média da população na faixa de 17 e 22 anos ajustado em função das desigualdades em 6 países BICD.

### A dimensão Governança e Institucionalidade

Esta dimensão avalia e analisa os mecanismos normativos, políticos e institucionais suscetíveis de beneficiar os direitos culturais, promover a diversidade e estimular a cultura como parte essencial do desenvolvimento. Aborda os compromissos e os resultados de governança e institucionalidade cultural através das ações realizadas pelas autoridades públicas na formulação e implementação de quadros normativos, políticos e institucionais. Também cobre a disposição de infraestruturas culturais e os espaços para participar de processos mediante os quais se formulam e se implementam as políticas culturais.

Consta de dois índices compostos que abordam respectivamente o grau de desenvolvimento do quadro normativo, do quadro político e institucional na cultura, de um indicador para infra-estruturas culturais que se centra em sua repartição territorial em relação à população residente em cada unidade territorial inferior ao grau estatal e, finalmente, de um índice de participação da sociedade civil que se aproxima do grau de promoção de participação dos representantes dos profissionais do setor cultural e das minorias nos processos de formulação e execução de políticas, medidas e programas culturais que lhes dizem respeito.

Os índices e indicadores dessa dimensão são novos e fornecem informação inédita aos países alvo para monitorar a implementação dos objetivos nacionais fixados em governança e institucionalidade cultural, bem como identificar as áreas em que existem os maiores desafios a serem superados.

### A dimensão Participação Social

A liberdade de ter acesso às atividades e ao consumo de bens e serviços culturais, bem como ao desenvolvimento de práticas culturais, incide na qualidade de vida dos indivíduos e, portanto, no desenvolvimento. Esta dimensão mede os níveis de participação da vida cultural e as possíveis fraturas ou exclusões existentes, a fim de avaliar e se aproximar do nível de vitalidade cultural, da apropriação social das atividades culturais e das divisões ou

exclusões existentes dentro de uma sociedade. Neste sentido, se aproxima do grau em que as sociedades são capazes de promover a liberdade de participar da vida cultural e viver a vida que se quer conforme aquilo que têm razões de valorizar. Aproxima-se, também, do nível de confiança, abertura à diversidade e tolerância da população e, assim, compreender as aptidões para a cooperação, indispensáveis para o desenvolvimento.

Esta dimensão consta de cinco indicadores que cobrem as áreas seguintes:

i) Os níveis de participação de atividades culturais fora do lar (próprias do setor cultural convencional), de atividades culturais que fortalecem a identidade (ligadas, a maioria das vezes, a formas e expressões do patrimônio intangível).

ii) As relações entre a cultura e o capital social e a confiança mediante três indicadores. O primeiro indicador aborda os níveis de tolerância a partir do grau de confiança na população cujas origens culturais são diferentes. O segundo aborda o capital social a partir dos graus de confiança interpessoal. Finalmente, o terceiro focaliza a percepção da liberdade de autodeterminação dos indivíduos. Estes três últimos indicadores se movem no âmbito dos valores subjetivos declarados.

#### A dimensão Comunicação

Esta dimensão aquilata a medida de interação entre a cultura e a comunicação. Nas suas três dimensões aborda o respeito e a promoção do direito à liberdade de expressão, compreendida como suporte do desenvolvimento de sociedades participativas e abertas, e condição de um meio favorável para a criatividade e a diversidade cultural. Igualmente, focaliza o acesso às tecnologias digitais, em particular, à internet, que estão modificando notavelmente os modos de as pessoas se comunicarem entre si, as formas de acesso, criação, produção e difusão das ideias, informações e conteúdos culturais. Também mede a diversidade de conteúdos de ficção na televisão pública a fim de avaliar a existência de condições que propiciem uma participação cultural discricionária baseada em opções, bem como o acesso a espaços de difusão, em particular para as produções e conteúdos locais.

Exemplo: Diversidade de conteúdos na televisão pública da Namíbia

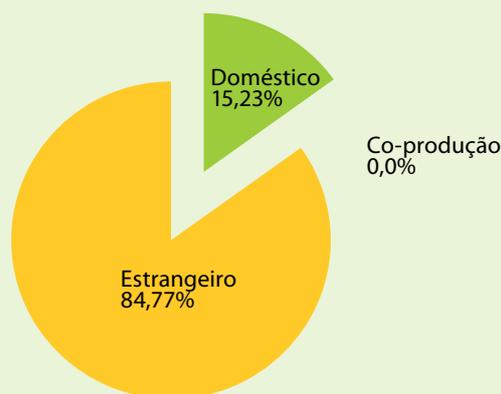


Gráfico 4. Proporção de tempo anual dedicado à difusão de programas de ficção nacionais em comparação com o tempo total de difusão de programas de ficção num ano, nos canais de televisão pública de acesso livre e gratuito.

Fonte: Namíbia Broadcasting Corporation. Método e cálculos. Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento.

O indicador da subdimensão relativa à diversidade de conteúdos de ficção fornecidos pela televisão pública assinala que 15,23% dos programas de ficção difundidos na Namíbia, em 2013 são de produção nacional (ver gráfico 4). Apesar de o documento de Política das Artes e a Cultura, promulgado em 2001 reconhecer o papel do organismo de radiodifusão pública (Namíbia Broadcasting Corporation, NBC) na vida cultural e artística dos cidadãos, assim como para a difusão da criação artística e cultural nacional, só uma percentagem limitada da produção de ficção doméstica (e nenhuma co-produção) se oferta ao público através deste meio, o que mostra indiretamente os baixos níveis de apoio do setor público ao desenvolvimento do conteúdo doméstico, bem como aos criadores namibianos. Esta leitura do indicador se cruza facilmente com dois dos indicadores econômicos que sugerem níveis baixos de produção de produtos e serviços culturais nacionais e um elevado consumo de bens e serviços culturais nos lares. Isto evoca uma importante procura e, portanto, a possibilidade de expandir a oferta de conteúdos locais.

#### A dimensão Equidade de gênero

A equidade de gênero é um aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável. A igualdade de oportunidades sociais, econômicas, políticas e culturais para que a população toda possa gozar de liberdade nestas áreas, sem nenhuma discriminação, é uma meta prioritária. Os valores e as aptidões culturais podem incidir em que a discriminação contra mulheres persista, mas também podem influenciar que diminua e desapareça. Além disso, os valores e as aptidões culturais são permeáveis às políticas e medidas ativas em prol da equidade de gênero e não são estáticos, evoluem e se fortalecem reciprocamente.

Partindo destes postulados, esta dimensão mede o grau em que a igualdade de gênero é tida como importante no desenvolvimento de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, que promovam o respeito dos direitos humanos e a construção de uma sociedade aberta e inclusiva.

Consegue-se isto através de um índice composto, que reflete as diferenças em termos de resultados entre homens e mulheres, em domínios chave como a educação, ou o acesso ao mundo de trabalho e de um indicador para o grau em que as atitudes e as percepções individuais são favoráveis à igualdade de gênero. Na abordagem das correlações ou vazios entre resultados objetivos em matéria de equidade de gênero, e resultados subjetivos ligados ao papel que se atribui às mulheres na sociedade, se consegue uma aproximação das inter-relações entre políticas e meios e valores culturais e atitudes que fornece informações úteis para influenciar a igualdade de gênero positivamente.

### A dimensão Patrimônio

O patrimônio cultural visto da perspectiva holística – incluindo o patrimônio natural, tangível e intangível, móvel e imóvel – é, ao mesmo tempo, um produto e um processo que proporciona às sociedades atributos herdados do passado, ou criados no presente e concedidos em benefício das gerações futuras. Todavia, conforme assinala Nossa Diversidade Criativa, estes recursos são uma “riqueza frágil” que precisam de políticas e modelos de desenvolvimento que preservem e respeitem sua diversidade e singularidade; uma vez que se perdem não são renováveis.

Tomando isto por base, a BICD recomenda um “Índice de desenvolvimento de um quadro multidimensional para a sustentabilidade do patrimônio” que oferece uma visão global das fortalezas e deficiências dos esforços públicos concentrados na proteção e promoção da sustentabilidade do patrimônio atendendo ao estímulo de seu potencial para o desenvolvimento.

Este índice focaliza diferentes aspectos:

- i) os “Registros e inscrições” que proporcionam uma indicação estrutural do grau de prioridade acordado para a proteção do patrimônio;
- ii) a “Proteção, salvaguarda e gestão do patrimônio, que permite analisar como a vontade pública mostrada através de registros e inscrições deriva em políticas e medidas concretas de proteção, salvaguarda e valorização do patrimônio, incluindo a promoção de uma gestão sustentável, o reforço de capacidades e o estímulo da participação das comunidades;
- iii) a “Transmissão e Mobilização de apoio”, como elementos indispensáveis para que a sociedade compreenda melhor o valor e o sentido do patrimônio e sua transmissão às gerações futuras.

Visão inclusiva das relações entre cultura e desenvolvimento

Além da análise individual dos indicadores, ou de sua interpretação por dimensões, a interação global entre as dimensões e os indicadores da BICD articula uma estrutura básica que denominamos o DNA da cultura para o desenvolvimento cuja visualização aparece no gráfico 5.

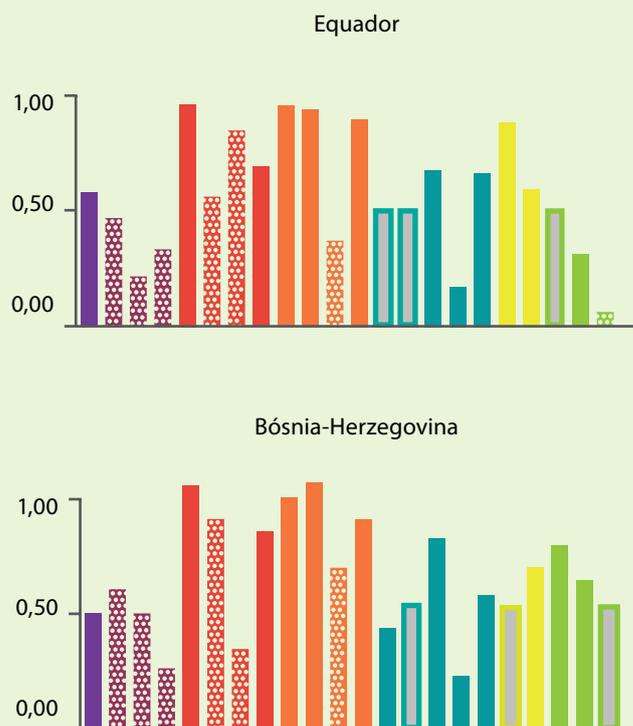


Gráfico 5. Cadeias DNA da Cultura para o Desenvolvimento no Equador e Bósnia-Herzegovina

Por meio da representação dos indicadores da BICD em formato de cadeias DNA se pretende visualizar, de maneira simples e compreensível, uma estrutura viva e complexa das relações entre cultura e desenvolvimento. Embora os padrões da cadeia DNA de cada país sejam exclusivos, todos possuem a mesma estrutura e componentes. O conceito DNA de cultura para o desenvolvimento parte das características básicas do DNA: todos os seres humanos possuem estruturalmente os mesmos componentes, mas estes se expressam, e se organizam de maneira diferente, segundo cada indivíduo, portanto são únicos.

Esta ferramenta visual ajuda, em primeiro lugar, a realizar análises cruzadas entre os resultados dos 22 indicadores da BICD ilustrando assim as inter-relações existentes entre as diferentes dimensões da cultura e do desenvolvimento. Isto nos ajuda a identificar e analisar as interconexões identificando os principais desafios e oportunidades existentes num determinado país para a promoção de seus recursos, acervos e processos culturais para o desenvolvimento.

O DNA tem a virtude de permitir certa compreensão comparativa do conjunto dos resultados da BICD em nível internacional evitando estabelecer rankings indesejáveis e contraproducentes entre países.

### Resultados alentadores com os olhos postos no futuro

A implementação dos indicadores da BICD em dez países demonstrou sua utilidade ao gerar dados inéditos em países onde as estatísticas em cultura e outros âmbitos são precárias ou inexistentes, e permitir melhor compreensão da contribuição inclusiva, para que cultura ao desenvolvimento não se restrinja a uma só dimensão, econômica ou social. Isto deu lugar a efeitos e impactos concretos.

O processo de implementação da BICD, que necessariamente deve ser participativo, contribui para reforçar as capacidades nacionais quanto ao tratamento de estatísticas e para estimular processos de diálogo interinstitucional sobre as relações entre cultura e desenvolvimento. Este último aspecto é chave na hora de promover elevados níveis de apropriação nacional dos resultados e, portanto, facilitar seu uso efetivo na formulação de políticas e medidas mais informadas.

Por exemplo, no Camboja, os conhecimentos e novos dados gerados através da implementação da BICD estão orientando a formulação de uma Política Nacional de Cultura. Na Namíbia, os resultados da BICD desempenharam um papel determinante na hora de conseguir a reintrodução da cultura no Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (MANUD) 2014-2018. No Equador, a aplicação da BICD conduziu a um diálogo interinstitucional para adaptar e/ou integrar indicadores-chaves nos sistemas de monitoração do Plano Nacional de Bem Viver.

Ademais dos promissores resultados obtidos em nível nacional, a BICD é, também, ponto de partida para que a cultura seja incorporada nas estratégias e agendas bilaterais e internacionais de desenvolvimento, especialmente à medida que um número mais elevado de países implemente a metodologia e enriqueça os materiais de pesquisa e análise disponíveis. Neste sentido, a expansão da Base de Dados de Cultura para o Desenvolvimento, que contará no final de 2013 com dados de mais de 10 países, é essencial. Com o mesmo, se promoverá um melhor entendimento, e certa comparabilidade em nível internacional do impacto da cultura nos processos de desenvolvimento humano e se estimulará o uso de dados e números capazes de reforçar não só os discursos, mas também as ações de defesa e promoção da cultura no quadro dos programas e estratégias de desenvolvimento. Este ponto é especialmente importante no contexto atual, tendo em vista que nos aproximamos do ano 2015, quando a comunidade internacional avaliará o nível de consecução dos oito ODMs e definirá os objetivos futuros. Finalmente, a BICD pode inspirar e influir na inclusão de indicadores culturais nos sistemas de medida globais do desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida que, como vimos, incidem muito na definição dos objetivos nacionais e internacionais do desenvolvimento.

Mais informação da BICD [www.unesco.org/culture/CDIS](http://www.unesco.org/culture/CDIS)

*\*Artigo publicado em número anterior da revista por Guiomar Alonso e Melika Medici Caucino (UNESCO). Em sua versão final, a Bateria de Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento se chama Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento e estão disponíveis no site: <http://en.unesco.org/creativity/cdis>*

## Referências

- Anheier, Helmut K, Isar, Yudhishtir Raj (2007,2008, 2010,2011,2012) Culture and Globalisation Series Conflicts and Tensions; The Cultural Economy, Cultural Expression, Creativity and Innovation Heritage, Memory and Identity, Cities, Cultural Policy and Governance. Sage, London
- López Olarte Omar (2013) Reflexões na abordagem de estatísticas sobre as relações entre cultura e desenvolvimento, a partir dos progressos da Bateria de Indicadores C+D UNESCO"
- UNCTAD/UNDP/UN (2010), Creative Economy Report. UNCTAD Geneva
- UNDP, (2004), Cultural Liberty in Today's Diverse World 2004 Human Development Report. UNDP/Oxford UNESCO. (2010), Funding Culture, Managing the Risk: Proceedings, Paris
- <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001893/189381e.pdf>
- UNESCO (2009), Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue UNESCO World Report 2. UNESCO Publishing, Paris
- UNESCO (2000), Cultural Diversity, Conflict and Pluralism, World Culture Report, UNESCO publishing, Paris
- UNESCO (1998), Culture, Creativity and Markets World Culture Report, UNESCO publishing, Paris
- UNESCO UN 1996 Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento Nossa Diversidade Criativa. Edições UNESCO, Paris
- UN General Assembly (2010), Keeping the promise: a forward-looking

## Notas

- <sup>1</sup>Bósnia-Herzegovina, Burkina Faso, Camboja, Colômbia, Costa Rica, Equador, Egito, Gana, Namíbia, Uruguai e Vietnã. Consultar projeto em [www.unesco.org/culture/CDIS](http://www.unesco.org/culture/CDIS)
- <sup>2</sup>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório sobre Desenvolvimento Humano. "A liberdade cultural no mundo diverso de hoje", 2004.
- <sup>3</sup>Por exemplo, os direitos e as oportunidades de ter e manter costumes, crenças e modos de vida; exercer práticas culturais; manifestar e produzir expressões culturais; participar da vida cultural; valorizar, proteger e desfrutar o patrimônio.
- <sup>4</sup>No âmbito econômico, os valores e atitudes são fatores que podem influir positivamente na ética do trabalho, ou na capacidade empreendedora e de tomada de riscos. Há, também, a tendência global do setor criativo e cultural de crescer rapidamente desde os anos de 1990, por consequência da revolução tecnológica e da transformação dos modos de criação, produção e consumo de bens e serviços culturais em todo o planeta. A indústria editorial, a música, a televisão e o cinema, os artesanatos, o design, o turismo produzido por acervos patrimoniais, geram rendas, emprego e comércio exterior. E incidem notavelmente no crescimento econômico. No âmbito social, os sistemas de valores e práticas simbólicas influem e são afetadas por componentes da coesão social tais como a confiança, a solidariedade, a tolerância, a reciprocidade entre indivíduos de uma comunidade, grupo ou sociedade. Por sua vez, as mudanças nas práticas e processos culturais também podem modificar positivamente a cultura, empoderar e incluir

grupos e coletivos marginalizados. No âmbito político, os processos culturais podem influenciar as interações civis, atividades, discussões e a participação política. A cultura não só pode afetar positivamente os mecanismos de participação cidadã, mas também estimular a formação de cidadania.

<sup>5</sup>Mais de 90 especialistas em diferentes temas de cultura, desenvolvimento e estatística aderiram, desde 2009, ao processo de pesquisa e prova dirigido por Guiomar Alonso Cano e liderado por Melika Medici no quadro da Secretaria da Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, incluindo, entre outros, Omar López Olarte, Chris Madden, Adolfo Morrone, David Throsby, e jovens pesquisadores em econometria (Guillaume Cohen, Naima Bourgaud) e desenvolvimento (Keiko Nowacka e Molly Steinlage).

<sup>6</sup>A escolha das dimensões se inspira em Nossa Diversidade Criativa

<sup>7</sup>Esta seção resume parte do trabalho realizado no quadro da pesquisa preliminar da BICD, especialmente seu quadro analítico e a revisão da literatura especializada. (Literature Review, Fevereiro 2010)

[www.unesco.org/new/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005CDIndicators\(Literaturepdf\)](http://www.unesco.org/new/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005CDIndicators(Literaturepdf))

<sup>8</sup>A BICD é uma metodologia de construção de indicadores criada para se aplicar em plano nacional. Contudo, na hora de implementar se percebe que alguns aspectos de seu enfoque poderiam ser relevantes e adaptadas a outros níveis territoriais, inclusive para avaliar políticas, programas e projetos culturais específicos.

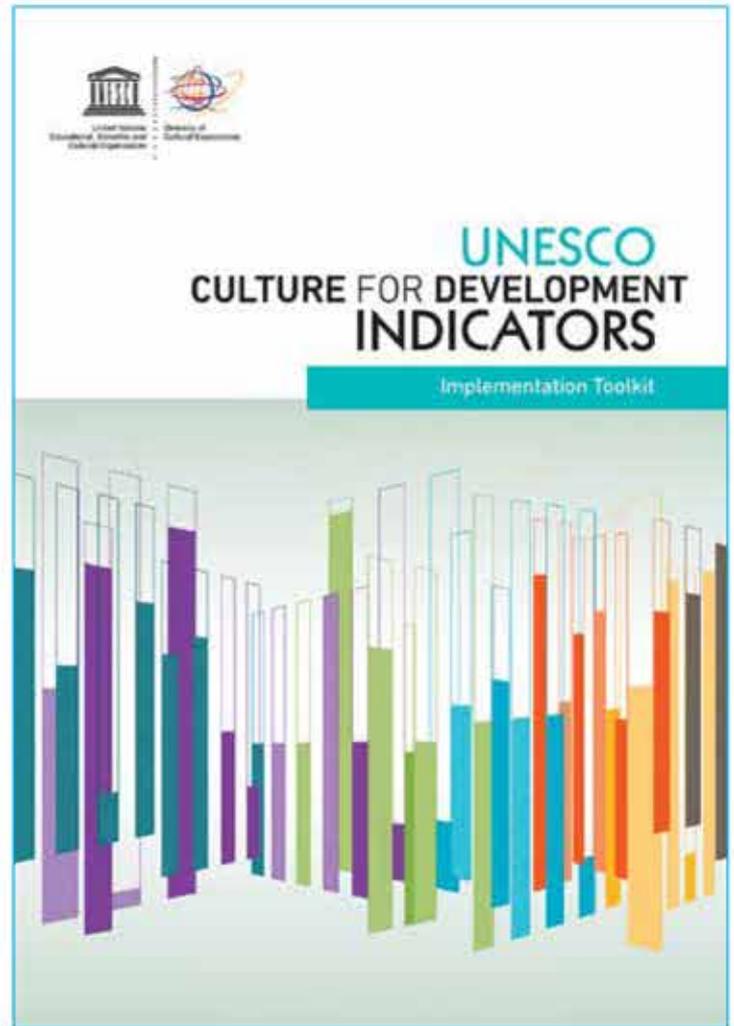
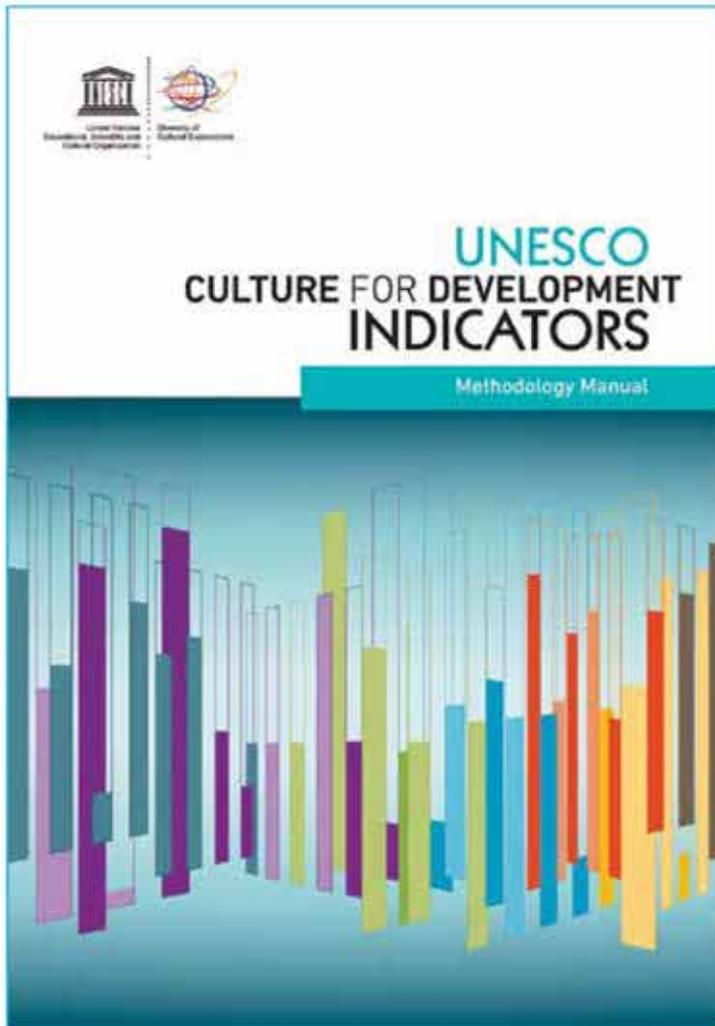
<sup>9</sup>Justifica-se o papel da cultura no desenvolvimento com seu crescente peso nas economias nacionais e o comércio internacional. Outros aspectos cruciais, porém mais intangíveis e difíceis de medir — o papel da cultura na consecução de maiores níveis de confiança, coesão social — uma qualidade de vida melhor, estão adquirindo relevância e gerando interesse crescente entre responsáveis políticos. O desenvolvimento de contas satélite, a melhoria das enquetes disponíveis e especialmente os numerosos estudos sobre a contribuição do setor cultural e criativo para o crescimento econômico e o emprego alicerçaram a construção dos indicadores da BICD.

<sup>10</sup>Inspirado no trabalho infográfico pioneiro de Edward Tufte, desenvolvido por Helmut Anheier na série Culturas e Globalização.

<sup>11</sup>Os indicadores recomendados pela BICD na Dimensão Economia se baseiam nas propostas de identificação da cultura nas classificações internacionais contidas no Quadro de Estatísticas Culturais da UNESCO, UIS, 2009

# CULTURE FOR DEVELOPMENT INDICATORS (CDIS)

TO KNOW THAT CULTURE IMPACTS SUSTAINABLE DEVELOPMENT IS ONE THING  
TO KNOW HOW IT DOES IT IS THE ROLE OF THE CDIS



UNESCO Culture for Development Indicators (CDIS) is an advocacy and policy tool that assesses the multidimensional role of culture in development processes through facts and figures

# 2 CULTURA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

## 2.1. Comunicar o valor da cultura: revista Cultura e Desenvolvimento

### Introdução

Cultura & Desenvolvimento é um espaço de reflexão, troca de informações e difusão de ideias e experiências que mostram que a cultura é um elemento prioritário para o desenvolvimento humano e econômico da região.

Contando esta edição, publicaram-se, em total, 14 números da revista Cultura & Desenvolvimento. Um verdadeiro desafio tendo em vista o conteúdo tão especializado da publicação cujo propósito, entre outros, é realçar aquilo que os grandes acordos internacionais marginalizam ou colocam em último lugar: a cultura como fator de desenvolvimento e de transformação das sociedades.

Expertos relevantes no campo das políticas culturais, de organismos internacionais, especialmente a UNESCO, organizações regionais e sub-regionais e instituições culturais, bem como pesquisadores, gestores de projetos e profissionais assinam os mais de 200 artigos publicados nesta revista desde seu nascimento, no ano 2000.

É uma das iniciativas na que apostou o Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe, com sede em Havana, em apoio à campanha liderada pela Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, que buscava a inclusão da cultura como objetivo de desenvolvimento na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Sua produção e difusão permitiram visibilizar numerosas experiências em diferentes fóruns regionais e internacionais. Casos bem-sucedidos que avalizam que a gestão responsável e sustentável dos recursos culturais gera um desenvolvimento que se manifesta em múltiplas dimensões: fomento da coesão social; criação de trabalho de qualidade; empoderamento dos grupos historicamente marginalizados na tomada de decisões (mulheres, jovens, indígenas e afrodescendentes, etc.); novas formas de participação e colaboração; respeito entre diferentes gerações e intercultural; regeneração de espaços públicos e criatividade, talento e inovação.

8



**OBJETIVO 8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos**



Venezuela's Dancing Devils of Corpus Christi, element inscribed in 2012 in the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity © Fundación Centro de la Diversidad Cultural, 2006

### As primeiras edições (2000 – 2009)

O primeiro número de Cultura & Desenvolvimento se publica em 2000, no 50º aniversário de fundação do Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe, embebido do espírito da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982) e do relatório Nossa Diversidade Criativa emitido pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento em 1996.

De 2000 a 2005 saíram outras três edições da revista, dedicadas a divulgar as conferências, as exposições e as comunicações apresentadas em diferentes eventos organizados em Havana. Assim, a número 2, Repensar América Latina, difunde os ensaios apresentados no Colóquio homônimo acontecido em 2000; e a número 3 focaliza o Segundo Encontro Internacional de Gestão e Manejo de Centros Históricos organizado pelo Escritório do Historiador de Havana, em 2003.

Já a número 4 inclui trabalhos apresentados durante o Seminário Internacional Diversidade Cultural e Turismo, uma reunião de peritos acontecida em 2004 que pretendia contribuir para o Plano de Ação da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural. As duas revistas seguintes analisam, no contexto da região, as dimensões econômicas das festas de carnaval (no. 5) e o artesanato como fator de desenvolvimento (no. 6).

### Um novo impulso (2010-2012)

A tendência da revista muda a partir de 2010. Em setembro daquele ano, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na Sede das Nações Unidas em Nova York, aprovavam a primeira resolução de Cultura e Desenvolvimento (A/RES/65/166) segundo a qual todas as culturas e civilizações ajudam a enriquecer a humanidade colocando de relevo a importância da cultura para o desenvolvimento e sua contribuição para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Neste sentido, o documento final dos ODM se refere à grande influência dos programas conjuntos implementados mediante a janela temática Cultura e Desenvolvimento, cujos resultados foram divulgados na publicação Gestão de Conhecimento para Cultura e Desenvolvimento (UNESCO, 2012). Em dezembro de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovaria uma segunda resolução sobre Cultura e Desenvolvimento.

Neste contexto se publica a revista número 7, Cultura, elemento essencial numa estratégia de desenvolvimento sustentável, que resume uma seleção de projetos que sob a tutela da UNESCO eram implementados na região da perspectiva da contribuição da cultura para o desenvolvimento integral das pessoas e comunidades partindo da aplicação efetiva das Convenções de Cultura da UNESCO. Assim, se sucedem as experiências em torno da indústria editorial e cinematográfica, o patrimônio mundial, imaterial e subaquático, e a inclusão da cultura na avaliação das necessidades pós-desastre no contexto do Haiti. Além disso, se apresenta o primeiro dos artigos sobre a Bateria de Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento, ferramenta destinada a integrar a cultura nas estratégias de desenvolvimento que será o tema de vários artigos em edições posteriores.

A revista número 8 - Museus e Patrimônio - focaliza o uso cultural de prédios patrimoniais restaurados e como fortalecer o papel social, econômico e educativo dos museus em prol do

desenvolvimento sustentável e a conservação e salvaguarda do patrimônio. Na capa, aparece um detalhe da restauração da fachada do Palacio del Segundo Cabo (Velha Havana), uma iniciativa de parceria internacional que se apresenta como caso prático. A publicação estampa as reflexões e as experiências de peritos em museus e patrimônio da América Latina, Caribe e Europa que participaram do workshop Transformação de prédios históricos em museus: gestão cultural, educação e desenvolvimento. Esta oficina aconteceu na capital de Cuba, no mês de dezembro de 2011 e foi organizada pelo Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe em Havana, com o apoio da Embaixada da Noruega, e em parceria com o Escritório do Historiador da Cidade de Havana, o Conselho Nacional de Patrimônio Cultural e a Comissão Nacional Cubana da UNESCO.

### Pela Cultura na Nova Agenda de Desenvolvimento (2013-2015)

Com o visual totalmente renovado e uma linha editorial redefinida começa a nova fase de Cultura & Desenvolvimento, que pretende apoiar a campanha para a inclusão da cultura nas estratégias de desenvolvimento e na Agenda Pós-2015. As convenções de cultura da UNESCO, convertidas em leitmotiv das edições seguintes, são apresentadas como instrumentos positivos -- se forem bem implementados -- para o desenvolvimento humano, social e econômico das nações que as incorporem em suas políticas culturais.

Os números são estruturados em torno dos blocos seguintes: (1) editorial; (2) um artigo de introdução sobre cultura e desenvolvimento; (3) apresentação da convenção pelos especialistas da seção correspondente; (4) aplicação das convenções na América Latina e o Caribe; (5) casos práticos da região; (6) documento oficial da UNESCO; e (7) relação de colaboradores da publicação.

Os documentos oficiais da UNESCO escolhidos para fechar estas edições são: a Declaração de Hangzhou, do Congresso Internacional A Cultura: aspecto chave para o desenvolvimento sustentável (2013); a Declaração de Trinidad e Tobago Desenvolvendo a indústria cinematográfica no Caribe para uma cultura de paz (2013); a Declaração e Plano de Ação de Philipsburg sobre Patrimônio Mundial no Caribe (2014); e a Declaração de Florência Cultura, criatividade e desenvolvimento sustentável. Pesquisa, inovação e oportunidades (2014).

Paralelamente, se determina que os artigos com conteúdos tão avançados fossem ilustrados com imagens impactantes e representativas da diversidade cultural, da perspectiva de gênero, esquivando os clichês. Se aposta, também, no design, em jovens designers e ilustradores cubanos cujo imaginário e talento ficaram estampados nas páginas da revista premiada recentemente, dentro da categoria de desenho editorial do Prêmio Ceiba de La Habana 2015, na pessoa do designer Arnulfo Espinosa, pela Associação Cubana de Comunicadores Sociais..

### A cultura na agenda de desenvolvimento pós-2015

A revista número 9 abre com a mensagem de Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO, e um artigo de Francesco Bandarin, Vice-Diretor Geral de Cultura. Ambos sustentam que não haverá desenvolvimento sustentável sem cultura. Personalidades como Marta Suplicy, naquele tempo Ministro da Cultura do Brasil,



Trinidad (Cuba) © UNESCO/Villalonga, 2015

Abelardo Moreno, Vice-ministro de Relaciones Exteriores de Cuba e Myra Cunningham, ex-presidente do Fórum Permanente das Nações Unidas para Assuntos Indígenas assinam artigos nessa edição. A capa desta edição foi ilustrada com quatro personagens de desenho animado criados pelo jovem designer cubano Edel Rodríguez (Mola),

São mostrados os resultados obtidos, até então, no desenvolvimento da Bateria de Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento; experiências na região sobre os direitos autorais, identidade e participação social, indústrias culturais, cultura e educação, sociedades de conhecimento e como os recursos culturais contribuem para o desenvolvimento local.

Igualmente fazem parte dois audiovisuais realizados em 2013 pelo Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe em parceria com a Escola Internacional de Cinema e Televisão de San Antonio de los Baños. O primeiro mostra a realidade da cidadezinha cubana de Gibara analisando seu potencial cultural para o desenvolvimento local. Já o segundo focaliza a Convenção de 2005 sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais através de personagens de ficção que ilustram esta edição.

Entre outros artigos, merece destaque o resumo da pesquisa feita em Gibara que mostra as potencialidades para o desenvolvimento econômico local através da produção e consumo de atividades, bens e serviços culturais; a transmissão de conhecimento por meio da cultura; a coesão social que resulta de compartilhar a cultura; e a qualidade de vida que se alcança mediante uma vasta oferta cultural. Este estudo foi realizado atendendo à proposta e com o assessoramento do Escritório da UNESCO em Havana.

No âmbito dos artesanatos, de 2011 a 2013, no quadro do Programa Conjunto Apoio às novas iniciativas de descentralização e estímulo produtivo em Cuba (Janela temática: Desenvolvimento e Setor privado do Fundo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) se organizaram em Cuba oito workshops que reuniram 219 artesãos e diretores locais, dentre eles 156 mulheres. As temáticas facilitaram critérios de qualidade e design; diversificação de produções; utilização de recursos naturais existentes em sua área; e aperfeiçoamento dos modelos de gestão. Um breve artigo sobre este projeto se publica neste número.

#### **Lutar contra o tráfico ilícito de bens culturais**

A UNESCO trabalhou com museus e outros atores especializados (aduanas, entidades culturais, organizações internacionais, casas de leilões, etc.) para a prevenção do tráfico ilícito de bens culturais. Os Estados Membros da América Latina e o Caribe manifestaram à Organização sua preocupação com a situação reinante na região em relação a este tema. Atendendo a iniciativa de Irina Bokova, Diretora-Geral da Organização, foram tomadas as medidas necessárias para capacitar, prevenir e lutar contra delitos deste tipo.

No quadro do Programa de Capacitação regional para reforçar a luta contra o tráfico ilícito de patrimônio cultural na região da América Latina e do Caribe, financiado pelo Fundo de Emergência da Diretora-Geral da UNESCO, se realizaram vários seminários com o propósito de capacitar em nível nacional, tanto no âmbito jurídico quanto operacional, para fortalecer a luta contra o tráfico ilícito do patrimônio cultural e facilitar sua restituição.

As capacitações na sub-região do Caribe para reforçar a luta contra este delito, o assessoramento técnico a instituições que padecem este mal e ações de sensibilização pública como a revista

Cultura & Desenvolvimento número 10, Não ao tráfico ilícito de bens culturais, mostra o trabalho feito até agora e a necessidade de continuar fortalecendo as capacidades na Convenção de 1970, relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícita de bens culturais.

Esta edição é composta por 28 artigos dedicados à Convenção de 1970, o Convênio de UNIDROIT, as capacitações realizadas na região, o trabalho da INTERPOL, os acordos de parceria entre países, o valor dos bens culturais para as comunidades indígenas e para o mercado, as medidas adotadas em vários países para prevenir este mal e outros tantos casos sobre roubo e restituição. Sem dúvida, podemos afirmar que é uma publicação de referência, hoje em dia, pela atualidade e a diversidade de seu conteúdo.

### **Fortalecer as capacidades para conservar e gerir o patrimônio mundial**

A cor azul caribe, as imagens dos sítios inscritos na Lista de Patrimônio Mundial e as listas indicativas dos territórios caribenhos inundam Cultura & Desenvolvimento número 11, dedicada ao Patrimônio Mundial no Caribe. Ademais, contém três declarações: as Declarações especiais da CELAC sobre a cultura como promotora do desenvolvimento humano e sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), e a Declaração de Philipsburg sobre Patrimônio Mundial no Caribe.

Os PEID, os sítios de memória, a participação das comunidades e a contribuição do patrimônio mundial para o desenvolvimento local merecem destaque nesta edição cujo tema central é a avaliação do Programa de Desenvolvimento de Capacidades do Caribe e o estado do patrimônio mundial na sub-região.

Em 2004, começou-se a aplicar o Programa de Desenvolvimento de Capacidades no Caribe (CCBP) financiado pelos Países Baixos. É um projeto de formação em longo prazo, implementado pelo Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe em Havana, em parceria com o Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO e os Escritórios da UNESCO em Kingston e Porto Príncipe. Nasce como recomendação do Primeiro Relatório Periódico sobre a Aplicação da Convenção na América Latina e o Caribe sendo composto por seis módulos de formação, traduzidos ao espanhol, inglês e francês. O primeiro centra-se na aplicação da Convenção de 1972 e o resto focaliza questões mais concretas e de relevância no Caribe, como a gestão do turismo, os centros históricos, o patrimônio natural e as paisagens culturais, e a preparação para os riscos, este último essencial nos PEID. Mais de 200 profissionais de diferentes âmbitos relacionados com o Patrimônio Mundial se beneficiaram dos workshops e cursos universitários organizados no marco do CCBP.

Em 2013, com a apresentação do Segundo Relatório Periódico sobre a Aplicação da Convenção, terminou o primeiro ciclo do CCBP. Com o apoio financeiro dos Países Baixos, realizou-se uma avaliação interna e externa da 1ª fase do programa e se obteve informação pormenorizada da situação do patrimônio mundial e a necessidade de capacitação no Caribe. Os dados recolhidos mediante a cooperação dos pontos focais de patrimônio dos territórios caribenhos e os participantes dos workshops de formação foram incluídos no Plano de Ação do Caribe 2015- 2019

tornando-se imprescindíveis para formular as ações concretas de cada objetivo estratégico, especialmente o dedicado ao fortalecimento de capacidades (objetivo estratégico 6).

Esta publicação aprofunda nos cinco objetivos estratégicos adotados pelo Comitê do Patrimônio Mundial: Credibilidade, Conservação, Fortalecimento de Capacidades, Comunicação e Comunidades; e na oportunidade que o patrimônio mundial oferece como motor do desenvolvimento sustentável.

O Patrimônio da Humanidade não é uma lista das pedras e dos monumentos. Milhões de pessoas vivem nela e dela. Este patrimônio pode aumentar as tensões às vezes entre as exigências da conservação e as de desenvolvimento. De nós depende encontrar a melhor maneira para cada sítio de patrimônio e garantir assim sua proteção, tirar o proveito máximo dela como fonte da solidariedade, inclusão e progresso. (Discurso da Sra. Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO, na cerimônia de lançamento das comemorações pelo 40º aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, no Japão.

### **Garantir a participação e as medidas para salvaguardar o patrimônio imaterial**

A Convenção de 2003 para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (PCI) e suas Diretrizes Operacionais concede um papel fundamental à participação das comunidades na identificação, registro e definição de mecanismos para a salvaguarda de seu patrimônio. O consentimento livre, prévio e informado da comunidade, ou o grupo que for, é imprescindível para colocar em andamento qualquer ação relativa a seu patrimônio imaterial.

De 2012 a 2014, com o apoio da Noruega, se fortaleceram as capacidades nacionais em Cuba, República Dominicana e Haiti para uma salvaguarda efetiva do patrimônio cultural imaterial (PCI). O projeto incluiu reuniões sobre assessoramento normativo para a salvaguarda do PCI e a organização de workshops sobre a aplicação da Convenção de 2003, bem como exercícios de campo para a preparação de inventários.

A capacitação e o assessoramento correram por conta de especialistas na área de patrimônio cultural imaterial que receberam a formação necessária durante um workshop organizado pela UNESCO em março de 2011, em Havana. Peritos da região, provenientes da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Venezuela, participaram da mencionada oficina recebendo os documentos e materiais didáticos pertinentes para seu uso nos workshops.

O resultado destes anos de trabalho aplicando a estratégia de capacitação se reflete na revista Cultura & Desenvolvimento número 12, ilustrada com os elementos de patrimônio imaterial inscritos nas listas e no registro da Convenção de 2003.

A consultora da UNESCO e especialista em patrimônio imaterial Gilda Betancourt afirma em seu artigo Programa de capacitação. Conclusões e recomendações: “o programa ajudou a sensibilizar sobre a Convenção e a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI). Os processos de sensibilização foram alcançados não só entre especialistas, portadores, funcionários governamentais e decisores, mas também entre um público



City of Cuzco © F. Brugman

mais geral. Com este propósito se publicaram informações da Convenção, do programa de fortalecimento de capacidades e das declaratórias nacionais e as expressões culturais imateriais em numerosos meios impressos e páginas digitais dos países beneficiários do programa que ajudaram a despertar o interesse e sensibilizar a população em geral". A especialista recomenda: depois de fortalecer as capacidades, é preciso definir as estratégias nacionais de salvaguarda do PCI.

O papel das mulheres, da juventude e da sociedade civil na identificação e transmissão do PCI; a adoção de medidas que garantam sua transmissão dentro e fora do âmbito da educação formal; o consentimento livre necessário, prévio e informado dos portadores; e a relação entre o PCI, a identidade e o espaço habitado são algumas das questões focalizadas pelos artigos.

Esta edição fecha com dois textos dedicados à contribuição do CRESPIAL, Centro de Categoria 2 da UNESCO, para a salvaguarda do patrimônio imaterial da região; e ao vodú do Haiti, pela Década dos Afrodescendentes.

#### **Patrimônio subaquático: identificar e registrar para valorizar**

Debaixo das águas repousam incontáveis vestígios materiais de tempos longínquos e recentes, em mares, rios, lagos e cenotes da América Latina e o Caribe. O número 13, ilustrado com imagens impressionantes, dedica-se ao patrimônio cultural subaquático da América Latina e o Caribe, prestando atenção especial ao projeto de proteção e gestão do patrimônio subaquático em Santiago de Cuba que vem sendo executado desde o começo de 2015, com o apoio financeiro da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

O projeto é implementado pelo Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe em parceria com

o Conselho Nacional do Patrimônio Cultural (CNPC) do Ministério de Cultura de Cuba, o Centro de Gestão e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural Subaquático (subordinado à entidade anteriormente mencionada), o governo de Santiago de Cuba, a sociedade civil e órgãos locais especializados, governamentais e não governamentais, com o apoio da Comissão Nacional Cubana da UNESCO, o Escritório Técnico de Cooperação da AECID, e o adido militar da Embaixada da Espanha em Cuba.

É um projeto ambicioso na baía de Santiago de Cuba, na base do Forte San Pedro de la Roca, sítio do patrimônio mundial, e os navios afundados que, um dia, foram os protagonistas do conflito naval entre a Marinha dos Estados Unidos e a Frota espanhola e que formam o atual Parque Arqueológico Subaquático Batalha Naval de 1898.

Algumas das ações previstas: capacitar em Convenção de 2001 e arqueologia subaquática; formar guias turísticos; mapear os recursos culturais e naturais existentes na área; e apresentar uma publicação sobre o Parque Arqueológico Subaquático e os resultados do projeto. O ponto culminante será a aprovação de uma estratégia nacional comandada pelo Conselho Nacional de Patrimônio Cultural (CNPC) com o assessoramento da UNESCO cujo objetivo será pautar as diretrizes para identificação, proteção, conservação e gestão do patrimônio cultural subaquático de Cuba.

O Escritório da UNESCO em Havana realizou um trabalho extraordinário em organizar programas de formação na Convenção de 2001 e cursos de arqueologia subaquática para arqueólogos subaquáticos da região; visibilizar em publicações e exposições o valor deste patrimônio; e convocar as contrapartes a consultas nacionais neste âmbito.

De 2012 a 2013, grandes fotografias sobre o mencionado patrimônio, em diferentes partes do mundo, eram exibidas nas grades que circundam o forte da Real Fuerza (Velha Havana) hoje em dia, um museu dedicado ao patrimônio cultural subaquático e à navegação. Esta ação fazia parte do programa global Capacity building, implementation actions and increase ratification schemes for the 2001 Convention for the Protection of the Underwater Cultural Heritage in Latin America and the Caribbean, financiado pelo governo da Espanha através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Dentro do mencionado programa se realizaram, também, ações de sensibilização e capacitação.

### **Como conseguir todos os números de Cultura & Desenvolvimento**

O Portal de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe (<http://www.unesco.lacult.org>) se consolidou como plataforma de informação e difusão das ações mais relevantes na região no âmbito da cultura. Sua base de dados permite acessar documentos de organismos internacionais, governos e instituições especializadas; publicações e projetos, entre outros recursos. No Portal também está disponível a revista que você está lendo, Cultura & Desenvolvimento. Pode baixar grátis.

### **Conclusões**

O Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe, em Havana, continua concentrando esforços em fortalecer as capacidades em nível nacional, apoiar o trabalho dos Centros de Categoria 2 da região, estreitar as relações com as Comissões Nacionais e os organismos regionais; trabalhar em parceria com entidades locais, organizações não governamen-

tais e outras agências das Nações Unidas; pesquisar, informar e sensibilizar em diferentes meios e plataformas a respeito do valor da cultura como motor de desenvolvimento humano, social e econômico.

É preciso continuar trabalhando para formar gestores e empreendedores, sensibilizar os decisores políticos a respeito da importância de traçar políticas culturais que garantam a diversidade cultural e a aplicação das convenções de cultura da UNESCO; incluir a cultura como elemento fundamental nas estratégias de desenvolvimento sustentável. E, antes de tudo, garantir que as pessoas e as comunidades tenham acesso à cultura e possam participar da que queiram e em qualquer fase do ciclo cultural.

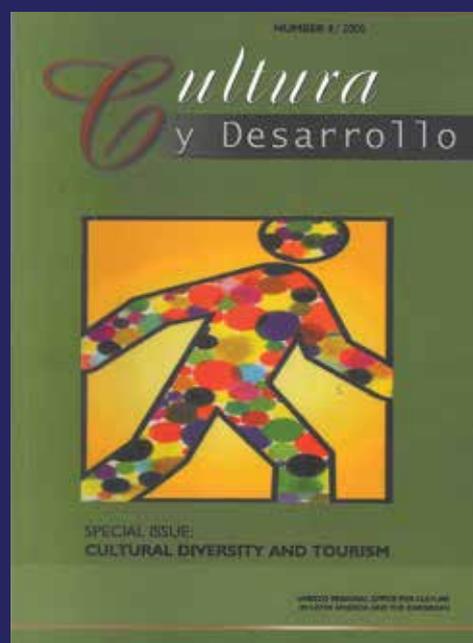
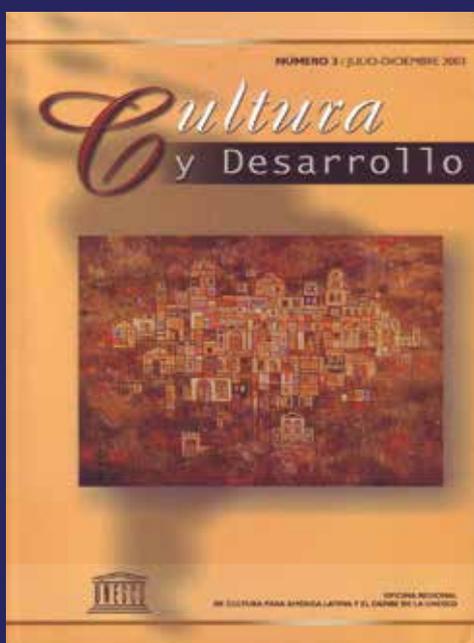
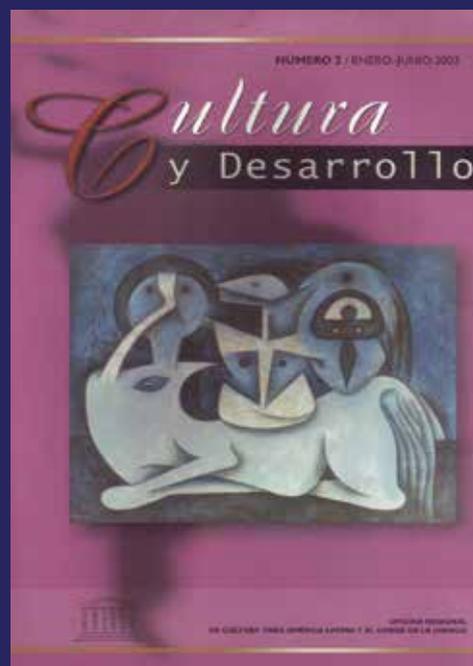
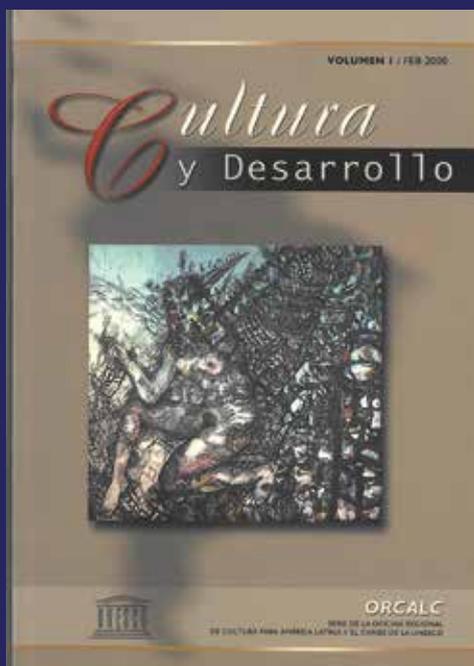
O Plano de Trabalho de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe 2016-2021 é um exemplo do esforço realizado para refletir as necessidades e as prioridades existentes em nível nacional e regional. Este documento, discutido e aprovado em setembro de 2015 no workshop aberto em Havana pela Diretora-Geral da UNESCO sublinha a importância de incorporar o plano nas agendas e políticas nacionais a fim de estimular o setor cultural em seus territórios e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os Ministros de Cultura da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), reunidos em Havana nos dias 18 e 19 de setembro de 2015 saudavam, na Declaração Final, a iniciativa da UNESCO na elaboração do Plano de Trabalho de Cultura e incentivavam seu enriquecimento mediante um trabalho participativo e conjunto com os países membros da CELAC.

*\*Texto preparado por Begoña Guzmán, coordenadora da revista Cultura y Desenvolvimento no Escritório da UNESCO em Havana até 2015. Hoje em dia, é Técnica de Cultura para o desenvolvimento da UNESCO Etxea – Centro UNESCO do País Basco.*



**REVISTA CULTURA E DESENVOLVIMENTO**  
**2000-2015**



Revista Cultura e Desenvolvimento No. 1:

#### Sumário

Cultura e Desenvolvimento: Perspectivas para a América Latina e o Caribe. Indústrias Culturais e Globalização: Processos de Desenvolvimento e Integração na América Latina. Da cultura para a diversidade. Desafios econômico-culturais da América Latina para pensar o futuro. Cultura e desenvolvimento: Algumas considerações para o debate. América Latina e o Caribe: o espaço cultural nos processos de regionalização e globalização. A cultura para o desenvolvimento: um desafio de nossos tempos. Elogiando a cultura e o desenvolvimento com base no humanismo. A cultura como a dimensão central do desenvolvimento (o programa cultural da Cidade do México). O valor da cultura.

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 2:

#### Sumário

As origens culturais múltiplas na formação americana. Os projetos de transformação nas décadas de 1960 e 1970. Relação entre o universal e o latino-americano. A globalização neoliberal: desafios para o pensamento latino-americano. Repensar o futuro da América. A reestruturação neoliberal: desafios e alternativas para o pensamento latino-americano. América Latina, a educação e o desenvolvimento. A cultura como base do desenvolvimento contemporâneo. Cultura e políticas culturais. Economia e cultura: o essencial e o específico. Rumo a uma nova estratégia de desenvolvimento turístico-cultural na América Latina e no Caribe. Havana se refaz com a mais-valia urbana. Um novo contrato entre cultura e sociedade: "O futuro já não é o que era antigamente". Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural.

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 3:

#### Sumário

A formação no manejo e gestão do patrimônio. Propostas para a América Latina e o Caribe. Cultura, globalização e centros históricos. Cenários, desafios, propostas. Gestão ou governo dos centros históricos. O centro histórico: entre a gestão e a governabilidade. O centro histórico da Velha Havana como propulsor da mudança. A diversidade cultural na era da globalização. Uma olhada na transformação americana entre a democracia e a pobreza. Pensamento crítico latino-americano: a impugnação do eurocentrismo. Uma voz contra a correnteza. Cultura e estratégias de desenvolvimento. José Martí e a UNESCO no século XXI. Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 4:

#### Sumário

De uma força concentrada na indústria a uma opção de plataforma pública. Qual autenticidade? Um conceito flexível na busca de autoridade. Projeto piloto de um observatório de turismo e a diversidade cultural: o turismo e suas consequências. Souvenirs: autenticidade material e imaterial. A diversidade cultural em função do desenvolvimento turístico: temas e alternativas de políticas. Comida para turistas: segundos cardápios, cardápios especiais e cardápios específicos. A dignidade cultural no desenvolvimento do turismo: um enfoque diferente. A galinha dos ovos de ouro. Raça, gênero e turismo mundial na Jamaica. Harmonizar o paradoxo: a analogia da árvore no turismo cultural de Bali. Turismo e novas formas de interações culturais nas almedinas marroquinas. Inserir o turismo no desenvolvimento patrimonial sustentável A Ferrovia Darjeeling do Himalaia. Turismo comunitário das nacionalidades e povos do Equador, alternativa para o desenvolvimento. Alternativas para uma relação viável entre patrimônio e turismo no quadro da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. Nas mãos da cultura. Recomendação de Havana em relação à diversidade cultural e ao turismo.

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 5:

#### Sumário

As dimensões econômicas do Carnaval de Oruro. A indústria do Carnaval em Trinidad e Tobago. Apontamentos sobre a economia do Carnaval da Bahia. As dimensões econômicas dos Folguedos de Remedios. Economia e Carnaval em La Veja, República Dominicana. As dimensões econômicas do Carnaval de Buenos Aires: Impacto ou Avaliação Econômica? As dimensões econômicas do Carnaval de Santiago de Cuba. As Festas Tradicionais de Santiago Apostol em Loíza Aldea (Porto Rico): As dimensões econômicas. As dimensões econômicas do Carnaval de Veracruz. Uma olhada na perspectiva econômica do Carnaval de Havana. As dimensões econômicas das festas populares e o carnaval: uma presença invisível.

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 6:

#### Sumário

O Artesanato Latino-Americano como Fator de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural: O Artesanato à luz dos Novos conceitos de Cultura e Desenvolvimento. Resgate e Conservação do Patrimônio Artesanal Latino-Americano: O legado de Daniel Rubín de la Borbolla. A Crise Global e o Setor Artesão: importância da capacitação dos artesãos como estratégia para enfrentar as ameaças da crise econômico-financeira global. A Propriedade Intelectual e o Registro dos Artesanatos e dos Conhecimentos Tradicionais: A proteção jurídica da Mola e outros conhecimentos indígenas do Panamá. A Gestão do Design entre a Inovação e a Tradição Artesanal. O artesanato como potencial de desenvolvimento humano na região da América Latina e o Caribe.

# CULTURE & DEVELOPMENT



[www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 7:

## Sumário

Cultura e Desenvolvimento. A "refundação" do Haiti. Bateria de Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento: Uma ferramenta para integrar a cultura nas estratégias de desenvolvimento. Indicadores para o livro em seus países da América Latina. Câmaras da Diversidade. Mostra itinerante de Cinema do Caribe: algumas considerações. O Setor de Cultura da UNESCO para Argentina, Paraguai e Uruguai: pensando e executando da Cultura para o Desenvolvimento. O QhapaqÑam: Caminho do desenvolvimento andino. Coesão social em Chiapas. Guloyas e Guloyitas. Las Terrazas e seu entorno.

# CULTURE & DEVELOPMENT

## MUSEUMS *and Heritage*

Diseño de portada © Arnulfo Espinosa



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

Regional Office for Culture  
in Latin America and the Caribbean  
UNESCO, Havana



NORWEGIAN EMBASSY



NUMBER 8  
2012

[www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 8:

### Sumário

A contribuição dos museus para o desenvolvimento. A missão do museu. A adaptabilidade de prédios históricos para usos culturais. Museu, centro cultural, ou um e outro? Os objetivos dos museus: educação, estudo e recreio. O impacto das instituições culturais no desenvolvimento local. Palácio del Segundo Cabo: uma ponte intercultural em Havana. Estado do Museu.



[www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 9:

### Sumário

Cultura e Desenvolvimento na Agenda Pós-2015. Cultura e Desenvolvimento: um longo trajeto. Declaração de Suriname. Cultura e Desenvolvimento: a experiência brasileira num contexto globalizado. A Cultura: suporte do desenvolvimento para o bem-viver. O Caribe nicaraguense: diversidade cultural, autonomia e unidade. Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento. A UNESCO e a escola Internacional de Cinema de San Antonio de los Baños: criação, produção, distribuição e difusão. CULTRIP, Gibara: contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico de uma pequena cidade de Cuba. Apoio às novas iniciativas de descentralização e estímulo produtivo em Cuba. Cuidando o Chile. A contribuição de CERLALC e CRESPIAL para o desenvolvimento da região. As reformas atuais aos regimes do direito autoral. A viabilidade cultural no planejamento do desenvolvimento. Educação, cultura e desenvolvimento. Ciência e sociedades do conhecimento sustentável. Declaração de Hangzhou.

# CULTURE & DEVELOPMENT



STOP THE ILLICIT TRAFFIC OF CULTURAL PROPERTY



[www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 10:

## Sumário

As Convenções da UNESCO e sua contribuição para o Desenvolvimento Sustentável. 1º Seminário Internacional sobre políticas e estratégias de recuperação de bens de uso público, baldios e patrimônio cultural. O valor das obras de arte. A identidade da sociedade kuna. As convenções da UNESCO para a proteção de bens culturais. A Convenção de 1970. Capacidades jurídicas e práticas na América Latina e no Caribe. A Convenção do UNIDROIT. Reuniões especializadas no Cone Sul. Interpol Argentina. Quatro toneladas de fósseis. O resgate do século no Paraguai. 77 quadros escondidos num depósito. As pinturas de Cézanne, Gauguin e Renoir. No encalço das obras roubadas. Lições aprendidas na região andina e na América Central. Trabalhando juntos: a comunidade andina protege seu patrimônio. A múmia pré-incáica. O Peru no Egito. Da luta à prevenção. A proteção do patrimônio móvel colombiano. Guatemala: dez anos de luta. Recomendações para o Caribe. Prevenção do tráfico ilícito do patrimônio subaquático. Tráfico após desastres. A lista vermelha dominicana. Controle nas aduanas cubanas. França e os Países Baixos cooperam em Saint-Martin. Oportunidades e desafios no Caribe. México: Patrimônio e Identidade. Por uma cultura de Paz.

# CULTURE & DEVELOPMENT

## WORLD HERITAGE IN THE CARIBBEAN

Diseño de portada © Amulfo Espinosa



Regional Office for Culture  
in Latin America and the Caribbean  
UNESCO IIVARSA



Ministry of Education, Culture and  
Science of the Netherlands



[www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 11:

### Sumário

Declaração Especial da CELAC sobre a cultura como promotora do Desenvolvimento Humano. A Convenção de 1972. A contribuição da Convenção de 1972 para o desenvolvimento local. Declaração especial da CELAC sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. A Cultura nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Os sítios de Memória da Rota do Escravo no Caribe Latino. Resistência, liberdade e Patrimônio no Caribe insular. Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Caribe (CCBP). Declaração e Plano de Ação de Philipsburg.

# CULTURE & DEVELOPMENT

**INTANGIBLE  
CULTURAL HERITAGE  
IN LATIN AMERICA  
AND THE CARIBBEAN**

**Capacity-Building  
Programme**



United Nations  
Educational, Scientific, and  
Cultural Organization

Regional Office  
for Culture in  
Latin America  
and the Caribbean  
UNESCO Havana



№12 - 2014

[www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 12:

## Sumário

Cultura vibrante. O programa de capacitação. Relação de elementos do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina e o Caribe. A Convenção dos jaguares. Quem consente? De uns a outros. Patrimônio jovem. Legado de mulheres. Sociedade civil. De volta à escola. Para lá da folclorização. Identidade e continuidade no espaço. Avaliação do programa de capacitação. Programa de capacitação: conclusões e recomendações. Contribuição de CRESPIAL para a implementação do programa da UNESCO. A Biblioteca do Vodou.

# CULTURE & DEVELOPMENT

## UNDERWATER CULTURAL HERITAGE IN LATIN AMERICAN AND THE CARIBBEAN

DOSSIER  
Cervera's squadron  
in Santiago de Cuba

Florence  
Declaration

Diseño de portada © Arnulfo Espinosa



Regional Office for Culture  
in Latin America and the Caribbean  
UNESCO Havana



cooperación  
española



Patrimonio  
cultural  
Consejo Nacional  
Cuba



№13  
2015

[www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)

Revista Cultura e Desenvolvimento No. 13:

### Sumário

Cultura na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. A Convenção de 2001 e o Desenvolvimento Sustentável. Patrimônio Subaquático na América Latina e no Caribe. Cooperação no Caribe. Cooperação entre a Espanha e a América Latina e o Caribe. Leis, normas, procedimentos informais e insegurança jurídica no Brasil. Rio, São Salvador, resguardo das primeiras embarcações. Valparaiso: O patrimônio do porto principal ao abrigo da cota zero. O patrimônio cultural subaquático no Peru, Baía La Gloria: Primeiro porto espanhol em terra firme? Para um patrimônio subaquático documentado, protegido e sustentável. Forte de San Pedro de la Roca. Importância histórica da frota do almirante Cervera. O navio naufragado fantasma de Siboney. O gabinete de arqueologia do escritório do historiador de Havana. A reserva da biosfera "Península de Guanahacabibes" em Cuba. A universidade de Texas A&M e seu programa de arqueologia aquática em Porto Rico.



© E. Napolitano/UNESCO

## 2.2. O Fórum de Ministros de Cultura

O Fórum de Ministros de Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e o Caribe, hoje Reunião de Ministros de Cultura da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), foi instituído em 1989, na 1ª Reunião de Ministros de Cultura da região, realizada no Brasil. É o mais antigo de seu tipo e continua sendo o espaço de reflexão por excelência para as mais altas instâncias governamentais que se encarregam da Cultura na região, porquanto continua sendo o único âmbito cultural em que convergem todos os Estados Membros da América Latina e o Caribe.

Naquele primeiro encontro, os responsáveis pelas políticas culturais de 20 Estados Membros da América Latina e o Caribe -- muitos dos quais trabalhavam, então, ao amparo institucional dos ministérios da Educação -- obtiveram um consenso relevante em torno de temáticas novas nessa época: a identificação da dimensão cultural como fator indispensável para o processo de integração política e econômica da região, o reconhecimento da pluralidade étnica, cultural e linguística de seus povos, a neces-

sidade de preservar a identidade histórica e cultural, a paisagem natural e o patrimônio histórico edificado, além do patrimônio móvel e as criações materiais e imateriais; a condenação ao tráfico ilícito de bens culturais e a promoção da devolução destes bens para serem reincorporados ao patrimônio dos povos, bem como os vínculos entre Ciência, Tecnologia e Cultura.

O encontro contou com a participação ativa do Sr. Eduardo Portella, então Diretor-Geral Adjunto de Cultura da UNESCO e o Sr. Hernán Crespo-Toral, então Diretor do Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe, com sede em Havana, Cuba.

Merecem destaque entre as principais experiências do Fórum de Ministros de Cultura os esforços concentrados na criação de um sistema único de informação cultural e cartográfica, denominado CICLaC, desenvolvido pelo Fórum a partir de 1996 e cujos frutos são palpáveis, hoje em dia, em vários Estados Membros da região. Essa experiência conduziria, mais tarde, à criação de

um Fórum Virtual, gênese imediata do atual Portal da Cultura da América Latina e o Caribe ([www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)).

De 1999 a 2014, a sede do Escritório Regional de Cultura da UNESCO em Havana facilitou, articulou e financiou a Secretaria Técnica do Fórum, através de um posto criado a pedido dos Estados Membros da região.

Dentro da estratégia do Escritório, o Fórum de Ministros, hoje Reunião de Ministros de Cultura da CELAC, é sua principal contraparte, porquanto oferece à UNESCO a oportunidade sem par de interatuar com as mais altas autoridades culturais da região e promover as Convenções, conceitos e prioridades da Organização.

Um exemplo concreto de interação é a decisão tomada pelo 14º Fórum de Ministros de Cultura (Caracas, República Bolivariana da Venezuela, setembro de 2005) de apoiar o então anteprojeto de Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade de expressões culturais da UNESCO, como mecanismo para garantir a diversidade cultural e o florescimento pleno da criatividade e das indústrias culturais de seus Estados Membros, sendo esta a primeira região do mundo em reconhecer a Convenção 2005, antecipando-se à sua adoção pela Conferência Geral da organização.

Os 24 Estados Membros que participaram do 19º Fórum de Ministros de Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e o Caribe e da 1ª Reunião de Ministros de Cultura da CELAC -- encontro realizado em março de 2013 em Paramaribo, Suriname -- decidiram trabalhar pela integração gradual do Fórum e da Reunião num só mecanismo, a partir da reunião de 2014.

Concordaram, também, em que as Reuniões de Ministros de Cultura da CELAC assumissem como suas as atividades e os acordos, projetos e programas do Fórum de Ministros de Cultura, para garantir sua continuidade.

A República Bolivariana da Venezuela e a República de Cuba sediaram a 2ª e a 3ª Reunião de Ministros de Cultura da CELAC respectivamente em 2014 e 2015.

Hoje em dia, fazem parte do Plano de Ação da 3ª Reunião de Ministros de Cultura da CELAC os projetos seguintes:

- - Portal da Cultura da América Latina e o Caribe
- - Mostra itinerante de Cinema do Caribe
- - Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Caribe (CCBP)
- - Museu Virtual da América Latina e o Caribe
- - Festival das Artes do Caribe (CARIFESTA)
- - Projeto de Site na Internet para as crianças da CARICOM
- - Sistema de Informação Cultural do MERCOSUL (SICSUL)
- - Corredor Cultural Caribe (CCC)
- - Região de Redes de Conhecimento
- - Escola Regional das Artes
- - Parque dos Próceres

A Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, prestigiou a abertura da última Reunião de Ministros de Cultura da CELAC, realizada a 18 de setembro de 2015, em Havana. Em seu discurso, Bokova colocou de relevo o papel da América Latina e o Caribe na consolidação dos valores e ideais que conduziram à criação da UNESCO, há 70 anos, e a importância de recuperá-los para enfrentar os desafios atuais do mundo. A diretora da UNESCO acompanhou na presidência do encontro o ministro de Cultura de Cuba, Julián González, e o ministro de Cultura e Patrimônio do Equador, Guillaume Long, representante da atual presidência pro tempore da CELAC.

Nesse mesmo dia, pela manhã, a Diretora-Geral compareceu ao workshop regional organizado pelo Escritório Regional de Cultura da UNESCO que debateu e validou um Plano de Trabalho de Cultura para a América Latina e o Caribe 2016-2021, que permitirá reforçar a implementação do programa da Organização e contribuirá para a consecução dos objetivos contidos na Agenda para o desenvolvimento sustentável 2030 a partir da cultura.

*\*O texto foi preparado por Olga Ruffins, Oficial Nacional de Programa do Escritório de Havana, ex-Secretária Técnica do Fórum de Ministros e atual Coordenadora do Portal da Cultura.*

## 2.3. O Portal da Cultura da América Latina e o Caribe ([www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org))

O Portal é o projeto mais antigo em execução e um dos principais projetos incluídos no Plano de Ação da Reunião de Ministros de Cultura da CELAC. Além disso, é a parte essencial da seção de Cultura do site do Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe.

Oferece cobertura permanente às informações viabilizadas pelos Estados Membros da América Latina e o Caribe sobre políticas e boas práticas no âmbito cultural, bem como as atividades da UNESCO na região, neste âmbito. Disponível em inglês e espanhol, o portal acumula extensa base de dados com mais de 175.000 entradas.

A partir do trabalho de coleta e digitalização feita pelo Escritório Regional, o site guarda documentos de todos os Fóruns de Ministros de Cultura e posterior Reunião de Ministros de Cultura da CELAC realizados até hoje.

Dispõe de uma agenda cultural latino-americana e caribenha para facilitar a promoção das melhores práticas e contribuir para

o diálogo entre os Estados Membros latino-americanos e caribenhos. Oferece, também, informação atualizada sobre as instituições culturais da área, e publica notícias e informações relevantes das políticas culturais dos Estados Membros da região e das ações que guardam relação com o programa da UNESCO.

Desde 2008, oferece um Boletim digital bilíngue que circula através do correio eletrônico, e sua versão aparece na internet. O boletim chega a mais de 2.000 destinatários, entre eles ministérios e instituições encarregadas da cultura, instituições culturais governamentais e não governamentais, bem como personalidades da cultura na região, Comissões Nacionais da UNESCO e Escritórios da UNESCO em todo o mundo.

O 19º Fórum de Ministros de Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e o Caribe e 1ª Reunião de Ministros de Cultura da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) reiterou pedido à UNESCO para difundir através do Portal as boas práticas dos Estados Membros da região que fortaleçam o papel da cultura na erradicação da pobreza



© ACAPI, Fundación Gaia Amazonas / Sergio Barteliman, 2006

e das desigualdades sociais na América Latina e o Caribe, bem como no alcance de um desenvolvimento sustentável.

A 2ª Cúpula da CELAC (Havana, Cuba, 28-29 janeiro 2014), em sua Declaração Especial sobre a cultura como promotora do desenvolvimento humano afirma que o Portal é uma “importante ferramenta para a promoção da cooperação na esfera da cultura no quadro da CELAC”, e solicita à UNESCO que continue cooperando para sua expansão. O pedido foi ratificado no Plano de Ação da CELAC para 2015, adotado pela 3ª Cúpula da entidade, realizada, em Belén, Costa Rica, em janeiro desse ano.

Atendendo a estes pedidos, e levando em conta a prioridade dada tanto pela UNESCO quanto pela CELAC ao reconhecimento da importância da cultura para o desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2030, o Portal se encontra em processo de reestruturação, em torno do programa aprovado pelos Estados Membros latino-americanos e caribenhos.

Este processo prevê redefinir suas divisões em torno dos grandes temas seguintes:

- Reunião Ministros de Cultura CELAC
- Patrimônio material
- Tráfico ilícito e museus
- Patrimônio em risco
- Patrimônio subaquático
- Rota do escravo e afrodescendentes
- Diversidade das expressões culturais
- Cultura = Desenvolvimento sustentável

Para além da questão temática, as ações previstas serão encaminhadas a reforçar o papel do Portal como ferramenta a serviço dos Estados Membros da região, em primeiro lugar em matéria de capacitação e também como veículo para a divulgação de suas melhores práticas nas temáticas anteriormente mencionadas viabilizando a expansão da cooperação entre eles.

Outras ações permanentes serão reforçadas em breve: a ampliação de seu Diretório de instituições, a difusão de convocações e especialmente o fortalecimento da troca de informações entre os membros de suas redes.

Está debruçado sobre a criação de uma base de dados de especialistas e peritos em temas culturais da região. Nesta direção, será decisiva a cooperação de todos os Estados Membros.

Ao longo de 2015, o Portal publicou perto de 400 notícias e informações de mais 450 eventos, todos ligados aos temas anteriormente enunciados e a maioria referida a boas práticas, no âmbito do desenvolvimento das indústrias criativas na região.

*\*O texto foi preparado por Olga Rufins, Oficial Nacional de Programa do Escritório de Havana, ex-Secretária Técnica do Fórum de Ministros e atual Coordenadora do Portal da Cultura.*



DÉCADA INTERNACIONAL  
DE AFRODESCEDENTES  
2015 - 2024

[www.un.org/es/events/africandescentdecade](http://www.un.org/es/events/africandescentdecade)



# Año Internacional de los *Afrodendientes*

Lo habéis disuelto en tinta inmemorial.  
Lo habéis robado a un pobre negro indefenso.  
Lo escondisteis, creyendo  
Que iba a bajar los ojos yo de la vergüenza.

Nicolás Guillén (1902 - 1989)  
60 Años de la Elegía "El Apellido"



OFICINA REGIONAL DE CULTURA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE DE LA UNESCO

## 3

## PLANO DE TRABALHO DE CULTURA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

### 3.1. Antecedentes

#### 3.1.1. A Estratégia de médio prazo da UNESCO

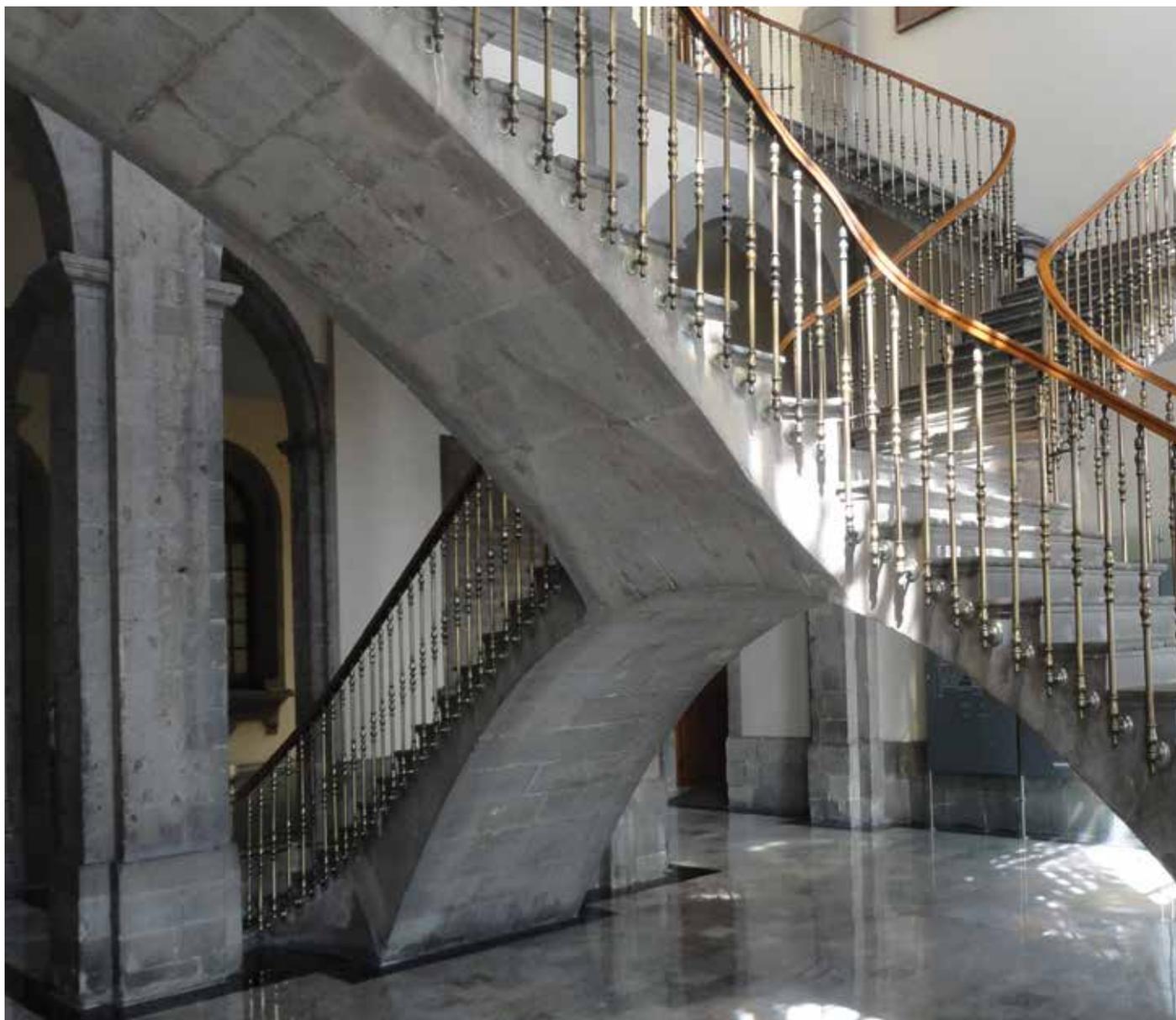
O Plano de Trabalho de Cultura para a América Latina e o Caribe da UNESCO propõe as ações que serão implantadas em matéria de cultura em escala nacional e regional durante o período 2016-2021. O plano se centra em contribuir para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, mediante a implementação do Programa de Cultura aprovado pela Conferência Geral da UNESCO.

A cultura é o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade, ou um grupo social. Além das artes e as letras, engloba os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e os credos (Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, MONDIACUL, México, 1982).

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de in-

vação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano como a diversidade biológica para os organismos vivos (Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, 2001).

Igualmente, a cultura é um meio de transmissão de conhecimento e o produto resultante desse conhecimento, tanto passado quanto presente. É um elemento facilitador e impulsionador do desenvolvimento sustentável, a paz e o progresso econômico. Em sua forma multiface, unifica as sociedades e as nações. São estas as que reconhecem o valor excepcional de seu patrimônio construído e natural; as comunidades manifestam a importância de seus usos, representações, técnicas e conhecimentos para afirmar o sentimento de identidade e continuidade. E, através das indústrias criativas e culturais, as mulheres e os homens, especialmente os mais jovens, se incorporam ao mercado de trabalho, impulsionam o desenvolvimento local e incentivam a inovação.



© F. Brugman

A Estratégia de Médio Prazo 2014-2021 da UNESCO (37 C/4) corresponde às prioridades, necessidades, oportunidades e desafios que se apresentam no panorama internacional. Este documento, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, propõe dois objetivos estratégicos para o setor de cultura: (1) proteger, promover e transmitir o patrimônio e (2) fomentar a criatividade e a diversidade das expressões culturais. Estes objetivos estratégicos se traduzem no documento de programa e orçamento da Organização para 2014-2017 (37 C/5) em dois eixos de ação com seus respectivos resultados esperados.

O primeiro deles propõe (1) proteger, conservar, promover e transmitir a cultura, o patrimônio e a história em prol do diálogo e o desenvolvimento, e engloba a aplicação efetiva da Convenção de 1954 e seus dois protocolos de 1954 e 1999 (conflitos armados e patrimônio), a Convenção de 1970 (luta contra o tráfico ilícito de bens culturais), a Convenção de 1972 (patrimônio mundial), a Convenção de 2001 (patrimônio subaquático) e o projeto de Rota do Escravo: resistência, liberdade e patrimônio, a História Geral da África e o Programa de Histórias Gerais e Regionais.

O segundo eixo de ação tem por objetivo (2) apoiar e promover a diversidade das expressões culturais, a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e o desenvolvimento de indústrias culturais e criativas mediante a aplicação efetiva das Convenções de 2003 (patrimônio imaterial) e a de 2005 (indústrias criativas e culturais).

A incorporação do Plano de Trabalho de Cultura nas agendas e políticas nacionais dos 33 Estados Membros da América Latina e o Caribe, que pertencem ao Grupo III da UNESCO, será fundamental para impulsionar o setor cultural em seus territórios e como meio para obter sociedades mais equitativas mediante a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais, a ampliação das oportunidades de emprego e a redução dos índices de exclusão social, tal qual se afirma no ponto 4 da Declaração Especial sobre a Cultura como Promotora do Desenvolvimento Humano (II Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, 28 e 29 de janeiro de 2014, Havana, Cuba).

### As declarações da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

As e os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e o Caribe, reunidos em 29 de janeiro de 2014 em Havana, Cuba, por ocasião da 2ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), aprovaram a Declaração de Havana, o Plano de Ação da CELAC 2014 e 29 declarações especiais de caráter temático.

Entre as declarações especiais aprovou-se a que diz respeito à cultura como promotora do desenvolvimento humano, a que leva em conta os objetivos traçados na Declaração de Suriname, aprovados na 1ª Reunião de Ministros de Cultura da CELAC, realizada nos dias 14 e 15 de março em Paramaribo, Suriname. A mencionada declaração especial sobre cultura dá ênfase à importância da cultura na América Latina e o Caribe como o fundamento da identidade de cada país e como catalisador dos processos de integração regional. Igualmente, sublinha a importância da cultura e das indústrias culturais para as economias nacionais e o compromisso dos Estados de promover o empreendimento cultural, como uma ferramenta de conservação do patrimônio cultural e a geração de oportunidades de emprego e riqueza, de tal maneira que contribua para o bem-estar dos cidadãos e o progresso da sociedade em conjunto.

Reconhecem que a cultura é um fator essencial para a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais, a ampliação das oportunidades de emprego e a redução dos índices de exclusão social, no quadro do processo de promoção de sociedades mais equitativas, com atenção especial às populações indígenas, afrodescendentes, mulheres, crianças, pessoas incapacitadas, idosos, jovens, migrantes e os habitantes dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID).

Igualmente, assinalam como áreas prioritárias de trabalho os direitos culturais, o diálogo intercultural, a transmissão de conhecimentos tradicionais e modernos, a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, o patrimônio material, natural e imaterial, e as indústrias culturais e criativas.

Atendendo às declarações e ao Plano de Ação aprovados, os Estados Membros da CELAC identificam ações que hão de continuar se desenvolvendo no campo da cultura.

#### Sobre políticas culturais e Convenções da UNESCO

1. Empreender as ações que permitam reconhecer o mérito das políticas culturais como promotoras de valores que espelhem o respeito à vida, à dignidade humana, à pluriculturalidade, aos princípios de justiça e tolerância, e rechaço da violência como elementos integrantes na construção de uma cultura de paz que identifique a região;

2. Preservar e promover a diversidade cultural e o caráter multiétnico, multicultural e plurilíngue das identidades latino-americanas e caribenhas;

3. Formular políticas públicas e implementar as Convenções da UNESCO como ferramentas que contribuam para o desenvolvimento humano, social e econômico sustentável;

4. Adotar as medidas nacionais necessárias para recuperar e salvaguardar os conhecimentos e os saberes tradicionais;

5. Continuar trabalhando no fortalecimento da Convenção de 1970 sobre as medidas que se devem adotar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais da UNESCO, para lutar contra o tráfico ilícito de bens culturais na região.

6. Participar do Instituto Regional de Patrimônio Mundial, no México, para impulsionar a formulação de políticas culturais focadas na proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural e natural da região;

#### Sobre metodologias comuns:

7. Compartilhar e intercambiar metodologias que permitam analisar de maneira quantitativa e qualitativa o impacto verdadeiro da cultura, das indústrias criativas e culturais nas economias e o desenvolvimento social de nossos países;

8. Trabalhar em prol da construção de um sistema de informação cultural que consiga alcançar todos os membros da CELAC que permita conhecer e fazer valer a participação da cultura nas economias e o desenvolvimento social de nossos países;

9. Solicitar à UNESCO elaborar estudos em parceria com a CEPAL, com metodologia adotada de comum acordo que quantifiquem o impacto da cultura e das indústrias culturais, para atingir os objetivos da erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais na América Latina e o Caribe, bem assim um catálogo sobre as boas práticas na matéria;

10. Elaborar uma Agenda Estratégica Regional que integre a Gestão de Riscos de Desastre;

#### Sobre empreendimentos culturais:

11. Formular e realizar projetos regionais que permitam financiar, promover e proteger os empreendimentos culturais, a promoção de sinergias entre instituições públicas e privadas inclusive;

12. Gerar esquemas de apoio e financiamento para projetos culturais, incluindo a possibilidade das PYMES culturais, as cooperativas, as associações de artesãos, entre outros, como caminhos complementares para o desenvolvimento de empreendimentos culturais;

13. Acolher a iniciativa do Corredor Cultural Caribe como um projeto facilitador do encontro de todos nossos países para a criação de um espaço sociocultural destinado ao desenvolvimento de atividades que estimulem o intercâmbio, favoreçam a economia cultural, facilitem o mercado de produtos culturais e melhorem as vias de comunicação e transporte;

#### Sobre a inclusão da cultura na agenda de desenvolvimento pós-2015:

14. Cooperar no marco da CELAC para continuar trabalhando de mão comum em assuntos culturais e para encaminhar as propostas e experiências da região em matéria cultural aos diferentes fóruns multilaterais relevantes, apoiando principalmente os esforços que se realizam para incorporar a cultura na Agenda de Desenvolvimento pós-2015;

Sobre o Portal da Cultura e outros projetos do Fórum de Ministros:

2



**OBJETIVO 2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável**



15. Preservar as atividades do Fórum de Ministros de Cultura, os acordos obtidos nesse marco, a continuidade dos projetos e programas implementados até agora pelo Fórum e suas reuniões, especialmente o Portal de Cultura da América Latina e o Caribe, e que a UNESCO continue cooperando com tais projetos e programas. As atividades do Fórum de Ministros são:

- a. Mostra itinerante de Cinema do Caribe
- b. Programa de Desenvolvimento de Capacidades do Caribe para o Patrimônio Mundial
- c. Museu Virtual da América Latina e o Caribe
- d. Festival das Artes do Caribe (CARIFESTA)
- e. Portal de Cultura da América Latina e o Caribe
- f. Site CARICOM Children
- g. Sistema De Informação Cultural SICSUL-MERCOSUL
- h. Corredor Cultural do Caribe da América Central (CCCC)

16. Continuar desenvolvendo o Portal de Cultura da América Latina e o Caribe como uma ferramenta importante para a promoção da cooperação na área de cultura no marco da CELAC.

Os Ministros de Cultura da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em sua 3ª Reunião, aprovaram em Havana, no dia 19 de Setembro, um Plano de Ação Cultural da CELAC 2015-2020, que define os principais eixos em matéria de cultura sobre os quais devem se debruçar os Estados da região nos próximos cinco anos.

Esta reunião foi posterior à validação deste Plano de Trabalho da UNESCO e algumas das propostas e iniciativas contidas tanto no Plano de Ação Cultural da CELAC quanto na Declaração Final da reunião foram incluídas no presente documento.

Na Declaração Final da reunião, os ministros saudaram a iniciativa do presente Plano de Trabalho e incentivaram seu enriquecimento através de um trabalho participativo e conjunto com os países que compõem a CELAC. Foram recordados, também, o 70º aniversário da UNESCO e o 10º da Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais, um instrumento normativo de alta relevância na região.

Ademais, foi reconhecido o papel da América Latina e o Caribe na preparação e aprovação das Diretrizes Operativas da Convenção de 1970 e todos os países da CELAC foram encorajados a implementar os princípios e conteúdos desta, além de instar os Estados Membros a assumirem uma postura regional com relação à luta contra o tráfico ilícito de bens culturais e patrimoniais.

Finalmente, também realçaram seu apoio a todas as ações que permitam a inclusão da Cultura na Agenda 2030 reconhecendo a cultura como um direito, um fator de coesão e identidade e uma força transformadora da sociedade.

### As áreas temáticas do Plano de Trabalho da UNESCO

O Plano de Trabalho Regional da UNESCO 2016-2021 define as linhas a seguir em matéria de Cultura na América Latina e o Caribe com o propósito de alcançar os 17 objetivos e 169 metas estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelas Nações Unidas em Setembro de 2015. A cultura deve ser a catalisadora da mudança para conseguir cidades sustentáveis, educação de qualidade, segurança alimentar, proteção do meio ambiente, crescimento econômico e promoção de sociedades inclusivas e pacíficas.

O Plano de Trabalho pretende guiar a implementação da Agenda 2030 na Região. Tem quatro áreas temáticas de trabalho e numerosas ações concretas que poderão ser realizadas conforme as prioridades de cada país, nos próximos seis anos. Para cada ação há exemplos de indicadores que facilitam o acompanhamento dos lucros obtidos durante sua implementação, sua correlação com os ODS, e sua relação com o Plano de Ação dos Ministros de Cultura da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

As ações do plano congregam quatro áreas temáticas: (1) Desenvolvimento de políticas e legislações nacionais; (2) fortalecimento de capacidades; (3) Pesquisa e sensibilização; e (4) mecanismos de cooperação.

#### Área 1: Desenvolvimento de políticas e legislações nacionais

As ações da área 1 sobre o desenvolvimento de políticas e legislações nacionais recomendam o acompanhamento da implementação efetiva das convenções de Cultura da UNESCO. Estes tratados cuja implementação é obrigatória para os países que os ratificaram, também são marcos programáticos que guiam as medidas, as políticas culturais em nível global, por seu caráter setorial e porque contribuem para as políticas gerais de desenvolvimento.

Algumas convenções, como as relativas ao Patrimônio Mundial, ao Patrimônio Imaterial, ou à Diversidade de Expressões Culturais, já foram ratificadas pela maioria dos países da região. Outras, embora focalizem temas de prioridade da região, como a prevenção do tráfico ilícito de bens culturais, o patrimônio subaquático ou a proteção desses bens em caso de conflito armado, ainda não foram ratificadas por todos eles.

A ratificação das convenções de cultura da UNESCO na região dota os Estados de um quadro normativo para as diferentes políticas culturais, e favorece a cooperação entre países e o estabelecimento de políticas conjuntas em temáticas comuns. Porém, ratificar não é suficiente. Como em outras regiões do mundo, a dificuldade reside na aplicação efetiva das medidas propostas em cada um deles e em suas diretrizes operacionais – que são as que desenvolvem e atualizam os quadros programáticos --.

As convenções recomendam aos países revisarem a atualizarem suas políticas e legislações nacionais, para que estejam em consonância com as necessidades atuais e se possam adaptar aos objetivos traçados pelos diferentes organismos supranacionais, com a finalidade de poder alcançar ações conjuntas e de valor global.

Além disso, as convenções sobre patrimônio insistem na necessidade de preparar registros e inventários, e elaborar e executar planos de gestão e de prevenção de riscos. Os registros e planos servem para preparar listas de elementos representativos da cada lugar e região que possa ser inscrita talvez na lista do Patrimônio

Mundial, ou nas do Patrimônio Imaterial. São essenciais para quantificar e definir o patrimônio e identificar as medidas mais efetivas para sua proteção, conservação e salvaguarda, conforme disposições e recomendações obtidas mediante o consenso global dos peritos. A quantificação e o registro, que devem ser atualizados periodicamente, permitirão dispor dos dados necessários para medir a contribuição da cultura para o desenvolvimento, e preparar os planos de recuperação depois dos desastres.

Os mecanismos de cooperação das convenções incluem a possibilidade de ter acesso a fundos, receber assistência técnica ou conciliar desacordos por meio dos comitês estabelecidos para esse fim.

Há um grande esforço concentrado em toda a região, mas os avanços são desiguais entre os países e dentro dos mesmos. Por isso, o Plano de Trabalho oferece uma relação de ações concretas que deveriam ser implementadas pelos países que ratificaram as convenções correspondentes. E são recomendadas aos que ainda não ratificaram.

A planilha do plano para esta área temática oferece a possibilidade de cada país, ou cada município, estabelecer os indicadores, as linhas de base e as metas para cada ação proposta e facilitar assim a monitoração dos progressos feitos. A monitoração e a avaliação periódica dos resultados obtidos permitirão o acompanhamento não só em nível nacional, mas também regional. Além disso, esses dados serão muito úteis para completar os relatórios periódicos de implementação das convenções, uma obrigação contraída pelo Estado ao ratificar a convenção e uma ferramenta de autoavaliação.

#### Área 2: Fortalecimento de Capacidades

A área 2 do Plano de Trabalho centra-se no fortalecimento das capacidades na região no âmbito da cultura, sendo a formação uma peça chave para ser bem-sucedido no alcance dos objetivos previstos para este período.

Apesar da grande experiência e conhecimento institucional e da sociedade civil, ainda há pela frente um longo caminho a percorrer no âmbito da gestão cultural para que as medidas propostas nas convenções e programas da UNESCO sejam efetivas. No caso das Convenções, os Estados Membros se comprometeram com cada uma delas quando depositaram o instrumento de ratificação, porém sua implementação efetiva é limitada por causa da falta de recursos, financeiros e humanos, falta de planejamento de médio e curto prazo, também no âmbito do planejamento orçamentário. Necessitam-se ferramentas que mostrem a importância da cultura para o desenvolvimento humano e econômico – por exemplo, as indústrias criativas já representam 3% do PIB global, mas a distribuição de seu potencial é muito diversa do ponto de vista geográfico, entre os países e dentro dos mesmos--.

A formação é chave para o desenvolvimento de políticas e medidas culturais e sua aplicação efetiva para conseguir os objetivos de desenvolvimento sustentável. Por isso, o plano estabelece o fortalecimento de capacidades através da capacitação de profissionais, da sociedade civil e das comunidades, a realização de programas de formação em gestão cultural, a organização de cursos, congressos e seminários especializados e a publicação de materiais de capacitação.



O Plano estabelece o prosseguimento das iniciativas já existentes, como o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Caribe (CCBP), um programa de formação de longo prazo focado na gestão do patrimônio cultural e natural, e a implementação da Convenção de 1972, ou as estratégias de capacitação na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (Convenção 2003), de apoio ao fortalecimento das indústrias criativas (Convenção 2005), ou as atividades de capacitação na proteção, conservação e gestão do patrimônio subaquático (Convenção 2001). O Plano também prevê a capacitação nos âmbitos que a região considera prioritários, como a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais (Convenção 1970 e UNIDROIT).

### Área 3: Pesquisa e sensibilização

A aplicação bem-sucedida das medidas propostas no programa de Cultura da UNESCO depende da vontade dos Estados em aplicá-las – vontade manifestada através da ratificação dos instrumentos normativos – e que a população reconheça os benefícios sociais e econômicos resultantes da aplicação efetiva dessas medidas. Por isso, a área 3 do Plano de Trabalho sobre a pesquisa e a sensibilização tem por objetivo fomentar a elaboração e a publicação de estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como a produção e difusão de matérias de sensibilização a respeito dos riscos que pairam sobre a proteção, conservação, salvaguarda e gestão sustentável do patrimônio e a diversidade de expressões culturais.

A pesquisa e a sensibilização são essenciais para que as políticas culturais possam ser atualizadas e adequadas a novos desafios e objetivos. A avaliação do trabalho feito e a identificação e difusão de boas práticas permitem desenvolver e aplicar as medidas mais convenientes em cada caso.

Para estudar o impacto das medidas culturais aplicadas e sua ligação ao desenvolvimento sustentável, o Plano propõe a utilização dos Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento e outras ferramentas estatísticas, principalmente rela-

tivas à dimensão macroeconômica da cultura, como as Contas Satélite da Cultura ou o Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO, preparado pelo Instituto da UNESCO para a Estatística ([www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org)).

Esta área de ação também se centra na difusão e na promoção das atividades culturais desenvolvidas na região, especialmente através do Portal da Cultura da América Latina e o Caribe ([www.lacult.unesco.org](http://www.lacult.unesco.org)), e a organização e implementação de ações que guardam relação com acontecimentos relevantes no período 2016-2021: a Década Internacional de Afrodescendentes 2015- 2024 e a Década Internacional para a Aproximação das Culturas 2013-2022.

### Área 4: Mecanismos de Cooperação

A área 4 do Plano de Trabalho focaliza os mecanismos de cooperação regional, tida como imprescindível para o alcance exitoso dos objetivos estabelecidos na região.

A região conhece vários sistemas e mecanismos de cooperação, sub-regionais e regionais, no âmbito da cultura. Contudo, ocorrem casos de duplicidade e de falta de articulação, e falta um quadro geral de comparação de dados. Sendo o programa da UNESCO comum para todos os países da região, independentemente dos acordos entre eles em diferentes níveis, o Plano de Trabalho tenciona facilitar essa cooperação através do marco que oferece o programa de cultura da UNESCO e as entidades associadas: as Comissões Nacionais da UNESCO, as Cátedras UNESCO e os Centros auspiciados pela UNESCO (Centros regionais de categoria II).

Os centros de categoria II Lúcio Costa (Patrimônio), CERLALC (Livro), CRESPIAL (Patrimônio Imaterial) e Zacatecas (Patrimônio Mundial) são instituições intergovernamentais especializadas que contribuem para a salvaguarda e a gestão do patrimônio; incentivam o diálogo entre os países membros e trabalham pelo

reconhecimento dos direitos culturais. A parceria mediante projetos com estas instituições, portanto, favorece o desenvolvimento das diferentes políticas culturais.

Além disso, o Plano recomenda o acompanhamento das iniciativas e dos projetos já em andamento no período anterior a fim de garantir seu bom funcionamento. Por exemplo, o Corredor Cultural do Caribe (CCC), um espaço para a promoção da diversidade cultural no Caribe desde 2011 e um bom dinamizador do empreendimento das indústrias culturais, o turismo sustentável e a cooperação internacional.

No caso da Rede de Cidades Criativas, o plano de trabalho recomenda o uso da rede para fortalecer as capacidades e as parcerias entre as cidades membros. Na América Latina e o Caribe, há seis cidades inscritas. Levando em conta as potencialidades da região, provavelmente aderirão mais cidades a esta iniciativa

da UNESCO, criada para reforçar as capacidades em nível local, potencializar a criatividade como elemento essencial do desenvolvimento econômico e social e promover a diversidade dos produtos culturais no mercado nacional e internacional.

É preciso continuar fortalecendo e promovendo a cultura com a utilização das novas tecnologias e as redes de troca de informações já criadas para obter uma ação conjunta e eficaz.

Em suma, o Plano de Trabalho da UNESCO para a América Latina e o Caribe propõe medidas e recomendações para que sejam ajustadas às prioridades da região e desenvolvidas em nível local e nacional pelos Estados Partes contribuindo assim para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para os objetivos assinalados no Plano de Ação Cultural da CELAC e os resultados esperados do Programa Geral de Cultura da UNESCO.

# TABELAS DE MONITORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA UNESCO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

---

**As tabelas de** acompanhamento foram divididas nas diferentes linhas de ação que contém o Plano de Trabalho e servem, a modo de orientação, para avaliar e dar seguimento mediante indicadores quantitativos ao trabalho que fez cada um dos Estados Membros da Região conforme o programa quadrienal da UNESCO. Servem, também, para monitorar a implementação das convenções ratificadas pelos diferentes Estados Partes, bem como para estabelecer um marco de orientação de ações e medidas prioritárias.

Para facilitar essa monitoração, apresentam-se as colunas Base (estado atual) e Meta (objetivo a ser cumprido antes da finalização do período), bem como uma coluna de Nível de Prioridade em função do biênio no qual se deverão executar as ações (Nível 1: 2016-17; Nível 2: 2018-19; Nível 3: 2020-21).

A modo indicativo, e para facilitar a relação das ações ou produtos propostos com os objetivos dos programas da UNESCO, a CELAC e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a coluna UNESCO C5 faz referência ao Programa da UNESCO, a do Plano CELAC à Declaração Especial sobre a Cultura e o Plano de Ação da CELAC aprovados pela cúpula de Havana em 2014, e a coluna ODS 2015 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>Ratificar as Convenções de Cultura da UNESCO</b>									
1.1 Ratificar a Convenção de 1970 (luta contra o tráfico ilícito de bens culturais)	Nº de países que ratificaram a Convenção de 1970	24	33				2	8	1,8,15
1.2 Ratificar a Convenção de 2001 (patrimônio subaquático)	Nº de países que ratificaram a Convenção de 2001	17	30				4		1,8,15
1.3 Ratificar a Convenção de 2003 (patrimônio imaterial)	Nº de países que ratificaram a Convenção de 2003	30	33				6	5	15
1.4 Ratificar a Convenção de 2005 (indústrias culturais)	Nº de países que ratificaram a Convenção de 2005	30	33				7	6	1,8
1.5 Ratificar a Convenção da Haia de 1954 e seus dois protocolos de 1954 e 1999 (conflito armado e patrimônio)	Nº de países que ratificaram a Convenção de 1954 e seus dois protocolos	20 P1:18 P2:17	30 P1:30 P2:30				3	10	15
<b>Atualizar registros e inventários</b>									
1.6 Atualizar os inventários locais de patrimônio cultural, especialmente aqueles que incluem Sítios de Memória	Nº de inventários atualizados Nº de lugares de memória inventariados						1, 5	9, 10	11
1.7 Atualizar as listas indicativas de Patrimônio Mundial com a participação das comunidades e com uma representação maior das categorias de patrimônio	Nº de listas indicativas atualizadas	3					1, 5	9, 10	11
1.8 Atualizar os inventários dos museus, instituições culturais e lugares de culto	Nº de museus que atualizaram seus inventários						2	8	4, 15
1.9 Elaborar e/ou atualizar os inventários de patrimônio imaterial em nível local e nacional	Nº de inventários elaborados e/ou atualizados						6	5	15
1.10 Realizar levantamentos de dados dos recursos culturais existentes (patrimônio, bens, atividades e serviços culturais) em nível local que incluam criadores, gestores, empreendedores, empresas de pequeno e médio porte, indústrias culturais e criativas, utilizando os indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento.	Nº de mapeamentos realizados em nível local Nº de estudos feitos usando os indicadores de Cultura para o Desenvolvimento.						7	6	1, 8
<b>Patrimônio material - Convenção de Patrimônio Mundial</b>									
1.11 Aprovar e implementar os Planos de Ação Sub-Regionais para o Patrimônio Mundial	Nº de países que implementam os Planos de Ação Sub-Regionais do Patrimônio Mundial						1	9	1, 8, 11, 13
1.12 Redigir leis-modelo ou estratégias sobre patrimônio mundial que englobem a diversidade de categorias de bens e prioridades de cada sub-região	Nº de modelos de lei redigidas						1	9	1, 8, 11

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>1.13</b> Atualizar as políticas nacionais e locais de patrimônio cultural e natural para que englobem a participação das comunidades, promovam o desenvolvimento sustentável, fomentem o turismo cultural sustentável e incorporem a diversidade de categorias de bens, especialmente, as paisagens culturais e aqueles bens que se encontram em grandes cidades	Nº leis sobre patrimônio atualizadas						1	9	1, 8, 11
<b>1.14</b> Proporcionar assessoria técnica para melhorar a qualidade dos expedientes de candidatura à Lista de Patrimônio Mundial	Nº de profissionais capacitados Nº de expedientes apresentados e admitidos						1	9	1, 8, 11
<b>1.15</b> Atualizar os planos de gestão dos bens de patrimônio mundial para que incluam diretrizes sobre gestão do turismo sustentável, estratégia de parecerias, planos de gestão diante de riscos, e contribuição equilibrada de mulheres e homens para a conservação dos bens	Nº de planos de gestão atualizados						1	9	1, 5, 8, 11, 13
<b>1.16</b> Implementar projetos piloto de conservação de bens de patrimônio mundial que guardem relação com a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, os conflitos, os desastres, o turismo sustentável, a urbanização e a mudança climática.	Nº de projetos de conservação implementados						1	9	1, 8, 11, 13
<b>1.17</b> Preparar e apresentar os relatórios periódicos sobre a aplicação da Convenção de 1972	Nº de relatórios periódicos apresentados						1	9	1, 5, 8, 11, 13
<b>Tráfico ilícito, Convenção 1970 e museus</b>									
<b>1.18</b> Atualizar as legislações e políticas nacionais e criar serviços que englobem os mecanismos para proibir ou impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais	Nº de países com legislações e serviços que garantam efetiva aplicação da Convenção de 1970 Nº de países que ratificaram a Convenção de 1970						2	8	15
<b>1.19</b> Apresentar pedidos de intermediação e conciliação, e de retorno ou restituição, perante o Comitê Intergovernamental para o Retorno dos Bens Culturais aos seus Países de Origem ou sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita (PRBC)	Nº de casos examinados de intermediação e conciliação; e de retorno e restituição de bens culturais						2	8	15

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>1.20</b> Preparar e apresentar relatórios nacionais sobre a aplicação da Convenção de 1970	Nº de relatórios nacionais apresentados						2	8	15
<b>Proteção do patrimônio cultural em tempo de conflito – Convenção da Haia de 1954 e seus dois Protocolos de 1954 e 1999</b>									
<b>1.21</b> Atualizar as legislações nacionais, especialmente a legislação penal, para que garantam efetiva aplicação da Convenção de 1954 e seus dois protocolos	Nº de países com legislações e sanções penais que garantam efetiva aplicação da Convenção e seus dois protocolos						2	10	15
<b>1.22</b> Preparar e apresentar os relatórios periódicos sobre a aplicação da Convenção da Haia de 1954 e seus dois Protocolos de 1954 e 1999	Nº de relatórios periódicos apresentados						3	10	15
<b>1.23</b> Preparar assessorias e capacitações sobre a proteção do patrimônio cultural em tempo de conflito	Nº de capacitações realizadas às forças armadas e civis sobre a proteção do patrimônio cultural em caso de conflito armado.								
<b>Patrimônio cultural subaquático - Convenção de 2001</b>									
<b>1.24</b> Redigir modelos de lei ou estratégias nacionais de patrimônio cultural subaquático que englobem as prioridades de cada Estado Parte e um plano para a prevenção de seu tráfico ilícito	Nº de países com legislações e estratégias nacionais que garantam efetiva aplicação da Convenção, bem como a luta contra o tráfico de bens culturais subaquáticos						2, 4	8	15
<b>1.25</b> Prestar assessoria técnica e científica quando for solicitada pelo país e/ou se o estudo assim exigir	Nº de missões do Corpo Assessor Científico e Técnico da Convenção						4		15
<b>1.26</b> Implementar projetos piloto de conservação e gestão de patrimônio cultural subaquático que promovam o desenvolvimento local e a prevenção do tráfico ilícito	Nº de lugares que possuem um plano para a prevenção do tráfico de bens culturais subaquáticos						2, 4	8	1, 8
<b>Rota do Escravo e Sítios de Memória</b>									
<b>1.27</b> Incluir nos currículos educativos conteúdos referentes às Histórias Gerais e Histórias Regionais, a História Geral da África, Rota do Escravo e os Sítios de Memória	Nº de países que incluem em seus currículos os conteúdos da História Geral da África						5	10	15
<b>Patrimônio cultural imaterial - Convenção de 2003</b>									
<b>1.28</b> Desenvolver e revisar as políticas nacionais sobre patrimônio imaterial	Nº de países com legislações que garantem efetiva aplicação da Convenção						6	5	15
<b>1.29</b> Elaborar e implementar planos de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, que incluam as línguas indígenas e as que estão em perigo	Nº de planos de salvaguarda elaborados ou implementados						6	5	15

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>1.30</b> Preparar, tramitar e aplicar efetivamente pedidos de assistência internacional no marco da Convenção de 2003	Nº de pedidos de assistência internacional tramitadas						6	5	15
<b>1.31</b> Proporcionar assessoria técnica para a apresentação de expedientes para novas designações para a Lista Representativa do Patrimônio Imaterial	Nº de novos elementos incluídos na Lista						6	5	15
<b>1.32</b> Preparar e apresentar relatórios periódicos sobre a aplicação da Convenção de 2003	Nº de relatórios periódicos sobre a aplicação da Convenção, identificando aqueles que focalizam questões de gênero						6	5	15
<b>Diversidade de expressões culturais - Convenção de 2005</b>									
<b>1.33</b> Desenvolver e atualizar as políticas nacionais de apoio e promoção das indústrias criativas e culturais, políticas comerciais, de uso de meios digitais, liberdade de expressão e de acesso à informação inclusive.	<p>Nº de países que ratificaram a Convenção</p> <p>Nº de países com legislações e medidas que promovem a diversidade de expressões culturais (criação, produção, distribuição, difusão, acesso a bens, serviços e atividades culturais e participação da sociedade civil)</p> <p>Nº de novas empresas de pequeno e médio porte do setor das indústrias criativas y culturais criadas</p> <p>Nº de profissionais que trabalham no setor das indústrias criativas e culturais (desagregação por gênero)</p> <p>% do PIB que pressupõem as indústrias criativas e culturais</p>						7	6	1,8
<b>1.34</b> Preparar e tramitar pedidos de assistência técnica internacional e executar projetos no marco do Fundo da Diversidade Cultural	Nº de projetos implementados no marco do Fundo Internacional da Diversidade Cultural e sua estratégia de busca de fundos						7	6	1,8
<b>1.35</b> Desenvolver políticas de aplicação da Convenção de 2005 no marco da Agenda internacional de desenvolvimento Pós-2015, o desenvolvimento urbano sustentável inclusive.	Nº de políticas (planos de ação locais e nacionais)						7	6	1,8
<b>1.36</b> Realizar e apresentar os relatórios periódicos nacionais referentes à Convenção de 2005	Nº de relatórios periódicos nacionais elaborados por peritos						7	7	1,8

## LINHA DE AÇÃO 2. FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>2.1</b> Fortalecer as capacidades do pessoal dos Centros de Categoria 2 da região	Nº de profissionais dos centros que foram capacitados (desagregação por gênero)						1, 6, 7	9, 5, 6	4, 5
<b>2.1.1</b> Estabelecer programas de formação em gestão cultural para fortalecer o profissionalismo do pessoal do setor cultural	Nº de programas de formação em gestão cultural realizados.								
<b>Patrimônio material, Convenção de Patrimônio Mundial</b>									
<b>2.2</b> Fortalecer as capacidades em gestão integral do patrimônio	Nº de planos de gestão de bens de patrimônio mundial que integram as Convenções de 1970 e 2001  Nº de administradores de Sítios de Memória capacitados (desagregação por gênero)						1, 2, 4	9	4, 5
<b>2.3</b> Atualizar e implementar o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Caribe (CCBP)	Nº de administradores de bens de patrimônio mundial que melhoraram suas capacidades (desagregação por gênero)						1	9	4, 5, 13
<b>2.4</b> Produzir materiais de capacitação e organizar workshops sobre gestão de riscos e avaliação de necessidades depois de desastres (PDNA)	Nº de materiais publicados  Nº de profissionais de diferentes setores capacitados (desagregação por gênero)  Nº de bens de patrimônio mundial que incorporam planos de gestão de riscos em seus planos de gestão						1	9	4, 5, 13
<b>2.5</b> Fortalecer as capacidades institucionais para definir e desenvolver os itinerários culturais, especialmente sobre a Rota do Escravo e os Sítios de Memória	Nº de itinerários culturais criados  Nº de itinerários sobre a Rota do Escravo e Sítios de Memória  Nº de administradores de Sítios de Memória capacitados (desagregação por gênero)						1, 5	9, 10	4, 5
<b>Tráfico ilícito - Convenção de 1970, e museus</b>									
<b>2.6</b> Organizar cursos de capacitação para a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais envolvendo partes interessadas estatais e não estatais	Nº de países que ratificaram a Convenção de 1970  Nº de peritos capacitados que têm a ver com a aplicação da Convenção de 1970 (desagregação por gênero)						2	8	4, 5

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>2.7</b> Fortalecer as capacidades do pessoal que trabalha nos museus	Nº de peritos capacitados que têm a ver com a função dos museus (desagregação por gênero)						2	8	4,5
<b>Proteção do patrimônio cultural em tempo de conflito – Convenção da Haia de 1954 e seus dois Protocolos de 1954 e 1999</b>									
<b>2.8</b> Organizar cursos de capacitação e atividades de sensibilização sobre a Convenção da Haia de 1954 e seus dois protocolos de 1954 e 1999 envolvendo partes interessadas estatais e não estatais	Nº de pessoal das forças armadas e instituições relacionadas que melhoraram suas capacidades (desagregação por gênero)  Nº de entidades que fazem parte da rede de trabalho sobre a referida matéria  Nº de países com comitês nacionais assessores para o cumprimento da resolução 2 da Conferência da Haia de 1954						3	10	4,5
<b>Patrimônio cultural subaquático - Convenção de 2001</b>									
<b>2.9</b> Produzir matérias de capacitação e organizar cursos de capacitação sobre a Convenção de 2001 envolvendo partes interessadas estatais e não estatais	Nº de matérias publicadas  Nº de arqueólogos, mergulhadores e outro pessoal relacionado que melhorou suas capacidades (desagregação por gênero)						4		4,5
<b>Patrimônio cultural imaterial - Convenção de 2003</b>									
<b>2.10</b> Fortalecer as capacidades na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na região	Nº de portadores, autoridades, recursos humanos e institucionais relacionados capacitados (desagregação por gênero)						6	5	4,5
<b>Diversidade de expressões culturais - Convenção de 2005</b>									
<b>2.11</b> Fortalecer as capacidades dos recursos humanos e institucionais que promovem a diversidade das expressões culturais, dando especial atenção aos decisores das políticas comerciais	Nº de recursos humanos e institucionais, estatais e não estatais, que melhoraram suas capacidades (desagregação por gênero)  Nº de peritos da região identificados que têm a ver com a aplicação da Convenção de 2005 (desagregação por gênero)						7	6	4,5
<b>2.12</b> Traduzir ao espanhol as matérias de capacitação sobre indústrias criativas já produzidas	Nº de matérias publicadas em espanhol						7	6	4,5

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>Elaborar e difundir estudos que meçam o impacto da cultura no desenvolvimento sustentável, em nível local e regional, com o uso das seguintes ferramentas: Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento, Contas Satélites da Cultura e Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO, entre outras</b>									
<b>3.1</b> Realizar estudos monográficos que demonstrem de que maneira a gestão de bens do patrimônio mundial contribui para o desenvolvimento sustentável, identificando as contribuições das mulheres para a melhora do estado de conservação e gestão dos mesmos	Nº de estudos publicados						1	7	1, 8, 5
<b>3.2</b> Realizar estudos sobre a função social, econômica e educativa dos museus como vetores de desenvolvimento e diálogo intercultural	Nº de estudos apresentados Nº de museus que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural						2	7, 10	1, 8
<b>3.3</b> Preparar e apresentar relatórios nacionais sobre as políticas museísticas, tendo como referência a Recomendação da UNESCO de 2015 sobre "A promoção e a proteção de museus e coleções, sua diversidade cultural e seu papel na sociedade"	Nº de relatórios apresentados								
<b>3.4</b> Realizar estudos e produzir matérias para difusão e sensibilização a respeito do patrimônio subaquático, também do âmbito de cultura para o desenvolvimento	Nº de publicações, audiovisuais, brochuras, notícias e reportagens em meios de comunicação.						4		1, 8
<b>3.5</b> Realizar estudos sobre políticas culturais e indicadores sobre patrimônio cultural imaterial	Nº de estudos publicados						6	5	15
<b>3.6</b> Realizar e difundir estudos com uma metodologia que permita medir o impacto (indicadores) das indústrias criativas na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades na região	Nº de estudos publicados						7	6	1, 8
<b>3.7</b> Realizar e difundir estudos sobre avaliação de necessidades posteriores a desastres que levem em conta o patrimônio material e imaterial, as infraestruturas culturais, o turismo e as indústrias criativas, entre outros aspectos	Nº de estudos publicados								
<b>3.8</b> Promover os diferentes eventos e plataformas que favorecem a difusão e a troca de conhecimentos sobre o patrimônio e as indústrias criativas da região	Nº de sites dedicados à compilação de recursos culturais da região Nº de usuários do Portal da Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe						1,2,3,4, 5,6,7	12, 13	4
<b>Patrimônio material, especialmente Convenção de Patrimônio Mundial</b>									
<b>3.9</b> Realizar estudos sobre vulnerabilidades diante do risco de desastres em bens do patrimônio mundial	Nº de estudos publicados						1	1	1, 13

Produtos	Indicadores	Base	Meta	Nível de Prioridade			UNESCO C5	Plano CELAC	ODS 2016
				1	2	3			
<b>Tráfico ilícito – Convenção de 1970, e museus</b>									
<b>3.10</b> Produzir e difundir matérias de sensibilização a respeito da gravidade das escavações ilegais e a importação e exportação ilegal do patrimônio cultural, especialmente de bens culturais de caráter religioso, da época pré-colombiana e patrimônio subaquático	Nº de publicações, audiovisuais, folhetos e outras matérias de comunicação, notícias e reportagens em meios de comunicação						2, 4	8	15
<b>Proteção do patrimônio cultural em tempo de conflito – Convenção da Haia de 1954 e seus dois Protocolos de 1954 e 1999</b>									
<b>3.11</b> Realizar estudos e elaborar planos de preparação diante de emergências, em caso de conflito armado, e medidas no tempo de paz	Nº de estudos apresentados  Nº de países com planos de preparação diante de emergências, em caso de conflito armado, e medidas no tempo de paz						3	10	15
<b>Melhorar o acesso ao conhecimento mediante a promoção da história e da memória comuns para a reconciliação e o diálogo</b>									
<b>3.12</b> Produzir matérias para educadores sobre o uso pedagógico da História Geral da África, a Rota do Escravo e os Sítios de Memória	Nº de matérias metodológicas e de capacitação sobre a Rota do Escravo e Sítios de Memória						5	10	15
<b>3.13</b> Traduzir a História Geral da África ao espanhol e ao português e publicar a versão em espanhol	Nº de publicações em espanhol						5	10	15
<b>3.14</b> Utilizar as Histórias Gerais e as Regionais para promover o diálogo intercultural	Nº de publicações, audiovisuais, brochuras, notícias e reportagens em meios de comunicação, palestras e conferências ministradas						5	10	15
<b>3.15</b> Realizar estudos monográficos sobre interações culturais e contribuições dos afrodescendentes	Nº de estudos publicados						5	10	15
<b>3.16</b> Organizar ações no marco da Década Internacional das Nações Unidas de Afrodescendentes (2015-2024) e da Década das Nações Unidas para a aproximação das culturas (2013-2022)	Nº de ações organizadas no marco de ambas as décadas						5	10	15
<b>Patrimônio Cultural Imaterial - Convenção de 2003</b>									
<b>3.17</b> Promover e difundir melhores práticas e outras matérias de sensibilização no âmbito da Convenção de 2003	Nº de melhores práticas identificadas  Nº de publicações, audiovisuais, brochuras, notícias e reportagens em meios de comunicação, palestras e conferências ministradas.						6	5	15
<b>Diversidade de expressões culturais - Convenção de 2005</b>									
<b>3.18</b> Difundir informação e boas práticas sobre as indústrias criativas	Nº de melhores práticas identificadas  Nº de publicações, audiovisuais, brochuras, notícias e reportagens em meios de comunicação, palestras e conferências ministradas.						7	6	1, 8





**ANEXO 1. Convenções de Cultura da UNESCO ratificadas pelos países da América Latina e o Caribe**

	1972	2003	2005	1970	1954	1954 P1	1954 P2	2001	Total
Argentina	x	x	x	x	x	x	x	x	6+2
Barbados	x	x	x	x	x	x	x	x	6+2
Honduras	x	x	x	x	x	x	x	x	6+2
México	x	x	x	x	x	x	x	x	6+2
Equador	x	x	x	x	x	x	x	x	6+2
Panamá	x	x	x	x	x	x	x	x	6+2
Paraguai	x	x	x	x	x	x	x	x	6+2
Cuba	x	x	x	x	x	x		x	6+1
Brasil	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Colômbia	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Costa Rica	x	x	x	x	x	x	x		5+2
República Dominicana	x	x	x	x	x	x	x		5+2
El Salvador	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Guatemala	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Nicarágua	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Peru	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Uruguai	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Chile	x	x	x	x	x	x	x		5+2
Bolívia	x	x	x	x	x				5
Venezuela	x	x	x	x	x				5
Haiti	x	x	x	x				x	5
Granada	x	x	x	x				x	5
Antigua e Barbuda	x	x	x					x	4
Santa Lúcia	x	x	x					x	4
São Vicente e as Granadinas	x	x	x					x	4
Jamaica	x	x	x					x	4
Trinidad e Tobago	x	x	x					x	4
Belize	x	x	x	x				x	4
Bahamas	x	x	x	x				x	4
Guiana	x		x					x	3
Dominica	x	x							2
São Cristóvão e Nevis	x							x	2
Suriname	x								1
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	

# TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4

Resolução A/RES/70/1 Assembleia Geral das Nações Unidas - 25 de Setembro de 2015

## Preâmbulo

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas implementarão este plano em parceria colaborativa. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos em não deixar ninguém para trás.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta:

### *Pessoas*

Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável

### *Planeta*

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, inclusive por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes para enfrentar a mudança climática, para que ele possa satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras.

### *Prosperidade*

Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

### *Paz*

Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estejam livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

### *Parceria*

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Os vínculos e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda seja realizado. Se realizarmos as nossas ambições em toda a extensão da Agenda, a vida de todos será profundamente melhorada e nosso mundo será transformado para melhor.



## Declaração

### Introdução

1. Nós, chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015 no momento em que a Organização comemora seu septuagésimo aniversário, decidimos hoje sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais.
2. Em nome dos povos que servimos, nós adotamos uma decisão histórica sobre um conjunto de Objetivos e metas universais e transformadoras que é abrangente, de longo alcance e centrado nas pessoas. Comprometemo-nos a trabalhar incansavelmente para a plena implementação desta Agenda entre agora e 2030. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Comprometemo-nos a alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – a econômica, a social e a ambiental – de forma equilibrada e integrada. Também vamos dar continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e buscar atingir suas metas inacabadas.
3. Nós resolvemos acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares, entre agora e 2030; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais.
4. Ao embarcarmos nesta grande jornada coletiva, comprometemo-nos em não deixar ninguém para trás. Reconhecendo a dignidade da pessoa humana como fundamental, queremos ver os Objetivos e as metas cumpridos para todas as nações e povos e para todos os segmentos da sociedade. E faremos o possível para alcançar, em primeiro lugar, os mais atrasados.
5. Esta é uma Agenda de alcance e significado sem precedentes. Ela é aceita por todos os países e é aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Estes são objetivos e metas universais que envolvem todo o mundo, igualmente os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável.
6. Os Objetivos e metas são o resultado de mais de dois anos de consulta pública intensiva e envolvimento junto à sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo, prestando uma atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis. Esta consulta incluiu o valioso trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral e pelas Nações Unidas, cujo secretário-geral apresentou um relatório síntese em dezembro de 2014.

### Nossa visão do futuro

7. Nestes Objetivos e metas, estamos estabelecendo uma visão de futuro extremamente ambiciosa e transformadora. Prevemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e

penúria, onde toda a vida pode prosperar. Prevemos um mundo livre do medo e da violência. Um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, em que o bem-estar físico, mental e social sejam garantidos. Um mundo em que reafirmamos os nossos compromissos relativos ao direito humano à água potável e ao saneamento e onde há uma melhor higiene; e onde o alimento é suficiente, seguro, acessível e nutritivo. Um mundo cujos habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia acessível, confiável e sustentável.

8. Prevemos um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que todas as crianças crescem livres da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis.
9. Prevemos um mundo em que cada país desfrute de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – são sustentáveis. Um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção do meio ambiente e erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia respeitem o clima e a biodiversidade e sejam resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos.

#### Nossos princípios e compromissos comuns

10. A nova Agenda é guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito pelo direito internacional. Fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados internacionais de direitos humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005. Baseia-se, também, em outros instrumentos, tais como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.
11. Reafirmamos os resultados de todas as grandes conferências e cúpulas das Nações Unidas que estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e ajudaram a moldar a nova Agenda, especialmente a Declaração

do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável; a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social; o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Plataforma de Ação de Pequim; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Reafirmamos também a continuidade dada a estas conferências, incluindo os resultados da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, a Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral; e da Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres.

12. Reafirmamos todos os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, inclusive, entre outros, o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, tal como estabelecido no princípio 7º desta Declaração.
13. Os desafios e compromissos contidos nestas grandes conferências e cúpulas são inter-relacionados e exigem soluções integradas. Para resolvê-los de forma eficaz, é necessária uma nova abordagem. O desenvolvimento sustentável reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos e entre os países, a preservação do planeta, a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados uns aos outros e são interdependentes.

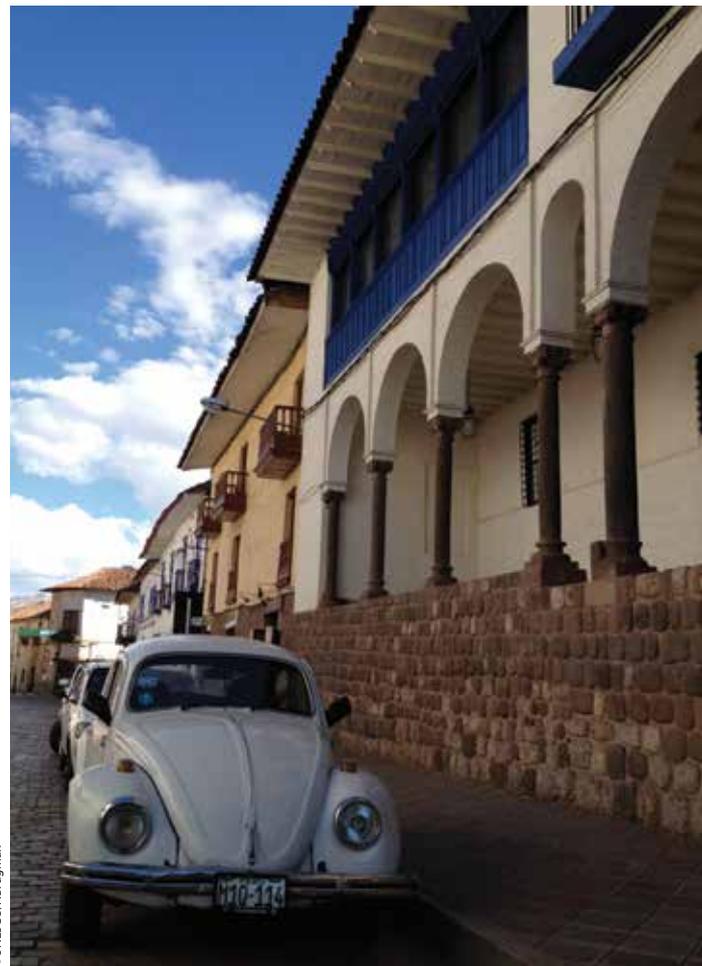
#### Nosso mundo hoje

14. Encontramo-nos num momento de enormes desafios para o desenvolvimento sustentável. Bilhões de cidadãos continuam vivendo na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. A desigualdade de gênero continua a ser um desafio fundamental. O desemprego, particularmente entre os jovens, é uma grande preocupação. Ameaças globais de saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias relacionadas e o deslocamento forçado de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso do desenvolvimento feito nas últimas décadas. O esgotamento dos recursos naturais e os impactos negativos da degradação ambiental, incluindo a desertificação, secas, a degradação dos solos, a escassez de água doce e a perda de biodiversidade acrescentam e exacerbam as dificuldades que a humanidade enfrenta. A mudança climática é um dos maiores desafios do nosso tempo e seus efeitos negativos minam a capacidade de todos os países de alcançar o desenvolvimento sustentável. A subida da temperatura global, o aumento do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros impactos das mudanças climáticas estão afetando seriamente as zonas costeiras e os países costeiros de baixa altitude, incluindo muitos países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A sobrevivência de muitas sociedades, bem como dos sistemas biológicos do planeta, está em risco.

15. Este é também, no entanto, um momento de enorme oportunidade. Um progresso significativo foi feito no cumprimento de muitos desafios ao desenvolvimento. Dentro da geração passada, centenas de milhões de pessoas emergiram da pobreza extrema. O acesso à educação aumentou consideravelmente tanto para meninos quanto para meninas. A disseminação da informação e das tecnologias de comunicação e interconectividade global têm um grande potencial para acelerar o progresso humano, para superar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia.
16. Há quase quinze anos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram acordados. Estes forneceram um quadro importante para o desenvolvimento e um progresso significativo foi feito em diversas áreas. Mas os avanços têm sido desiguais, particularmente na África, nos países menos desenvolvidos, nos países sem litoral em desenvolvimento e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e alguns dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio distam de serem atingidos, especialmente os relacionados com a saúde materna, neonatal e infantil e a saúde reprodutiva. Comprometemo-nos com a plena realização de todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, inclusive os não cumpridos, em particular por meio da assistência focada e mais ampla para os países menos desenvolvidos e outros países em situações especiais, em conformidade com os programas de apoio correspondentes. A nova Agenda se baseia nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pretende completar o que estes não alcançaram, especialmente em alcançar os mais vulneráveis.
17. No seu âmbito de aplicação, no entanto, o quadro que estamos anunciando hoje vai muito além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Ao lado das contínuas prioridades de desenvolvimento, tais como a erradicação da pobreza, a saúde, a educação e a segurança alimentar e nutricional, a nova Agenda define um vasto leque de objetivos econômicos, sociais e ambientais. Ela também promete sociedades mais pacíficas e inclusivas. E o mais importante: se definem os meios de implementação. Refletindo a abordagem integrada pela qual optamos, existem interconexões profundas e muitos elementos transversais através dos novos Objetivos e metas.

#### A nova Agenda

18. Nós estamos anunciando hoje 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis. Nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se com uma ação comum e um esforço via uma agenda política tão ampla e universal. Estamos criando, juntos, o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, nos dedicando coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação vantajosa para todos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo. Reafirmamos que cada Estado tem, e exerce livremente, sua soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica. Implementaremos a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração de hoje e para as gerações



futuras. Ao mesmo tempo, reafirmamos nossa adesão ao direito internacional e enfatizamos que a Agenda deverá ser implementada de uma forma consistente com os direitos e obrigações dos Estados sob o direito internacional.

19. Reafirmamos a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como outros instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos e ao direito internacional. Enfatizamos as responsabilidades de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição.
20. A efetivação da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas darão uma contribuição essencial para o progresso em todos os Objetivos e metas. Alcançar o potencial humano e do desenvolvimento sustentável não é possível se para metade da humanidade continuam sendo negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como a igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. Trabalharemos para o aumento significativo dos investimentos a fim de superar o hiato de gênero e fortalecer o apoio a instituições em relação à igualdade de gênero e o empoderamento das

- mulheres nos âmbitos global, regional e nacional. Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas serão eliminadas, incluindo por meio do engajamento de homens e meninos. A integração sistemática da perspectiva de gênero na implementação da Agenda é crucial.
21. Os novos Objetivos e metas entrarão em vigor no dia 1º de janeiro de 2016 e orientarão as decisões a serem tomadas ao longo dos próximos quinze anos. Todos nós vamos trabalhar para a implementação da Agenda dentro de nossos próprios países e em nível regional e global, levando em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Respeitaremos o espaço político nacional para um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, em particular para os países em desenvolvimento, mantendo-se compatível com as regras e os compromissos internacionais pertinentes. Reconhecemos, também, a importância das dimensões regionais e sub-regionais, a integração econômica regional e a interconexão no desenvolvimento sustentável. Os quadros regionais e os sub-regionais podem facilitar a tradução eficaz de políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas em nível nacional.
  22. Cada país enfrenta desafios específicos em sua busca do desenvolvimento sustentável. Os países mais vulneráveis e, em particular, os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento merecem atenção especial, assim como os países em situações de conflito e pós-conflito. Muitos países de renda média estão atravessando dificuldades graves.
  23. As pessoas vulneráveis devem ser empoderadas. Aqueles cujas necessidades são refletidas na Agenda incluem todas as crianças, jovens, pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza), as pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes. Decidimos tomar medidas e ações mais eficazes, em conformidade com o direito internacional, para remover os obstáculos e as restrições, reforçar o apoio e atender às necessidades especiais das pessoas que vivem em áreas afetadas por emergências humanitárias complexas e em áreas afetadas pelo terrorismo.
  24. Estamos empenhados em acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema entre agora e 2030. Todas as pessoas devem desfrutar de um padrão básico de vida, inclusive por meio de sistemas de proteção social. Também estamos determinados a acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar como uma questão de prioridade e acabar com todas as formas de desnutrição. Neste sentido, reafirmamos a importância do papel e a natureza abrangente do Comitê de Segurança Alimentar Mundial e damos as boas-vindas à Declaração de Roma sobre Nutrição e o Quadro de Ação. Dedicaremos recursos para o desenvolvimento das zonas rurais e à agricultura e à pesca sustentáveis, apoiando os agricultores familiares, especialmente mulheres agricultoras, criadores de animais e pescadores nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos.
  25. Comprometemo-nos a fornecer a educação inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis – na primeira infância, no primário e nos ensinos secundário, superior, técnico e profissional. Todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem permanente que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade. Faremos o possível para proporcionar às crianças e jovens um ambiente que propicie a plena realização dos seus direitos e capacidades, ajudando nossos países a colher dividendos demográficos, inclusive por meio de escolas seguras e de comunidades e famílias coesas.
  26. Para promover a saúde física e mental e o bem-estar, e para aumentar a expectativa de vida para todos, temos de alcançar a cobertura universal de saúde e acesso a cuidados de saúde de qualidade. Ninguém deve ser excluído. Comprometemo-nos a acelerar os progressos alcançados até o momento na redução da mortalidade neonatal, infantil e materna, dando um fim a todas essas mortes evitáveis entre agora e 2030. Estamos empenhados em garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive para o planejamento familiar, para a informação e para a educação. Iremos igualmente acelerar o ritmo dos progressos realizados na luta contra a malária, HIV/AIDS, tuberculose, hepatite, ebola e outras doenças transmissíveis e epidemias, inclusive abordando a crescente resistência aos antibióticos e o problema das doenças negligenciadas que afetam os países em desenvolvimento. Estamos comprometidos com a prevenção e o tratamento de doenças não transmissíveis, incluindo distúrbios de comportamento, de desenvolvimento e neurológicos, que constituem um grave impedimento para o desenvolvimento sustentável.
  27. Procuraremos construir fundamentos econômicos sólidos para todos os nossos países. O crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável é essencial para a prosperidade. Isso só será possível se a riqueza for compartilhada e a desigualdade de renda for combatida. Trabalharemos para construir economias dinâmicas, sustentáveis, inovadoras e centradas nas pessoas, promovendo o emprego dos jovens e o empoderamento econômico das mulheres, assim como o trabalho decente para todos. Erradicaremos o trabalho forçado e o tráfico humano e poremos fim ao trabalho infantil em todas as suas formas. Todos os países serão beneficiados se tiverem uma força de trabalho saudável, com boa formação e com os conhecimentos e as habilidades necessárias para o trabalho produtivo e gratificante e a plena participação na sociedade. Fortaleceremos as capacidades produtivas dos países menos desenvolvidos em todos os setores, inclusive por meio da transformação estrutural. Adotaremos políticas que aumentem as capacidades de produção, a produtividade e o emprego produtivo; a inclusão financeira; o desenvolvimento sus-

14


**OBJETIVO 14 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**


Willemstad © M.A. Newton

- tentável da agricultura, da pecuária e da pesca; o desenvolvimento industrial sustentável; o acesso universal a serviços energéticos acessíveis, confiáveis, sustentáveis e modernos; sistemas de transporte sustentáveis; e infra-estrutura de qualidade e resiliente.
28. Comprometemo-nos a fazer mudanças fundamentais na maneira como nossas sociedades produzem e consomem bens e serviços. Governos, organizações internacionais, setor empresarial e outros atores não estatais e indivíduos devem contribuir para a mudança de consumo e produção não sustentáveis, inclusive via mobilização, de todas as fontes, de assistência financeira e técnica para fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos países em desenvolvimento para avançar rumo a padrões mais sustentáveis de consumo e produção. Por isso, encorajamos a aplicação do Quadro de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis, previsto para o prazo de 10 anos. Todos os países, começando pelos desenvolvidos, devem adotar medidas, levando em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.
29. Reconhecemos a contribuição positiva dos migrantes para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos também que a migração internacional é uma realidade multidimensional de grande relevância para o desenvolvimento dos países de origem, de trânsito e de destino, o que exige respostas coerentes e globais. Cooperaremos no plano internacional para garantir uma migração segura, ordenada e regular que envolve o pleno respeito pelos direitos humanos e o tratamento humano
- dos migrantes, independentemente do status de migração, dos refugiados e das pessoas deslocadas. Essa cooperação deverá também reforçar a resiliência das comunidades que acolhem refugiados, particularmente nos países em desenvolvimento. Destacamos o direito dos migrantes de regressar ao seu país de cidadania, e recordamos que os Estados devem assegurar que os seus cidadãos nacionais que estão retornando sejam devidamente recebidos.
30. Os Estados são instados a abster-se de promulgar e aplicar medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais que não estejam em conformidade com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas e que impeçam a plena realização do desenvolvimento econômico e social, em particular nos países em desenvolvimento.
31. Reconhecemos que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o principal fórum internacional e intergovernamental para negociar a resposta global à mudança climática. Estamos determinados a enfrentar resolutamente a ameaça representada pela mudança climática e pela degradação ambiental. A natureza global da mudança do clima requer a maior cooperação internacional possível visando a acelerar a redução das emissões globais de gases de efeito de estufa e abordar a adaptação aos impactos negativos das mudanças climáticas. Notamos com grave preocupação a diferença significativa entre o efeito agregado dos compromissos de mitigação das Partes em termos de emissões anuais globais de gases de efeito estufa até 2020 e as trajetórias das emissões agregadas consistentes, com boas possibilidades de manter o aumento da tem-

- peratura média global abaixo de 2°C ou 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.
32. Tendo em vista o 21º período de sessões da Conferência das Partes, que acontecerá em Paris, ressaltamos o compromisso de todos os Estados de trabalhar para um acordo climático ambicioso e universal. Reafirmamos que o protocolo, outro instrumento legal ou um resultado acordado com força legal ao abrigo da Convenção aplicável a todas as partes devem abordar de forma equilibrada, *inter alia*, mitigação, adaptação, financiamento, desenvolvimento e transferência de tecnologia, capacitação e transparência das medidas e do apoio prestado.
  33. Reconhecemos que o desenvolvimento econômico e social depende da gestão sustentável dos recursos naturais do nosso planeta. Estamos, portanto, decididos a conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos e mares, recursos de água doce, bem como florestas, montanhas e zonas áridas e proteger a biodiversidade, os ecossistemas e a flora e a fauna silvestres. Estamos determinados, também, a promover o turismo sustentável, a combater a escassez de água e sua poluição, a fortalecer a cooperação sobre a desertificação, as tempestades de poeira, a degradação dos solos e a seca e a promover a resiliência e a redução do risco de desastres. A este respeito, temos grande expectativa na 13ª reunião da Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica, a ser realizada no México.
  34. Reconhecemos que a gestão e o desenvolvimento urbano sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida de nossos povos. Trabalharemos com as autoridades e as comunidades locais para renovar e planejar nossas cidades e assentamentos humanos, de modo a fomentar a coesão das comunidades e a segurança pessoal e estimular a inovação e o emprego. Reduziremos os impactos negativos das atividades urbanas e dos produtos químicos que são prejudiciais para a saúde humana e para o ambiente, inclusive através da gestão ecologicamente racional e a utilização segura das substâncias químicas, a redução e reciclagem de resíduos e o uso mais eficiente de água e energia. E vamos trabalhar para minimizar o impacto das cidades sobre o sistema climático global. Vamos também levar em conta as tendências e projeções populacionais nas nossas estratégias de desenvolvimento e políticas urbanas, rurais e nacionais. São grandes as nossas expectativas na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável em Quito, Equador.
  35. O desenvolvimento sustentável não pode ser realizado sem paz e segurança. E paz e segurança estarão em risco sem o desenvolvimento sustentável. A nova Agenda reconhece a necessidade de construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que sejam baseadas no respeito aos direitos humanos (inclusive o direito ao desenvolvimento), em um efetivo Estado de Direito e boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes e eficazes que prestem contas. Fatores que dão origem à violência, insegurança e injustiça, como a desigualdade, a corrupção, a má governança e os fluxos financeiros e de armas ilegais, são abordados na Agenda.
- Devemos redobrar os nossos esforços para resolver ou prevenir conflitos e para apoiar os países em situação de pós-conflito, incluindo por meio da garantia de que as mulheres tenham um papel na construção da paz e do Estado. Fazemos um apelo para novas medidas e ações efetivas a serem tomadas, em conformidade com o direito internacional, para remover os obstáculos que impedem a realização plena do direito à livre determinação dos povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira, que continua afetando negativamente o seu desenvolvimento econômico e social, bem como o seu ambiente.
36. Comprometemo-nos a promover a compreensão intercultural, a tolerância, o respeito mútuo e os valores éticos da cidadania global e a responsabilidade compartilhada. Reconhecemos a diversidade natural e cultural do mundo e reconhecemos que todas as culturas e civilizações podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e desempenham um papel crucial em sua facilitação.
  37. O esporte é também um importante facilitador do desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a crescente contribuição do esporte para a realização do desenvolvimento e da paz ao promover a tolerância e o respeito e as contribuições que fazem para o empoderamento das mulheres e dos jovens, indivíduos e comunidades, bem como aos objetivos da saúde, educação e inclusão social.
  38. Reafirmamos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, a necessidade de respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados.
- Meios de implementação
39. A escala e a ambição da nova Agenda exigem uma parceria global revitalizada para garantir sua execução. Nós nos comprometemos plenamente com isso. Esta parceria irá trabalhar em um espírito de solidariedade global, especialmente com os mais pobres e com as pessoas em situações vulneráveis. Ademais, facilitará um engajamento global intensivo em apoio à implementação de todos os Objetivos e metas, reunindo governos, setor privado, sociedade civil, o Sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando todos os recursos disponíveis.
  40. As metas sobre os meios de implementação sob o Objetivo 17 e no âmbito de cada um dos demais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são fundamentais para a concretização da nossa Agenda e são de igual importância em relação aos demais Objetivos e metas. A Agenda, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pode ser cumprida no âmbito de uma parceria global revitalizada para o desenvolvimento sustentável, apoiada pelas políticas e ações concretas, conforme descrito no documento final da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba de 13 a 16 de julho de 2015. Congratulamo-nos com a aprovação pela Assembleia Geral da Agenda de Ação de Adis Abeba, que é parte integrante da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Reconhecemos que a plena implementação da Agenda de Ação de Adis Abeba é fundamental



para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas.

41. Reconhecemos que cada país é o principal responsável pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social. A nova Agenda indica os meios necessários para a implementação dos Objetivos e metas. Reconhecemos que estes incluem a mobilização de recursos financeiros, bem como a criação das capacidades e a transferência de tecnologias ambientalmente adequadas para os países em desenvolvimento em condições favoráveis, incluindo em condições concessionais e preferenciais, nos termos mutuamente acordados. Os financiamentos públicos, tanto nacionais como internacionais, desempenharão um papel vital na prestação de serviços essenciais e bens públicos e em catalisar outras fontes de financiamento. Reconhecemos o papel do setor privado diverso, desde as microempresas e cooperativas até as multinacionais, bem como o papel das organizações da sociedade civil e as organizações filantrópicas na implementação da nova Agenda.
42. Apoiamos a execução das estratégias e programas de ação pertinentes, como a Declaração e Programa de Ação de Istambul, o Roteiro das Modalidades Aceleradas de Ação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, o Programa de Ação de Viena para os Países em Desenvolvimento sem Litoral para a Década 2014-2024, e reafirmamos a importância de apoiar a agenda de 2063 da União Africana e o programa da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, todos eles parte integrante da nova Agenda. Reconhecemos os enormes impedimentos que obstruem a conquista da paz duradoura e do desenvolvimento sustentável em países em situações de conflito e pós-conflito.
43. Destacamos que o financiamento público internacional desempenha um papel importante como complemento dos esforços dos países para mobilizar recursos públicos internamente, especialmente nos países mais pobres e vulneráveis com recursos internos limitados. Uma utilização importante do financiamento público internacional, incluindo a Assistência Oficial ao Desenvolvimento é catalisar a mobilização de recursos adicionais de outras fontes, públicas e privadas. Prestadores de Assistência Oficial ao Desenvolvimento reafirmam os respectivos compromissos, incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos, de alcançar o objetivo de destinar 0,7% de sua renda nacional bruta à Assistência Oficial ao Desenvolvimento para os países em desenvolvimento e de 0,15% a 0,2% de sua renda nacional bruta à Assistência Oficial ao Desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.
44. Reconhecemos a importância de as instituições financeiras internacionais apoiarem, em conformidade com os respectivos mandatos, o espaço político de cada país, em particular dos países em desenvolvimento. Comprometemo-nos a ampliar e fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento – incluindo os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de renda média – na tomada de decisão econômica, definição de normas internacionais e governança econômica global.

45. Reconhecemos, também, o papel essencial dos parlamentos nacionais através da promulgação de legislação e adoção de orçamentos, bem como seu papel na garantia da responsabilização para a implementação efetiva dos nossos compromissos. Governos e instituições públicas também trabalharão em estreita colaboração na implementação com as autoridades regionais e locais, as instituições sub-regionais, instituições internacionais, a comunidade acadêmica, organizações filantrópicas, grupos de voluntários e outras instâncias.
46. Sublinhamos o importante papel e a vantagem comparativa que terá o Sistema das Nações Unidas para apoiar a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do desenvolvimento sustentável se tiver recursos suficientes e realiza um trabalho pertinente, coerente, eficiente e eficaz. Destacamos a importância da apropriação nacional reforçada e da liderança em nível nacional, e expressamos o nosso apoio ao diálogo do Conselho Econômico e Social em curso sobre o posicionamento de longo prazo do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas no contexto desta Agenda.

#### Acompanhamento e avaliação

47. Nossos governos têm a responsabilidade primária de acompanhamento e avaliação, nos níveis nacional, regional e global, em relação ao progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas para os próximos 15 anos. Para apoiar a prestação de contas aos nossos cidadãos, iremos fornecer um acompanhamento e avaliação sistemáticos em vários níveis, tal como estabelecido nesta Agenda e na Agenda de Ação de Adis Abeba. O Fórum Político de Alto Nível, sob os auspícios da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social, terá o papel central na supervisão do acompanhamento e da avaliação em nível global.
48. Indicadores estão sendo desenvolvidos para ajudar neste trabalho. Dados desagregados de qualidade, acessíveis, atualizados e confiáveis serão necessários para ajudar na medição do progresso e para garantir que ninguém seja deixado para trás. Esses dados são fundamentais para a tomada de decisões. Dados e informações disponíveis em mecanismos de comunicação devem ser usados sempre que possível. Concordamos em intensificar nossos esforços para reforçar as capacidades estatísticas nos países em desenvolvimento, particularmente os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de renda média. Estamos comprometidos em desenvolver medidas mais amplas de progresso para complementar o produto interno bruto (PIB).
50. Hoje nós também estamos tomando uma decisão de grande importância histórica. Tomamos a decisão de construir um futuro melhor para todos, incluindo milhões de pessoas às quais foi negada a chance de levar uma vida decente, digna e gratificante e de alcançar seu pleno potencial humano. Nós podemos ser a primeira geração a ter sucesso em acabar com a pobreza; assim como também pode ser a última a ter uma chance de salvar o planeta. O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos.
51. O que estamos anunciando hoje – uma Agenda para a ação global para os próximos quinze anos – é uma carta para as pessoas e o planeta no século XXI. As crianças e as mulheres e homens jovens são agentes fundamentais de mudança e encontrarão nos novos Objetivos uma plataforma para canalizar as suas capacidades infinitas pelo ativismo em prol da criação de um mundo melhor.
52. “Nós, os povos” são as celebradas palavras de abertura da Carta da ONU. E são “nós os povos” que estão embarcando hoje na estrada para 2030. Nossa jornada vai envolver governos, bem como os parlamentos, o Sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, os negócios e o setor privado, a comunidade científica e acadêmica – e todas as pessoas. Milhões já se envolveram com – e passarão a deter – esta Agenda. É uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo – e isto, acreditamos, irá garantir o seu sucesso.
53. O futuro da humanidade e do nosso planeta está em nossas mãos. Também está nas mãos da geração mais jovem de hoje, que vai passar a tocha para as gerações futuras. Temos mapeado o caminho para o desenvolvimento sustentável; será para todos nós, para garantir que a jornada seja bem-sucedida e seus ganhos irreversíveis.

#### Objetivos e metas de Desenvolvimento Sustentável

#### Uma chamada à ação para mudar nosso mundo

49. Há setenta anos, uma geração anterior de líderes mundiais se reuniu para criar as Nações Unidas. A partir da divisão e das cinzas da guerra, eles formaram esta Organização e os valores da paz, do diálogo e da cooperação internacional que a fundamentam. A concretização suprema desses valores é a Carta das Nações Unidas.
54. Na sequência de um processo inclusivo de negociações intergovernamentais, e com base na proposta do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que inclui um caput contextualizando este último, são os seguintes os Objetivos e metas que acordamos.
55. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas são integrados e indivisíveis, têm alcance global e são universalmente aplicáveis, levam em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento de cada país e respeitam as políticas e prioridades nacionais. Embora as metas expressem as aspirações em nível mundial, cada governo fixará suas próprias metas nacionais, guiado pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir a maneira de incorporar essas aspirações e metas globais nos processos de planejamento, as políticas e as estratégias nacio-



nais. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental.

56. Ao decidir sobre esses Objetivos e metas, reconhecemos que cada país enfrenta desafios específicos para alcançar o desenvolvimento sustentável, e ressaltamos os problemas especiais que enfrentam os países mais vulneráveis e, em particular, os países africanos, países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, bem como as dificuldades concretas que enfrentam os países de renda média. Países em situações de conflito também precisam de atenção especial.
57. Reconhecemos que os dados de referência para várias das metas permanecem indisponíveis, e pedimos um maior apoio para o fortalecimento da coleta de dados e do desenvolvimento de capacidades nos Estados-membros para desenvolver bases de referência nacionais e globais onde

eles ainda não existam. Comprometemo-nos a corrigir essa falha na coleta de dados, de modo a informar melhor a medição do progresso, em particular para aquelas metas que não incluem objetivos numéricos claros.

58. Nós encorajamos os esforços em curso pelos Estados em outros fóruns para tratar de resolver questões-chave que representam potenciais desafios para a implementação de nossa Agenda; e nós respeitamos os mandatos independentes desses processos. Pretendemos que a Agenda e sua implementação apoiem estes outros processos e as decisões aí tomadas, e não os prejudiquem.
59. Reconhecemos que existem diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável; e reafirmamos que o planeta Terra e seus ecossistemas são a nossa casa comum e que a 'Mãe Terra' é uma expressão comum em muitos países e regiões.





# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



É hora da Ação  
Mundial pelas  
Pessoas e  
o Planeta

## Objetivo 1

ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES

- Globalmente, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza diminuiu mais da metade; em 1990 eram 1,9 bilhão. Contudo, 836 milhões de pessoas ainda vivem na extrema pobreza: cerca de uma em cada cinco pessoas em regiões em desenvolvimento vive com menos de 1,25 dólar por dia.
- O Sul da Ásia e a África Subsaariana são o lar da esmagadora maioria das pessoas vivendo em extrema pobreza.
- Altos índices de pobreza são frequentemente encontrados em países pequenos, frágeis e afetados por conflitos.
- Uma em cada quatro crianças abaixo dos cinco anos de idade no mundo possui altura inadequada para sua idade.



## Objetivo 2

ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

- Globalmente, a proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016. Mas, atualmente, uma em cada nove pessoas no mundo (795 milhões) ainda é subnutrida.
- A vasta maioria das pessoas no mundo passando fome vive em países em desenvolvimento, onde 12,9% da população é subnutrida.
- Ásia é o continente com a população que passa mais fome – dois terços do total. A porcentagem no Sul da Ásia caiu em anos recentes, mas, na Ásia Ocidental, ela aumentou levemente.
- A África Subsaariana é a região com a mais alta prevalência (porcentagem da população) de fome. Lá, cerca de uma em cada quatro pessoas está subnutrida.
- A má nutrição causa quase metade (45%) das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade – 3,1 milhões de crianças anualmente.
- Uma em cada quatro crianças do mundo sofre crescimento atrofiado. Em países em desenvolvimento, a proporção aumenta de uma para três.
- 66 milhões de crianças em idade escolar primária vão às aulas passando fome, sendo 23 milhões apenas na África.
- A agricultura é a maior empregadora única no mundo, provendo meios de vida para 40% da população global atual. Ela é a maior fonte de renda e trabalho para famílias pobres rurais.
- 500 milhões de pequenas fazendas no mundo todo, a maioria ainda dependente de chuva, fornecem até 80% da comida consumida numa grande parte dos países em desenvolvimento. Investir em pequenos agricultores é um modo importante de aumentar a segurança alimentar e a nutrição para os mais pobres, bem como a produção de alimentos para mercados locais e globais.



## Objetivo 3



ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES

### SAÚDE INFANTIL

- A cada dia, morrem 17 mil crianças a menos do que em 1990, porém mais de seis milhões de crianças ainda morrem a cada ano, antes de completarem cinco anos.
- Desde 2000, vacinas de sarampo preveniram aproximadamente 15,6 milhões de mortes.
- Apesar do progresso global, uma crescente proporção das mortes de crianças acontece na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Quatro de cada cinco mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade ocorrem nessas regiões.

### SAÚDE MATERNA

- Globalmente, a mortalidade materna caiu quase 50% desde 1990.
- Na Ásia Oriental, no Norte da África e no Sul da Ásia, a mortalidade materna diminuiu cerca de dois terços. Porém, a taxa de mortalidade materna – a proporção de mães que não sobrevivem o nascimento do filho, comparada com aquelas que sobrevivem – nas regiões em desenvolvimento, ainda é 14 vezes mais alta do que nas regiões desenvolvidas.
- Apenas metade das mulheres em regiões em desenvolvimento recebe a quantidade recomendada de assistência médica.

### HIV/AIDS

- Em 2014, havia 13,6 milhões de pessoas com acesso à terapia antirretroviral, um aumento em relação a apenas 800 mil em 2003.
- Novas infecções por HIV em 2013 foram estimadas em 2,1 milhões, o que representa 38% a menos do que em 2001.
- No final de 2013, estima-se que havia 35 milhões de pessoas vivendo com HIV.
- No final de 2013, 240 mil novas crianças estavam infectadas com HIV.



## Objetivo 4

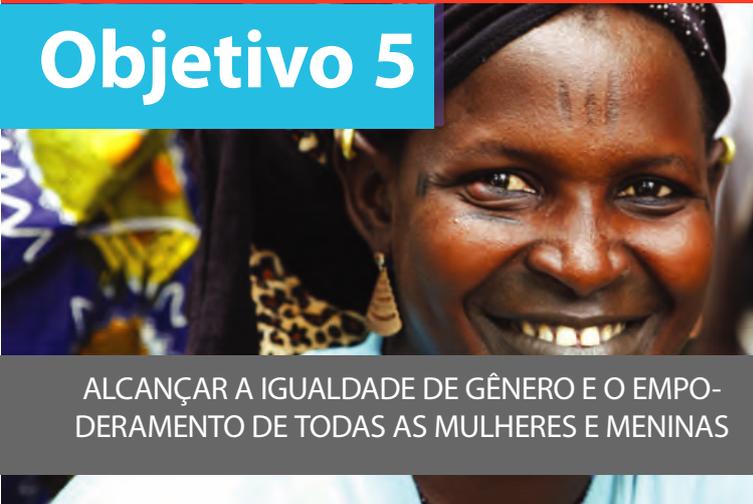


ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

- A matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91%, mas 57 milhões de crianças permanecem fora da escola.
- Mais da metade das crianças que não se matricularam na escola vivem na África Subsaariana.
- Estima-se que 50% das crianças fora da escola com idade escolar primária vivem em áreas afetadas por conflitos. Crianças das famílias mais pobres são quatro vezes mais propensas a estar fora da escola do que crianças de famílias mais ricas.
- O mundo conquistou a igualdade na educação primária entre meninas e meninos, mas poucos países alcançaram essa meta em todos os níveis de educação.
- Entre os jovens de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização melhorou globalmente, de 83% para 91% entre 1990 e 2015.



## Objetivo 5

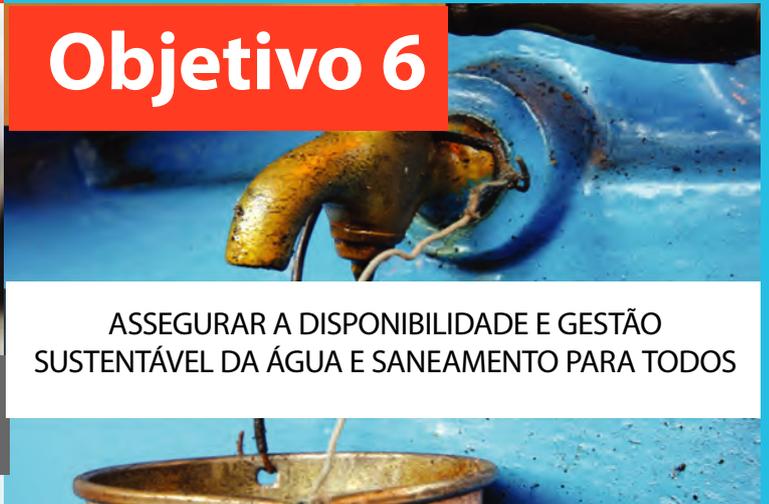


ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DE TODAS AS MULHERES E MENINAS

- No Sul da Ásia, apenas 74 meninas foram matriculadas na escola primária para cada 100 meninos, em 1990. Em 2012, as taxas de matrícula foram as mesmas para meninas e para meninos.
- Na África Subsaariana, Oceania e Ásia Ocidental, meninas ainda enfrentam barreiras para entrar tanto na escola primária quanto na escola secundária.
- Mulheres na África do Norte ocupam menos de um a cada cinco empregos pagos em setores que não sejam a agricultura.
- Em 46 países, as mulheres ocupam agora mais de 30% das cadeiras no parlamento nacional em pelo menos uma câmara.



## Objetivo 6



ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS

- Em 2015, 91% da população global está usando uma fonte de água potável aprimorada, comparado a 76% em 1990. Contudo, 2,5 bilhões de pessoas não têm acesso a serviços de saneamento básico, como banheiros ou latrinas.
- Diariamente, uma média de cinco mil crianças morre de doenças evitáveis relacionadas à água e saneamento.
- A energia hidrelétrica é a fonte de energia renovável mais importante e mais amplamente usada. Em 2011, ela representava 16% do total da produção de eletricidade no mundo todo. Aproximadamente 70% de toda água disponível é usada para irrigação.
- Enchentes são a causa de 15% de todas as mortes relacionadas a desastres naturais



## Objetivo 7

ASSEGURAR O ACESSO A UMA ENERGIA CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNA E A PREÇO ACESSÍVEL PARA TODOS

- 1,3 bilhão de pessoas – uma em cada cinco, globalmente – ainda não têm acesso à eletricidade moderna.
- 3 bilhões de pessoas dependem de madeira, carvão, carvão vegetal ou dejetos animais para cozinhar e obter aquecimento.
- A energia é o principal contribuinte para as mudanças climáticas, sendo responsável por cerca de 60% das emissões globais totais de gases do efeito estufa.
- A energia de fontes renováveis – vento, água, solar, biomassa e energia geotermal – é limpa e inesgotável. A energia renovável, atualmente, constitui 15% do conjunto global de energia.



## Objetivo 8

PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODOS

- O desemprego global aumentou de 170 milhões em 2007 para cerca de 202 milhões em 2012, dentre eles, aproximadamente 75 milhões são mulheres ou homens jovens.
- Aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e a erradicação do problema só é possível por meio de empregos bem pagos e estáveis.
- 470 milhões de empregos são necessários mundialmente para a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho entre 2016 e 2030.
- Pequenas e médias empresas que se comprometem com o processamento industrial e com as indústrias manufatureiras são as mais decisivas para os primeiros estágios da industrialização e são geralmente as maiores geradoras de emprego. São responsáveis por 90% dos negócios no mundo e contabilizam entre 50 a 60% dos empregos.



## Objetivo 9

CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO



- Cerca de 2,6 bilhões de pessoas no mundo em desenvolvimento têm dificuldades no acesso à eletricidade.
- 2,5 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso ao saneamento básico e quase 800 milhões de pessoas não têm acesso à água.
- Entre 1 a 1,5 milhão de pessoas não têm acesso a um serviço de telefone de qualidade.
- Para muitos países africanos, principalmente os de baixo rendimento, os limites na infraestrutura afetam em cerca de 40% a produtividade das empresas.
- A indústria manufatureira é importante para geração de empregos, somando aproximadamente 470 milhões dos empregos no mundo em 2009 – ou perto de 16% da força de trabalho de 2,9 bilhões. Estima-se que havia mais meio bilhão de empregos na área em 2013.
- O efeito da multiplicação de trabalhos industrializados impactou a sociedade positivamente. Cada trabalho na indústria gera 2,2 empregos em outros setores.
- Em países em desenvolvimento, apenas 30% da produção agrícola passa por processamento industrial. Em países desenvolvidos, 98% são processados. Isso sugere a existência de uma grande oportunidade para negócios na área agrícola em países em desenvolvimento.



## Objetivo 10

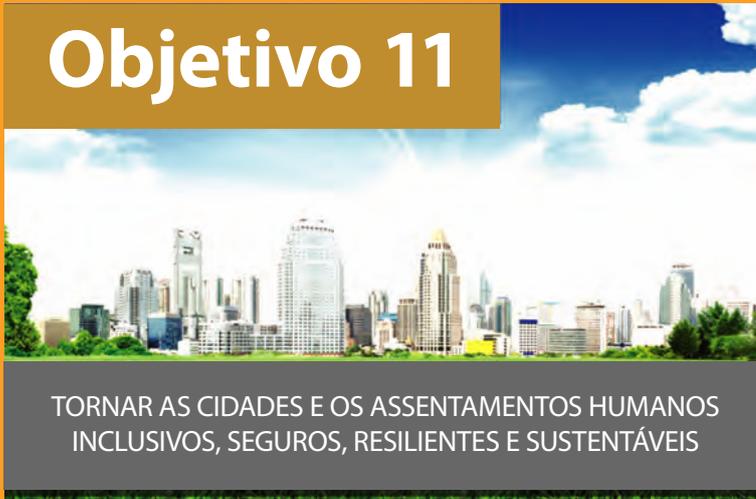
REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES



- Em média – e levando em consideração o tamanho das populações – a desigualdade de renda aumentou em 11% nos países em desenvolvimento entre 1990 e 2010.
- Uma maioria significativa de famílias – mais de 75% – está vivendo em sociedades onde a renda é mais mal distribuída do que na década de 1990.
- Crianças que fazem parte da camada de 20% mais pobres da população têm três vezes mais chances de morrer antes de completarem seus cinco anos do que crianças mais ricas.
- A proteção social foi significativamente ampliada globalmente. No entanto, pessoas com algum tipo de deficiência têm cinco vezes mais chances do que a média de ter despesas catastróficas com saúde.
- Apesar do declínio na mortalidade materna na maioria dos países desenvolvidos, mulheres na área rural são três vezes mais suscetíveis à morte no parto do que mulheres que vivem nos centros urbanos.



## Objetivo 11



TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

- Metade da humanidade – 3,5 bilhões de pessoas – vive nas cidades atualmente. Em 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. 828 milhões de pessoas vivem em favelas e o número continua aumentando.
- As cidades no mundo ocupam somente 2% de espaço da Terra, mas usam 60 a 80% do consumo de energia e provocam 75% da emissão de carbono. A rápida urbanização está exercendo pressão sobre a oferta de água potável, de esgoto, do ambiente de vida e saúde pública. Mas a alta densidade dessas cidades pode gerar ganhos de eficiência e inovação tecnológica enquanto reduzem recursos e consumo de energia.
- Cidades têm potencial de dissipar a distribuição de energia ou de aperfeiçoar sua eficiência por meio da redução do consumo e adoção de sistemas energéticos verdes. Rizhao, na China, por exemplo, transformou-se em uma cidade abastecida por energia solar. Em seus distritos centrais, 99% das famílias já usam aquecedores de água com energia solar.



## Objetivo 12



ASSEGURAR PADRÕES SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO

- 1,3 bilhão de toneladas de comida são desperdiçadas diariamente. Se as pessoas usassem lâmpadas de baixo consumo, o mundo economizaria 120 bilhões de dólares anualmente.
- A população global deve chegar a 9,6 bilhões de pessoas até 2050; o equivalente a três planetas seriam necessários para prover os recursos naturais necessários para sustentar os estilos de vida atuais.
- Mais de 1 bilhão de pessoas ainda não têm acesso à água potável.



# Objetivo 13

## TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS IMPACTOS

- As emissões de gases de efeito estufa oriundos da atividade humana estão levando a mudanças climáticas e continuam aumentando. Elas alcançaram atualmente seu maior nível da história. Emissões globais de dióxido de carbono aumentaram quase 50% desde 1990.
- As concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso aumentaram a níveis sem precedentes nos últimos 800 mil anos. As concentrações de dióxido de carbono aumentaram em 40% desde os tempos pré-industriais, primeiramente por conta dos combustíveis fósseis e depois pelas emissões vindas do desmatamento do solo. O oceano absorveu cerca de 30% do dióxido de carbono antropogênico emitidos, tornando-se mais ácido.
- Cada uma das últimas três décadas tem sido mais quente na superfície da Terra do que a anterior, desde 1850. No hemisfério Norte, o período entre 1983 e 2012 foi provavelmente o mais quente dos últimos 1.400 anos.
- De 1880 a 2012, a temperatura média global aumentou 0,85°C. Sem nenhuma ação, a média de temperatura mundial deve aumentar 3°C até o final do século 21 – aumentando ainda mais em algumas áreas do mundo, incluindo as zonas tropicais e subtropicais. As pessoas mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas pelo aquecimento.
- A média do nível do mar desde a metade do século 19 tem sido maior do que a média dos dois milênios anteriores. Entre 1901 e 2010, o nível global do mar aumentou 0,19 (0,17 a 0,21) metros.
- De 1901 a 2010, o nível mundial do mar cresceu 19 centímetros com a expansão dos oceanos, devido ao aquecimento global e o derretimento das geleiras. Desde 1979, o gelo do mar do Ártico diminuiu em cada década, com 1,07 milhões de km<sup>2</sup> de gelo perdido de dez em dez anos.
- Ainda é possível limitar o aumento da temperatura global para 2°C acima dos níveis pré-industriais, por meio de um conjunto de medidas tecnológicas e mudanças de comportamento.
- Existem muitos caminhos atenuantes para alcançar a redução substancial de emissões para as próximas décadas, com chances superiores a 66%, se for limitado o aquecimento a 2°C – a meta determinada pelos governos. No entanto, postergar até 2020 para as mitigações adicionais aumentará substancialmente os desafios tecnológicos, econômico, social e institucional associados para limitar o aquecimento no século 21 para menos de 2°C relacionados a níveis pré-industriais.



## Objetivo 14

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Os oceanos cobrem 3/4 da superfície da Terra, contém 97% da água do planeta e representam 99% da vida no planeta em termos de volume. Mundialmente, o valor de mercado dos recursos marinhos e costeiros e das indústrias é de 3 trilhões de dólares por ano ou cerca de 5% do PIB (produto interno bruto) global.
- Mundialmente, os níveis de captura de peixes estão próximos da capacidade de produção dos oceanos, com 80 milhões de toneladas de peixes sendo pescados.
- Oceanos contêm cerca de 200 mil espécies identificadas, mas os números na verdade deve ser de milhões.
- Os oceanos absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono produzido por humanos, amortecendo os impactos do aquecimento global.
- Oceanos são a maior fonte de proteína do mundo, com mais de 3 bilhões de pessoas dependendo dos oceanos como fonte primária de alimentação.
- Pesca marinha direta ou indiretamente emprega mais de 200 milhões de pessoas.
- Subsídios para a pesca estão contribuindo para a rápida diminuição de várias espécies de peixes e estão impedindo esforços para salvar e restaurar a pesca mundial e empregos relacionados, causando redução de 50 bilhões de dólares em pesca nos oceanos por ano.
- 40% dos oceanos do mundo são altamente afetados pelas atividades humanas, incluindo poluição, diminuição de pesca e perda de habitats costeiros.



## Objetivo 15

PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE MANEIRA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE

- Treze milhões de hectares de florestas se perdem a cada ano.
- Cerca de 1,6 bilhão de pessoas dependem das florestas para sua subsistência. Isso inclui 70 milhões de indígenas. As florestas são o lar de mais de 80% de todas as espécies de animais, plantas e insetos terrestres.
- 2,6 bilhões de pessoas dependem diretamente da agricultura, mas 52% da terra usada para agricultura são afetadas moderada ou severamente pela degradação do solo.
- Anualmente, devido à seca e desertificação, 12 milhões de hectares são perdidos (23 hectares por minuto), espaço em que 20 milhões de toneladas de grãos poderiam ter crescido.
- Das 8.300 raças animais conhecidas, 8% estão extintas e 22% estão sob risco de extinção. 80% das pessoas vivendo em área rural em países em desenvolvimento dependem da medicina tradicional das plantas para ter cuidados com a saúde básica.



## Objetivo 16

PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

- O número de refugiados registrados no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) era de 13 milhões em meados de 2014, há cerca de um ano.
- Corrupção, suborno, roubo e evasão de impostos custam cerca de 1,26 trilhão para os países em desenvolvimento por ano.
- A taxa de crianças que deixam a escola primária em países em conflito alcançou 50% em 2011, o que soma 28,5 milhões de crianças.



## Objetivo 17

FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OAD) levantou aproximadamente 135 bilhões de dólares em 2014.
- Em 2014, 79% dos produtos de países em desenvolvimento entraram no mercado “duty-free” de países desenvolvidos.
- A dívida dos países em desenvolvimento continua estável, beirando 3% do rendimento de exportação.
- O número de usuários da internet na África quase dobrou nos últimos quatro anos.
- Em 2015, 95% da população mundial tinham cobertura de sinal de celular.
- 30% da juventude mundial são de nativos digitais, ativos online pelo menos cinco anos.
- A população mundial apresentou aumento do uso da internet de 6% em 2000 para 43% em 2015.
- No entanto, mais de 4 bilhões de pessoas não usam Internet, e 90% delas são de países em desenvolvimento.





■ **Fernando Brugman**

f.brugman@unesco.org

Coordenador de Cultura, Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe, Havana, Cuba

■ **Olga Rufins**

o.rufins@unesco.org

Oficial Nacional de Programa, Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe, Havana, Cuba

■ **Albert Villalonga**

a.villalonga-muncunill@unesco.org

Consultor, Escritório Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe, Havana, Cuba

■ **Begoña Guzmán**

begona.guzman@gmail.com

Técnica de Cultura para o Desenvolvimento UNESCO; Etxea, Centro UNESCO do País Basco

■ **Guiomar Alonso**

g.alonso@unesco.org

Especialista de Programa Associado Divisão de Cultura para a Diversidade, Setor da Cultura, UNESCO

■ **Melika Caucino Medici**

m.caucino-medici@unesco.org

Consultora, Divisão da Cultura para a Diversidade, Setor da Cultura, UNESCO

■ **Dorine Dubois**

D.Dubois@unesco.org

Coordenadora de Cultura Setor da Cultura, UNESCO

■ **Alfredo Pérez de Armiñán**

Ex-diretor-geral de cultura da UNESCO Presidente do Conselho do Patrimônio Nacional (Espanha)

■ **Escritório da Coordenadora Residente em Cuba**

sistemadenacionesunidasucuba@one.un.org

Myrta Kaulard, Coordenadora Residente Agradecimento especial por ter contribuído com o prospecto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desenhado por Georganys González Oconor e incluído neste número.

Gloria López Morales

Néstor García Canclini

Alfredo Guevara

Hugo Achugar

Julio Carranza Valdés

Carlos Juan Moneta

Eusebio Leal Spengler

Alejandro Aura

Roberto Fernández Retamar

Miguel Rojas Mix

Fernando Vicario Leal

Victor Flores Olea

Leopoldo Zea

Alfredo Guevara

Celso Furtado

José Joaquín Brunner

Amartya Zen

Miguel Barnet

Julio Carranza Valdés

Pedro Monreal González

Ricardo Nuñez Fernández

Carlos García Pleyán

Francisco J. Lacayo Parajón

Isabel Rigol

Mario Lungo

Fernando Carrión

Carlos García Pleyán

Pedro Monreal González

Julio Carranza Valdés

Edgar Montiel

Aurelio Alonso

Edgardo Lander

Eduardo Galeano

Gonzalo Fernández

Juan Valdés Paz

Imeldo Álvarez

Jafar Jafari

Nelson Graburn

Tomke Lask

Michael Hitchcock

Peter U.C. Dieke

Sidney C.H. Cheung

Melville Saayman

Lynn Bolles

I.G. Pitana

Rachida Saïg Bousta

Amwareswar Galla

Luis R. Flores

Jesús Antonio Machuca

Tania García Lorenzo

Marcelo Lara Barrientos

Keith Nurse

Paulo Miguez

Yen. E. Lam González

Niurka Cruz Sosa

Juan Dagoberto Tejeda Ortiz

Alberto Mir Medina

Ricardo Nuñez

David Viciado

Surnai Benítez Aranda

Sol Rubín de la Borbolla

Héctor V. Lombrera Cuadrado

Aresio Valiente López

Carmen Gómez Pozo

Herman van Hoof

Fernando Brugman

Caroline Munier

Guiomar Alonso

Melika Medici Caucino

Richard Uribe

Yumey Besú Payo

Juan Carlos Sardiñas

Rigoberto López

Frédéric Vacheron

Nuria Sanz

Enrique Pérez López

Edis Sánchez

Marcia Leiseca

Tatiana Villegas

Leire Fernández

Tanya Valette

Tania García Lorenzo

Arthur Reginald Murphy

Kevin Farmer

Cecilia Hugony

Jason Ramsay

Georgina DeCarli

Luckner Christophe

Arminda Franken-Ruiz

José Linares

Katia Cárdenas

Ana María Conde

Onedys Calvo Noya

Yainet Rodríguez Rodríguez

Mónica Rojas Vidaurreta

Sachie Hernández

Anabel Álvarez

Irina Bokova

Francesco Bandarin

Begoña Guzmán

Abelardo Moreno

Marta Suplicy

Myrna Cunningham

Victoria Pérez

Olga Rufins Machín

Anabel Álvarez Paz

Fabian Muñoz

Fredy Adolfo Forero Villa

Alfredo Jiménez

Miguel Llivina

Ernesto Fernández

Alessandro Bello

Isabel Viera

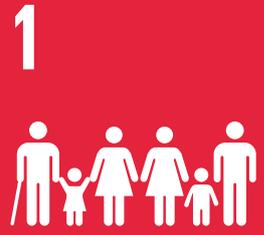
Caroline Munier

Dorine Dubois  
Edel Rodriguez  
Luis Manuel Almeida Luis  
Dad Neba De León Kantule  
Jan Hladik  
Edouard Planche  
Marina Schneider  
María Miñana  
Marcelo Daniel el Haibe  
Fernando Berrios  
Pablo Guzmán Laugier  
Blanca Alva Guerrero  
Ayda Cristina Garzón Solarte  
Eduardo Enrique Hernández  
Luisa de Peña Díaz  
Luis Manuel Almeida Luis  
Maricela Ramos Díaz  
Michéle Frisch  
Neville C. York  
Laleta Davis Mattis  
Khalissa Ikhlef  
César Moreno-Triana  
Jesús Guancho  
Victor Marín  
Isabel Rigol  
Alejandro Hartmann  
Arthur Reginal Murphy  
Augustine Dominique  
Cameron St. Pierre Gill  
Cees Van De Sande  
Debra-Kay Palmer  
Duznel Zerquera  
Enrique H. Hernández  
Ernesto Palacio  
Héctor Ocaña  
Ian Constantine  
Indra Zaandam  
Jasinth Simpson  
Katherine Blackman  
La Verne Bentick Phillips  
Luce Hodge-Smith  
Lyongo Juliana  
Margaret Leshikar-Denton  
Michael A. Newton  
Michael Jessamy  
Miriam J. Jonker  
Neville C. York  
Nidia Cabrera  
Nilson Acosta  
Nirvana Sabrina Persaud  
Obdulio Coca  
Patricia Elaine Green  
Satya Singh  
Stephen A. Fokké  
Tara Inniss  
Willem J. H. Willems  
Zarja Roger

Kris Rampersad  
Gilda Betancourt  
Adriana Molano Arenas  
Enrique Pérez López  
Edis Sánchez  
Lucas Dos Santos  
Eva Lilia Martínez Ordóñez  
Fabián Bedón  
María Ismenia Toledo  
Mónica Lacarrieu  
Francisco López Morales  
Fernando Villafuerte  
Erol Josué  
Alfredo Pérez de Armiñán  
Ulrike Guerin  
Tatiana Villegas  
Arturo Rey da Silva  
Margaret E. Leshikar - Denton  
Elisa de Cabo de la Vega  
Paulo F. Bava de Camargo  
Valerio Buffa y Alejo Cordero  
Gerardo Sosa  
Diego Carabias A.  
Rocío Villar Astigueta  
Denise Pozzi-Escot  
Ana María Hoyle  
Juan Guillermo Martín  
Frederick Hanselmann  
José Manuel Espinosa  
Gladys Collazo  
Nilson Acosta  
José Pardo de Santyana  
Jesús Vicente González  
Mónica Pavía  
Antoni Fonollà  
Frank Ortiz Rodríguez  
Lázaro Márquez Llauger  
Filipe Viera de Castro  
Richard Fontánez  
Gustavo García  
Ruth Pion  
Louisa B. Daggars  
Martijn R. Manders  
Helena Barba Meinecke  
Roberto Gallardo  
Sonia Medrano

Agradecemos especialmente al Reino de los Países Bajos y al Reino de Noruega su contribución durante estos años al proyecto de la revista Cultura y Desarrollo. También agradecemos a las delegaciones permanentes de la UNESCO en América Latina y el Caribe, a los centros de categoría 2 auspiciados por la UNESCO y a los participantes del Taller para presentar el Plan de Trabajo Regional que se organizó en la Habana el 27 de Septiembre del 2015 y al que asistieron:

Everly Paul Chet Greene  
Eddison Alric Dames  
Brenda Agnes Hood  
Dithny Joan Raton  
Everton Hannam  
José Antonio Rodríguez  
Troy Mills  
Claude Anthony Ronald Theobalds  
Senador Kentry D. JN. Pierre  
Teresa Adelina Sellarés  
Marko Marcelo Machicao Bankovic  
Abil Castañeda  
João Brant  
Ramón Solis Muñoz,  
Mariana Garcés Córdoba  
William Monge Quesada  
Guillaume Jean Sebastien Long  
Ramón Douglas Rivas  
Clariza Castellanos Díaz  
Rupert Roopnaraine  
Fidelia Molina  
José Luis Martínez y Hernández  
Telemaco Talavera  
Juan Francisco Guerrero  
Mabel Causarano  
Patricia Jacquelyn Balbuena Palacios  
Sidoel Stanley  
Reinaldo Antonio Iturriza López  
Antonio Prado  
Irina Bokova  
Sophia El Akremi  
Fernando Brugman  
Alredo Pérez Armiñán  
María Fernanda Castellanos  
Alcira Ruiz Sandoval  
Isabel de Paula  
Luis Enrique López -Hurtado,  
Tatiana Villegas Zamora  
Frederic Vacheron  
Julissa Ureña  
Olga Rufins Machín  
Elena Nápoles  
Begoña Guzman  
Alberto Villalonga Muncunill  
Sandra Varela  
Lenia Gamonal  
Juan Antonio Fernández  
Alicia González Gutiérrez  
Laura Moriña  
Mercedes de Armas García (Chachi)  
Abel Prieto Jimenez  
Julian González  
Fernando Rojas  
Victor Casaus  
Alfredo Ruiz  
Josefa Vilaboy



É hora da Ação  
Mundial pelas  
Pessoas e  
o Planeta



Regional Office for Culture  
in Latin America and the  
Caribbean  
UNESCO Havana

Organização das Nações  
Unidas para a Educação, a  
Ciência e a Cultura



№14  
2016